

1 2 9 0



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE D
COIMBRA
BIBLIOTECA

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

2022 • MARÇO



Sumário

MONOGRAFIAS	3
Ciências Jurídico-Empresariais.....	4
Ciências Jurídico-Civilísticas.....	12
Ciências Jurídico-Criminais	14
Ciências Jurídico-Económicas	16
Ciências Jurídico-Filosóficas.....	16
Ciências Jurídico-Históricas	18
Ciências Jurídico-Políticas.....	20
Vária.....	35
ANALITICOS DE MONOGRAFIAS	39
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	42
Ciências Jurídico-Empresariais.....	43
Ciências Jurídico-Civilísticas.....	44
Ciências Jurídico-Criminais	46
Ciências Jurídico-Económicas	46
Ciências Jurídico-Filosóficas.....	48
Ciências Jurídico-Históricas	49
Ciências Jurídico-Políticas.....	49
Vária.....	52
ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICA.....	55
Alumni em Revista	56
Legal Studies	58
Lex Medicinæ.....	108
Nação e Defesa	110
Revista Crítica de Ciências Sociais	113
Revista da Faculdade de Direito	114
Revista de Contratos Públicos	120
Revista de Legislação e de Jurisprudência.....	120
Revista do Ministério Público	212
Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação.....	212
Scientia Iuridica	214
LOCALIZAÇÃO, CONTACTOS E HORÁRIOS DA BIBLIOTECA	216
FICHA TÉCNICA.....	217

MONOGRAFIAS

Ciências Jurídico-Empresariais

ARMENTEROS LEÓN, Miguel.

Relaciones y conflictos entre el concurso y el derecho penal : (adaptado al nuevo TR de la Ley Concursal RDL 1 (2020) / Miguel Armenteros León. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 166 p. ; 22 cm. (Concursal).

ISBN: 9788413557922

Insolvência / Falência / Administrador da insolvência / Crimes patrimoniais

G-44-142-7 - 175927

THE ARREST CONVENTIONS

The arrest conventions : international enforcement of maritime claims / edited by Paul Myburgh. Oxford [etc.] : Hart, 2019. xlvii, 337 p. ; 25 cm. Índices. Inclui bibliografia.

ISBN: 9781509928309

Direito dos transportes / Direito marítimo / Insolvência / Navio / Arresto de navio

G-44-141-19 - 175622

AZNAR GINER, Eduardo.

La resolución judicial del contrato en interés del concurso : adaptado al texto refundido de la Ley Concursal (Real Decreto legislativo 1/2020, de 5 de mayo) / Eduardo Aznar Giner. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 153 p. ; 22 cm. (Concursal). Inclui bibliografia.

ISBN: 9788413789972

Insolvência / Falência / Direito da insolvência / Resolução em benefício da massa

G-44-142-19 - 175642

BASOZABAL ARRUE, Xabier.

Futuros para particulares : una aproximación "civil" al mercado de futuros / Xabier Basozabal Arrue. Valencia : Tirant lo Blanch, 2009. 98 p. ; 22 cm. (Colección privado ; 92). Inclui bibliografia.

ISBN: 9788498764123

Mercado de capitais / Derivados / Instrumentos financeiros / Produtos financeiros / Futuros

G-44-142-18 - 175588

BLIACHERIENE, Ana Carla.

Defesa comercial : dumping, antidumping, subsídio, medidas compensatórias, medidas de salvaguarda / Ana Carla Bliacheriene. São Paulo : Editora Quartier do Brasil, 2007. 392 p. : il. ; 21 cm. Bibliografia: p. 385-392.

ISBN: 9788576742289

Dumping / Antidumping / Defesa comercial / OMC -- medidas de salvaguarda / Direito internacional económico

G-44-142-34 - 176297

BRICE, Geoffrey.

Brice on maritime law of salvage / [Autor Geoffrey Brice] ; Edited by John Reeder. 5th ed. London : Sweet & Maxwell : Thomson Reuters, 2011. lxxxii, 995 p. : il. ; 24 cm. Índice: p. 943-995.

ISBN: 9780414045798

Direito marítimo / Transporte marítimo / Salvação marítima / Navio

G-44-141-9 - 176162

CAMACHO CLAVIJO, Sandra.

La prenda de valores anotados en cuenta : constitución y efectos la D.A. 6ª de la Ley 37/98 del Mercado de Valores / Sandra Camacho Clavijo. Valencia : Tirant lo Blanch, 2003. 196 p. ; 22 cm. (Colección privado ; 63).

ISBN: 8484427552

Ações / Falência / Valores mobiliários / Mercado de capitais

G-44-142-9 - 175587

CASTRO, Maria Rafaela de.

A greve dos juízes / Maria Rafaela de Castro. Rio de Janeiro : Autografia, 2020. 160 p. ; 21 cm. Orig. dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto em 2016. Bibliografia: p. 152-160.

ISBN: 9786555319941

Poder judiciário -- Brasil / Greve / Juízes

L-3A-31-37 - 176502

DEGNER, Theresa.

Das verschärfte Anforderungsprofil an Aktionärsvertreter im Aufsichtsrat / Theresa Degner. Berlin : Peter Lang, 2021. 284 p. ; 22 cm. (Zivilrechtliche Schriften. Beiträge zum Wirtschafts-, Bank- und Arbeitsrecht ; Band 78). Bibliografia: p. [267]-282.

ISBN: 9783631848319

Órgãos de fiscalização / Conselho Geral e de Supervisão / Representantes dos accionistas / Conflitos de interesses

G-44-142-20 - 175974

DINÇ, Muhsin İshak.

Die Unterbeteiligung : eine rechtsvergleichende Untersuchung unter Berücksichtigung des deutschen, schweizerischen und des türkischen Rechts / Muhsin İshak Dinç. Hamburg : Verlag Dr. Kovač, 2021. XXII, 126 p. ; 22 cm. (Schriftenreihe Schriften zum Handels- und Gesellschaftsrecht ; Band 251). Includi bibliografia.

ISBN: 9783339126788

Participação social / Sociedade oculta / Trust / Propriedade fiduciária / Usufruto de participações

G-44-142-2 - 175648

DROIT COMMERCIAL

Droit commercial / Jacques Mestre..[et al.]. 31e., éd. Paris : L.G.D.J., - . vol. ; 22 cm. (Manuel). Índice : p. 659-670 / Tome 1 : Activité commerciale, structures d'entreprises (commerçants, sociétés et autres groupements). 2021

ISBN: 9782275090771

Direito comercial -- França

G-44-142-41 - 176479

EHRlich, Dennis.

Die Haftung des Kommanditisten nach §§ 171, 172 HGB in Krise und Insolvenz der KG / Dennis Ehrlich. Berlin [etc.] : Peter Lang, 2021. 220 p. ; 22 cm. (Europäische Hochschulschriften. Reihe 2, Rechtswissenschaft ; Band 6227). Dissertation, Universität Köln, 2020. Bibliografia: p. [209]-220.

ISBN: 9783631821893

Falência / Insolvência / Recuperação de empresas / Responsabilidade dos sócios

G-44-142-4 - 175742

ESTUDIOS SOBRE LA PROLONGACIÓN DE LA VIDA ACTIVA DE LOS TRABAJADORES

Estudios sobre la prolongación de la vida activa de los trabajadores / director Fernando Elorza Guerrero ; autores Cristina Blasco Rasero ...[et al.] - 1ª ed. Cizur Menor : Editorial Aranzadi, 2021. 406 p. : il. ; 24 cm. (Estudios). Incluye bibliografía.

ISBN: 9788413453026 / **ISBN** 9788413453040

Mercado de trabalho / Política comunitária / Pensões de reforma

G-44-143-20 - 176470

L-3A-49-2 - 176489

GALACHO ABOLAFIO, Antonio Francisco.

Transmisión y ejercicio separado de derechos del socio / Antonio Francisco Galacho Abolafio ; prólogo de Juan Ignacio Peinado Gracia. Madrid [etc.] : Marcial Pons, cop. 2020. 249 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. [237]-244.

ISBN: 9788491236917

Participação social / Direitos dos sócios / Usufruto de participações sociais / Aumento de capital / Acordos parassociais / Transmissão de acções / Direito de voto

G-44-141-18 - 176194

GALLEGO SÁNCHEZ, Esperanza.

Derecho mercantil : parte segunda / Esperanza Gallego Sánchez, Nuria Fernández Pérez. 4ª ed. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 598 p. ; 25 cm.

ISBN: 9788413788609

Contratos comerciais / Comissão mercantil / Mediação / Contrato de agência / Franquia / Publicidade / Alojamento turístico / Contratos bancários / Mercado de capitais / Contrato de seguro / Garantias das obrigações / Contrato de transporte / Títulos de crédito / Insolvência / Falência / Recuperação das empresas

G-44-141-14 - 175743

GARCÍA MUÑOZ, Manuel, 1968-

El carácter sindical de la representación unitaria / Manuel García Muñoz ; prólogo de Santiago González Ortega. Primera edición. Cizur Menor : Thomson Reuters/Editorial Aranzadi, 2016. 330 p. ; 24 cm. (Estudios). Bibliografía: p. 317-330.

ISBN: 9788490986431 / 9788490986455

Participação dos trabalhadores / Sindicalismo / Ordenamento jurídico / Solução de conflitos / Liberdade sindical / Espanha / Organização do trabalho

G-44-145-2 - 176469

HAMBURGER KOMMENTAR ZUM INSOLVENZRECHT

Hamburger Kommentar zum Insolvenzrecht : InsO - InsVV - SchVG - Haftungsrecht - Steuerrecht - Strafrecht / herausgegeben von Andreas Schmidt. 9. Aufl. Hürth : Carl Heymanns Verlag, 2022. xlviii, 3370 p. ; 25 cm. Inclui bibliografia. Índices.

ISBN: 9783452297525

Direito da insolvência / Recuperação de empresas / Insolvência / Insolvência transfronteiriça / Resolução em benefício da massa insolvente / Massa insolvente / Falência

G-44-141-23 - 176380

HANDBUCH DER KAPITALMARKTINFORMATION

Handbuch der Kapitalmarktinformation / herausgegeben von Mathias Habersack, Peter O. Mülbart, Michael Schlitt ; bearbeitet von Rick van Aerssen ... [et al.]. 3. Aufl. München : Beck, 2020. xix, 1171 p. ; 24 cm. Índice p. 1155-1177.

ISBN: 9783406728709

Governança das sociedades / Transparência / Deveres de informação / Ofertas públicas / Abuso de informação privilegiada / Responsabilidade pelo prospecto

G-44-91S-6 - 175367

HERLIN-KARNELL, Ester.

Market manipulation and insider trading : regulatory challenges in the United States of America, the European Union and the United Kingdom / Ester Herlin-Karnell and Nicholas Ryder. Oxford [etc.] : Hart, 2021. xiv, 148 p. ; 24 cm. Índices. Bibliografía: p. [129]-138.

ISBN: 9781509951987

Abuso de informação privilegiada / Abuso de mercado / Manipulação do mercado / Mercado de capitais

G-44-142-6 - 175617

JOST, Patrick.

Das Insolvenzgeld und seine Vorfinanzierung / Patrick Jost. Hamburg : Verlag Dr. Kovač, 2021. xxxvii, 202 p. : il. ; 21 cm. (Schriftenreihe Insolvenzrecht in Forschung und Praxis ; Band 118). Inclui bibliografia.

ISBN: 9783339121622

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Administração da massa insolvente / Garantia salarial

G-44-142-8 - 175647

KEAY, Andrew R.

McPherson & Keay's : the law of company liquidation / Andrew R Keay. 5th ed. London : Sweet & Maxwell : Thomson Reuters, 2021. clxxxix, 1321 p. ; 24 cm. Índice: p. 1285-1321.

ISBN: 9780414089204

Falência / Insolvência / Recuperação de empresas / Órgãos da insolvência / Liquidação da massa insolvente

G-44-141-6 - 175635

KENNEDY, William Rann, 1846-1915.

Kennedy & Rose : law of salvage / Francis D. Rose. 10th ed. London : Sweet & Maxwell : Thomson Reuters, 2021. lxxxix, 959 p. ; 24 cm. Índice: p. 909-959.

ISBN: 9780414085732

Direito marítimo / Transporte marítimo / Salvação marítima / Navio

G-44-141-8 - 176180

KLOTZ, James M.

International sales agreements : an annotated drafting and negotiation guide / James M Klotz. Alphen aan den Rijn : Wolters Kluwer, 2018. XXIV, 436 p. ; 24 cm. Índice : p. 425 -436.

ISBN: 9789403500904

Contratos internacionais / Compra e venda de mercadorias / Conhecimento de carga / Seguro marítimo / Arbitragem / Incoterms

G-44-141-21 - 176000

LIND, Jana.

Legitimation der Restschuldbefreiung : Das System der gesetzlichen Entschuldungsbedingungen im Lichte der Reformen / von Jana Lind. Berlin : Duncker & Humblot, 2021. 369 p. ; 24 cm. (Schriften zum Bürgerlichen Recht ; Band 529). Bibliografia: p. [343]-365. Índices.

ISBN: 9783428181599

Insolvência / Falência / Exoneração do passivo restante

G-44-136-14 - 176118

MARCO BIAGI

Marco Biagi : Un giurista progettuale : scritti scelti / a cura di Luigi Montuschi, Michele Tiraboschi, Tiziano Treu. Milano : Giuffrè Editore, 2003. XXIII, 735 p. ; 24 cm. (Collana Adapt-Fondazione Marco Biagi ; 1).

ISBN: 9788814101854

Biagi, Marco, 1950-2002 / Direito do trabalho

Gab. 1-2-47-2 - 176116

MARTINS, Alexandre de Soveral, 1967-

Um curso de direito da insolvência / Alexandre de Soveral Martins. 4.^a ed., rev. e atual. Coimbra : Edições Almedina, 2022- . vol. ; 24 cm. (Manuais universitários). Índice: p. 699-715. Vol. 1, 715 p.

ISBN: 9789894003212 (vol. 1)

Direito da insolvência

G-44-145-4 - 176491

MORTHORST, Sabrina.

Die Obergesellschaft im Beherrschungsvertrag in der Insolvenz / Sabrina Morthorst. 1. Aufl. Hamburg : Verlag Dr. Kovač, 2020. LXII, 193 p. ; 22 cm. (Insolvenzrecht in Forschung und Praxis ; 116). Dissertation Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover 2020. Inclui bibliografia.

ISBN: 9783339116628

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Grupos de sociedades / Administrador de insolvências

G-44-142-17 - 175902

NAZARI-KHANACHAYI, Arian.

Die Haftung im Kapitalgesellschafts- und Konzernrecht / Arian Nazari-Khanachayi. 1. Aufl. Baden-Baden : Nomos, 2021. 198 p. ; 23 cm. (NomosPraxis).

ISBN: 9783848778652

Falência / Insolvência / Recuperação de empresas / Litígios societários / Grupos de sociedades / Responsabilidade dos administradores

G-44-136-17 - 175955

NOSSKE, Theresa Luzia.

Die Sanierungsfusion im deutschen Recht / Theresa Luzia Noßke. Berlin : Peter Lang, 2021. 150 p. ; 22 cm. (Studien zum deutschen und europäischen Gesellschafts- und Wirtschaftsrecht ; Band 21). Orig. tese de doutoramento apresentada à Universidade de Colónia, 2020. Inclui bibliografia.

ISBN: 9783631846414

Fusão / Falência / Insolvência / Recuperação de empresas

G-44-142-10 - 175973

OLIVEIRA, Fabrício de Sousa.

Governança corporativa : a crise financeira e os seus efeitos : equívocos e possibilidades / Fabrício de Souza Oliveira. Rio de Janeiro : Editora Processo, 2022. 358 p. : il. ; 23 cm. Orig. tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 2020, sob orientação de Jorge Coutinho de Abreu. Bibliografia: p. 343-358.

ISBN: 9786589351962

Governança corporativa -- Brasil

G-44-145-3 - 176474

PÁSSARO, Nuno Vieira.

Direito do desporto : uma visão prática / Nuno Vieira Pássaro ; prefácio Pedro Berjano de Oliveira. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 277 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 271-277.

ISBN: 9789726297024

Direito do desporto

L-3A-7A-24 - 176434

PAULSEN, Laura.

Vorstandshandeln aufgrund anfechtbarer oder bereits angefochtener Hauptversammlungsbeschlüsse : Eine untersuchung der Ausführungsflucht während der Schwebezeit / Laura Paulßen. Hamburg : Verlag Dr. Kovač, 2021. xxii, 253 p. ; 21 cm. (Schriftenreihe Schriften zum Handels- und Gesellschaftsrecht ; Band 249). Orig. dissertação apresentada à Universidade de Dusseldorf, 2021. Bibliografia: p. 243-253.

ISBN: 9783339125804

Deliberações sociais / Órgãos de administração / Assembleia geral / Deliberações inválidas / Conselho de administração

G-44-142-39 - 175653

A REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS

A reforma da tributação das empresas : uma visão para o empresariado brasileiro / coordenadores Fabricio Alves Quirino, Luiz Cláudio Cardona Pereira ; Adriene Maria de Miranda Veras. São Paulo : Almedina, 2021. 474 p. : il. ; 23 cm. Bibliografia no final de cada capítulo.

ISBN: 9789894000846

Tributação das empresas -- Brasil

G-44-145-6 - 176516

LAS REGLAS DE ROTTERDAM SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO

Las Reglas de Rotterdam sobre transporte marítimo : pros y contras del nuevo convenio / Rosario Espinosa Calabuig (dir). Valencia : Tirant lo Blanch, 2013. 485 p. ; 22 cm. (Tirant monografías ; 891). Incluye bibliografía.

ISBN: 9788490338551

Transporte marítimo de mercadorias / Regras de Roterdão / Responsabilidade civil do transportador / Arbitragem

G-44-142-1 - 175585

RÜTHER, Max.

Die Offenlegungspflichten bei der Aufsichtsratswahl nach dem Deutschen Corporate Governance Kodex : Auslegung, Rechtsrisiken, Handlungsempfehlungen / Max Rütther. Hamburg : Verlag Dr. Kovač, 2021. 335 p. ; 21 cm. (Schriftenreihe Schriften zum Handels- und Gesellschaftsrecht ; Band 244). Bibliografia: p. 313-335.

ISBN: 9783339121448

Governança das sociedades / Órgãos de fiscalização / Fiscalização das sociedades / Conselho de administração / Conselho geral e de supervisão / Gestão do risco

G-44-142-5 - 175840

SINDICATOS E AUTONOMIA PRIVADA COLETIVA

Sindicatos e autonomia privada coletiva : perspectivas contemporâneas / organizadores Túlio Massoni, Francesca Columbu. São Paulo : Almedina, 2017. 568 p. ; 23 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9788584932771

Direito de greve / Direito do trabalho / Sindicalismo / Negociação coletiva / Sindicatos

L-3A-49-3 - 176200

STAHL, Caroline Helene.

Haftung von Unternehmen für Menschenrechtsverletzungen ihrer ausländischen Zulieferer : Untersuchung unter besonderer Berücksichtigung kollisionsrechtlicher Fragen / Caroline Helene Stahl. Hamburg : Verlag Dr. Kovač, 2020. xiv, 90 p. : il. ; 21 cm. (Schriften zum Unternehmensrecht mitsamt seinen ökonomischen Bezügen ; Band 7). Inclui bibliografia.

ISBN: 9783339119063

Responsabilidade social das empresas / Direitos humanos / Governação das sociedades

G-44-142-3 - 175649

SUPIOT, Alain.

Crítica del derecho del trabajo / Alain Supiot. Madrid : Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1996. 309 p. ; 22 cm. (Colección Informes y Estudios. Serie General ; N. 11). Inclui bibliografia. Índice : p. [301]-309.

ISBN: 9788474349283 / 8474349281

Direito do trabalho / Direito do trabalho -- filosofia

L-3A-49-4 - 175971

TETTENBORN, Andrew M.

Admiralty claims / by Andrew M. Tettenborn, Francis D. Rose. London : Sweet & Maxwell : Thomson Reuters, 2020. cxvi, 631 p. ; 24 cm. (British shipping laws). Índice: p. 607-631.

ISBN: 9780414075276

Direito marítimo / Direito dos transportes / Transporte marítimo / Poluição marítima / Salvação marítima / Arbitragem / Insolvência

G-44-141-7 - 176183

VOGEL, Louis, 1954-

Du droit commercial au droit économique : commerçants, justice commerciale, fonds de commerce, bail commercial, propriété industrielle, concurrence déloyale, transparence tarifaire, pratiques restrictives, ententes, abus de domination, procédure de la concurrence, concentrations / Louis Vogel. 21e., éd. Paris : L.G.D.J., 2020. 1656 p. ; 24 cm. (Traité de droit des affaires ; Tomo 1). Inclui bibliografia. Índice : p. [1617]-1648.

ISBN: 9782275064703

Direito comercial -- França / Direito económico -- França

G-44-142-40 - 176480

WILLIAMSON, David, 1954-

The structure of regulation : explaining why regulation succeeds and fails / David Williamson, Gary Lynch-Wood. Cheltenham : Edward Elgar, 2021. x, 145 p. : il. ; 25 cm. (Elgar studies in law and regulation).
Bibliografia: p. 130-138.

ISBN: 9781800883291

Regulação / Direito das sociedades / Sociedades anónimas

G-44-145-6 - 176482

XICATO, Mário Santos Garcia.

Responsabilidade dos administradores pela falência : diálogo entre o direito angolano e o português / Mário Santos Garcia Xicato. Lisboa : Universidade Católica Editora, 2021. 191 p. ; 23 cm. (Teses de Direito).
Bibliografia: p. [183]-190.

ISBN: 9789725407660

Falência no direito angolano / Responsabilidade dos administradores / Falência -- Angola

G-44-143-34 - 176424

Ciências Jurídico-Civilísticas

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Direito internacional privado : textos normativos fundamentais / [comp.] Dário Moura Vicente. 5ª ed. Coimbra : Almedina, 2021. 1088 p. ; 21 cm. (Coletâneas de legislação).

ISBN: 9789724099767

Direito internacional privado

F-8-31-31 - 176524

FEMINIST JUDGMENTS

Feminist judgments : family law opinions rewritten / edited by Rachel Rebouché. Cambridge : Cambridge University Press, 2020. xxi, 426 p. ; 24 cm. (Feminist judgments series). Inclui bibliografia. Índice: p. 425-426.

ISBN: 9781108471701

Relações familiares / Feminismo / Direito da família

B-18-130-25 - 175350

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, 1963-

Direito das obrigações / Luís Manuel Teles de Menezes Leitão. 16.ª ed. Coimbra : Almedina, 2022- . vol. ; 23 cm. (Manuais universitários). Bibliografia: p. 509-529. Vol. 1: Introdução da constituição das obrigações.

ISBN: 9789894001966 (vol. 1)

Direito das obrigações / Direito de crédito / Direitos reais / Contratos / Enriquecimento injustificado

B-18-122-37 - 176525

LELEU, Yves-Henri.

Droit des personnes et des familles / Yves-Henri Leleu. 4e., éd. Bruxelles : Larcier, 2020. 887 p. ; 24 cm. (Collection de la Faculté de Droit de l'Université de Liège). Inclui bibliografia. Índice : p. [833]-855.

ISBN: 9782807918214

Direito das pessoas -- Bélgica / Direito da família -- Bélgica / Direitos de personalidade / Vulnerabilidade / Adoção / Filiação / Casamento / Divórcio

B-18-130-37 - 176139

OLIVEIRA, Guilherme Freire Falcão de, 1947-

Manual de direito da família / Guilherme de Oliveira ; com a colaboração de Rui Moura Ramos. 2ª ed. Coimbra : Almedina, 2021. 743 p. ; 23 cm. (Manuais universitários). Inclui bibliografia. Índice : p. 721-743.

ISBN: 9789724097183

Direito da família -- manual

B-18-131-15 - 176522

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Comentário ao Código Civil : direito das coisas / Coord. Henrique Sousa Antunes. Lisboa : Universidade Católica Editora, 2021. 747 p. ; 24 cm. (Comentários de Leis).

ISBN: 9789725407974

Direito civil / Código civil -- comentário / Direito das coisas

B-18-130-36 - 176423

REFLEXÕES SOBRE A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL

Reflexões sobre a desjudicialização da execução civil / Elias Marques de Medeiros Neto, Flávia Pereira Ribeiro Coordenadores ; Prefácios de Teresa Arruda Alvim e Paula Costa e Silva ; Colaboradores Alexandre Chini... [et al.]. Porto : Editorial Juruá, 2020. 759, [5] p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789897127014

Execução civil

B-13-69-11 - 176282

SOTOMAIOR, Maria Clara, 1966-

Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio / Maria Clara Sottomayor. 8ª ed., rev., aum. e actual. Coimbra : Almedina, 2021. 661 p. ; 23 cm. (Monografias).

ISBN: 9789894000396

Responsabilidade parental / Divórcio / Direito / Poder paternal -- Portugal

B-18-131-18 - 176523

Ciências Jurídico-Criminais

THE AFRICAN COURT OF JUSTICE AND HUMAN AND PEOPLES' RIGHTS IN CONTEXT

The African Court of Justice and human and peoples' rights in context : development and challenges / Charles Jalloh, Kamari Maxine Clarke, Vincent O. Nmeihelle. Cambridge : Cambridge University Press, 2019. XXX, 1167 p. : il. ; 24 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. 1127-1167

ISBN: 9781108422734

Tribunal Internacional dos Direitos Humanos -- África / Direito penal internacional / Justiça criminal -- África

G-49-1A-6 - 175630

BARBIERO, Diego Roberto.

Implantação de malwares em investigações complexas / Diego Roberto Barbiero ; Prefácio de Danni Sales Silva. Curitiba : Juruá Editora, 2021. 188 p. ; 21 cm. Bibliografia: p [165]-173.

ISBN: 9786556057682

Investigação criminal -- Brasil / Segurança pública / Interceptação telefónica

G-83-7-17 - 176455

COLLOQUE LES COÛTS DU SYSTÈME PÉNAL, Bruxelles, 2019.

Les coûts du système pénal / Sous la direction de Christine Guillain, Damien Scalia. Bruxelles : La Charte, 2020. VI, 195 p. ; 24 cm. (Dossiers de la revue de droit pénal et de criminologie ; 28). Inclui bibliografia.

ISBN: 9782874035814

Direito penal -- Bélgica / Processo penal -- Bélgica / Justiça criminal -- Bélgica

G-66-10-13 - 176293

CRIMES HEDIONDOS E ASSEMELHADOS = HEINOUS CRIMES

Crimes hediondos e assemelhados = Heinous crimes : atualizado em conformidade com a Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime) / Denise Hammerschmidt, coordenadora ; Prefácio Néfi Cordeiro ; Colaboradores Adel El Tasse... [et al.]. Porto : Editorial Juruá, 2020. 487, [5] p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789897127274

Crime / Homicídio / Femicídio / Genocídio / Lesão corporal / Furto / Estupro / Extorsão / Tortura / Terrorismo

G-83-7-16 - 176284

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO

Estudos em homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso : comentários aos principais votos do Ministro Barroso / Larissa Pinho de Alencar Lima coordenadora ; colaboradores Alessandra Mendes Spalding ... [et al.]. Porto : Editorial Juruá, 2020. 223, [5] p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789897127083

Pena / Aborto / Liberdade de expressão / Droga -- tráfico / Campanhas eleitorais -- financiamento privado / Crimes contra a administração pública

Gab. 1-2-46-25 - 176281

FERREIRA, Elisabete Moura Barreiros.

Cidade segura : o desenho urbano na prevenção criminal / Elisabete Moura Barreiros Ferreira. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Políticas e Segurança Interna, 2021. xi, 166 p. : il. ; 22 cm. Bibliografia: p. 154-166.

ISBN: 9789728630317

Urbanismo / Cidade segura -- prevenção / Desenho urbano / Crime -- prevenção / Espaços públicos

G-82-51-12 - 176275

HERRNFELD, Hans-Holger, 1956-

European public prosecutor's office : Regulation (EU) 2017/1939 implementing enhanced cooperation on the establishment of the European Public Prosecutors's Office ('the EPPO') : article-by-article commentary / by Hans-Holger Herrnfeld, Dominik Brodowski, Christoph Burchard. 1. Aufl. Baden-Baden : Nomos ; München : C.H. Beck ; Oxford : Hart Publishing, 2021. XXII, 798 p. ; 25 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. 787-798.

ISBN: 9783848748846 (Nomos) / 9781509947157 (Hart) / 9783406743887 (Beck)

Direito penal internacional / Direito penal internaciona -- Países da União Europeia / Justiça criminal

G-58-2H-7 - 176478

MACQ, Christelle.

Droit pénal et lutte contre les migrations irrégulières : contours et enjeux de l'incrimination de comportements transgressant les règles applicables en matière migratoire / Christelle Macq. Bruxelles : La Charte, 2021. VII, 184 p. : il. ; 24 cm. (Dossiers de la Revue de droit pénal et de criminologie ; 29).

ISBN: 9782874036156

Migração / Migração clandestina / Criminalização

G-66-10-14 - 176471

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Regime jurídico das contraordenações económicas : anotado / Ana Sirage Coimbra. Coimbra : Almedina, 2021. 247 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789724098623

Contraordenações económicas

G-82-51-9 - 176322

TAVARES, Juarez.

Lavagem de capitais : fundamentos e controvérsias / Juarez Tavares, Antonio Martins ; [prefácio] Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. 1.^a ed. São Paulo : Tirant lo Blanch, 2020. 166 p. ; 23 cm. Bibliografia: [157]-166.

ISBN: 9786587684734

Lavagem de dinheiro / Direito penal -- Brasil

G-84-7-51 - 176481

TRATADO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Tratado dos direitos das mulheres = Treatise of women rights / Denise Hammerschmidt, coordenadora ; Colaboradores Alexandre Barbosa Lemes ... [et al.]. Porto : Editorial Juruá, 2020. 521, [5] p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789897127021

Crime / Tráfico de pessoas / Violência contra a mulher / Assédio / Discriminação / Lei Maria da Penha -- Brasil

G-84-1-16 - 176285

Ciências Jurídico-Económicas

CHIA, Siow Yue.

ASEAN economic cooperation and integration : progress, challenges and future directions / Siow Yue Chia and Michael G. Plummer. Cambridge : Cambridge University Press, 2015. xxi, 195 p. : il. ; 22 cm. (Integration through law). Bibliografia: p. 175-178. Índice: p.179-195.

ISBN: 9781107503878

ASEAN / Relações económicas internacionais / Economia mundial

J-56-61-23 - 176509

INAMA, Stefano.

The foundation of the ASEAN Economic community : an institutional and legal profile / Stefano Inama, Edmund W. Sim. Cambridge : Cambridge University Press, 2015. xvi, 560 p. : il. ; 22 cm. (Integration through law). Índice: p. 539-560.

ISBN: 9781107498136

Integração económica -- Sudeste Asiático / Comunidade económica / ASEAN

J-56-61-24 - 176505

Ciências Jurídico-Filosóficas

CASTORIADIS, Cornelius, 1922-1997.

L'Institution imaginaire de la société / Cornelius Castoriadis. Paris : Seuil, cop. 1975. 538 p. ; 18 cm. (Points. Essais ; 383).

ISBN: 9782020365628

Comunismo / Marxismo / Filosofia política / Filosofia social / Ciências sociais

Gab. 1-8-10B-9 - 176485

CHENG, Anne.

Histoire de la pensée chinoise / Anne Cheng. Paris : Éditions du Seuil, cop. 1997. 696 p. : il. ; 22 cm. (Points. Essais ; 488). Bibliografia: [647]-649. Índice : [651]-696.

ISBN: 9782757844441

Filosofia -- China / Confucionismo -- China / Vida intelectual -- China

Gab. 1-8-10B-8 - 176486

DELSOL, Chantal, 1947-

Le crépuscule de l'universel : l'Occident postmoderne et ses adversaires, un conflit mondial des paradigmes / Chantal Delsol. Paris : Les éditions du Cerf, 2020. 377 p. ; 22 cm.

ISBN: 9782204135573

Universalismo / Direitos / Individualismo / Cosmopolitanismo / Despotismo / Pós-modernismo

Gab. 1-8-10B-7 - 175492

DUSSEL, Enrique, 1934-

Siete ensayos de filosofía de la liberación : hacia una fundamentación del giro decolonial / Enrique Dussel. Madrid : Editorial Trotta, 2020. 171 p. : il. ; 23 cm. (Colección Estructuras y procesos. Serie Filosofía). Bibliografia:

ISBN: 9788498797978

Filosofia da libertação / Ética de libertação / Marx, Karl, 1818-1883.

Gab. 1-12-49-14 - 175009

GARCÍA VILLEGAS, Mauricio, 1959-

Les pouvoirs du droit : analyse comparée d'études sociopolitiques du droit / Mauricio Garcia-Villegas. Issy-les-Moulineaux : LGDJ-Lextenso, 2015. 441 p. : il. ; 18 cm. (Droit et société. Les Petits manuels). Bibliografia: p. [377]-438.

ISBN: 9782275047393

Direito comparado / Sociologia jurídica -- Estados Unidos / Sociologia jurídica -- França / Sociologia jurídica -- América Latina

Gab. 1-3-18-2 - 176487

LAUBMEIER, Daniela.

Moderne Gesellschaften zwischen Homogenität und Pluralität : Basisprinzipien der Moderne in Eisenstadts Theorie der multiplen Modernitäten / Daniela Laubmeier. Wiesbaden : Springer, 2016. VI, 211 p. ; 22 cm. Bibliografia: p. [209]-217.

ISBN: 9783658134570

Sociedade / Sociologia / Modernidade / Eisenstadt, Shmuel Noah, 1923-2010

Gab. 1-8-10B-6 - 175500

POSTCOLONIALISM AND THE LAW

Postcolonialism and the law : critical concepts in law / edited by Denise Ferreira da Silva and Mark Harris. London : New York : Routledge, 2018. 4 vol. ; 23 cm. (Critical concepts in law). Bibliografia no final de cada capítulo. Vol. 1: Post-colonial legal theory: origins and texts, Vol. 2: Sovereignty and nation, Vol. 3: Law of the postcolonial, Vol. 4: Security and governance.

ISBN: 9780415640176 (Vol. 1) / 9780415640206 (Vol. 2) / 9780415640190 (Vol. 3) / 9780415640183 (Vol. 4) / 9780415640169 (O.C.)

Pós-colonialismo / Direitos humanos -- sec. 21 / Povos indígenas / Direito e étic / Direito -- filosofia

Gab. 1-8-10B-10 - 175721

Gab. 1-8-10B-11 - 175722

Gab. 1-8-10B-12 - 175723

Gab. 1-8-10B-13 - 175724

PREYER, Gerhard, 1945-

Soziologische Theorie der Gegenwartsgesellschaft / Gerhard Preyer. 2. Aufl. Wiesbaden : Springer, 2018. 3 vol. ; 24 cm. Vol. 1 : Mitgliedschaftstheoretische Untersuchungen. xvi, 142 p. ; Vol. 2 : Lebenswelt, System, Gesellschaft. x, 426 p. ; Vol. 3 : Mitgliedschaft und Evolution. xii, 470 p.

ISBN: 9783658132743 (Vol. 1) / 9783658132767 (Vol. 2) / 9783658132729 (Vol. 3)

Sociologia / Teoria sociológica -- Alemanha / Sociedade contemporânea / Filiação -- Alemanha

Gab. 1-3-15-36 - 175169

Gab. 1-3-15-37 - 175170

Gab. 1-3-15-38 - 175171

SCHWARTZ, Yves.

Le paradigme ergologique, ou un métier de philosophe / Yves Schwartz. Toulouse : Octarès Editions, 2000. 763 p. ; 24 cm. (Collection Travail et activité humaine). Inclui bibliografia.

ISBN: 9782906769694

Direito do trabalho / Sociologia do trabalho / Filosofia

Gab. 1-3-18-1 - 176490

Ciências Jurídico-Históricas

CARVALHO, Joaquim Martins de, 1822-1898.

Os assassinos da Beira : novos apontamentos para a história contemporânea / Joaquim Martins de Carvalho ; seguido de extratos das Memórias do tempo passado e presente para lição dos vindouros / de António Luís de Sousa Henriques Seco ; recolha de textos, introdução e notas por Mário Araújo Torres. 1.^a ed. Lisboa : Edições Ex-Libris, 2022. 468, [2] p. ; 23 cm.

ISBN: 9789899028531

Bandos armados -- região das Beiras (Portugal) -- séc. 19 / Criminalidade -- região das Beiras (Portugal) -- séc. 19

C-18-33-7 - 176526

C-18-33-8 - 176527

C-18-33-9 - 176528

FERNÁNDEZ SARASOLA, Ignacio, 1970-

Los primeros parlamentos modernos de España : 1780-1823 / Ignacio Fernández Sarasola. Madrid : Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010. 260 p. ; 23 cm. (Historia de la sociedad política). Bibliografía: p. 231-251

ISBN: 9788425914829

Política e governo -- Espanha / Parlamentos -- Espanha -- séc 18 / Parlamentos -- Espanha -- séc 19

C-13-4-80 - 175143

FERNÁNDEZ SARASOLA, Ignacio, 1970-

Proyectos constitucionales en España : 1786-1824 / Ignacio Fernández Sarasola. Madrid : Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2004. XLIV, 707 p. ; 23 cm. (Clásicos del pensamiento político y constitucional español). Inclui bibliografía.

ISBN: 9788425912719

Revisão constitucional / Direito constitucional -- Espanha -- 1786-1824

C-13-4-81 - 175144

GONÇALVES, Nuno Ivo.

A Intendência-Geral do Orçamento : história de um organismo que nunca existiu : 1929-1996 / Nuno Ivo Gonçalves. Lisboa : Edições Ex Libris, 2022. 267 p. ; 24 cm. Bibliografía: p. 255-260.

ISBN: 9789899028401

Intendência-Geral do Orçamento -- 1929-1996 / Administração pública -- históri. Reforma orçamental / Planeamento

C-18-33-4 - 176467

LUÍS, Pedro Manuel.

As misericórdias portuguesas face ao Estado e à Igreja : na promoção das obras de misericórdia : estudo canónico / Pedro Manuel Luís. Madrid : Ediciones Universidad San Dámaso, 2021. 403 p. ; 24 cm. (Dissertationes canonicae ; 14). Orig. tese de doutoramento em direito canónico apresentada à Universidade de San Dámaso em 2022. Bibliografía: p. 391-403.

ISBN: 9788417561444

Misericórdias portuguesas / Estado e Igreja -- Portugal / Igreja católica / Direito canónico

C-18-33-6 - 176466

PINTO, Eduardo Vera-Cruz, 1961-

Introdução ao estudo do Direito Romano : as questões fundamentais / Eduardo Vera-Cruz Pinto. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 535 p. ; 23 cm. (Interpretatio prudentium). Bibliografía: p. 519-535.

ISBN: 9789726297161

Direito romano -- manual

C-18-33-2 - 176436

VERGAMOTA, João Alberto Simão Amaral 1982-

A nomeação e o sustento do clero paroquial em Portugal antes e durante a monarquia constitucional (1820-1910) / João Alberto Simão Amaral Vergamota. Madrid : Ediciones Universidad San Dámaso, 2021. xxi, 438 p. ; 23 cm. (Dissertationes canonicae ; 13). Tese de doutoramento, Universidade Eclesiástica de San Dámaso, 2020. Bibliografia: p. 371-438.

ISBN: 9788417561390

Clero -- organização -- Portugal -- 1789-1910 / História religiosa -- Portugal -- séc.19 / Monarquia constitucional -- 1820-1910 -- Portugal

C-18-33-5 - 176321

Ciências Jurídico-Políticas

ARMSTRONG, Kenneth A.

Brexit time : leaving the EU : why, how and when? / Kenneth A. Armstrong. Reprinted. Cambridge : Cambridge University Press, 2018. x, 298 p. ; 22 cm. (Integration through law). Índice: p. 286-298.

ISBN: 9781108401272

Política e governo / Brexit / Relações diplomáticas / Referendo

D-12-182-28 - 176503

AUBIN, Emmanuel, 1970-

Le droit disciplinaire dans la fonction publique : catégories A+, A et B / Emmanuel Aubin, Nirmal Nivert. 1er., éd. Paris : Gualino : Lextenso, 2021. 148 p. ; 20 cm. (Fonction publique). Bibliografia: p. 147-148.

ISBN: 9782297075039

Funcionários -- Direitos -- França / Funcionários -- disciplina / Serviços públicos / Poder disciplinar

J-117-85-20 - 175832

AUDIÉ, Serge.

Néo-libéralisme(s) : une archéologie intellectuelle / Serge Audier. Paris : Bernard Grasset, 2021. 628 p. ; 23 cm. (Mondes vécus). Inclui bibliografia. Índice : p. [617]-628.

ISBN: 9782246736615

Neoliberalismo / Internacionalismo / Liberalismo

D-12-178-3 - 176477

BABINET, Gilles, 1967-

Refondre les politiques publiques avec le numérique : administration territoriale, État, citoyens / Gilles Babinet. Malakoff : Dunod, 2020. VI, [234] p. : il. ; 23 cm. (Hors collection).

ISBN: 9782100820764

Políticas públicas / Informática / Estado / Administração

D-12-179-2 - 175476

BARBOSA, Andreia.

Direito aduaneiro multinível / Andreia Barbosa. [S.l.] : Petrony, 2022. 756 p. ; 23 cm. Orig. tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Minho, sob orientação de Joaquim Freitas da Rocha. Bibliografia: p. [711]-751.

ISBN: 9789726853176

Direito aduaneiro / Tributação aduaneira

E-11-52-20 - 176464

BARSKANMAZ, Cengiz.

Recht und Rassismus : das menschenrechtliche Verbot der Diskriminierung aufgrund der Rasse / Cengiz Barskanmaz. Berlin : Springer, 2019. xviii, 419 p. ; 25 cm. Orig. tese de doutoramento apresentada à Universidade de Humboldt em 2016. Bibliografia: p. 383-419.

ISBN: 9783662597453

Racismo / Direitos humanos / Discriminação racial / Crimes de ódio / Direito constitucional

D-12-178-19 - 175304

BIELEFELDT, Heiner, 1958-

Freedom of religion or belief : an international law commentary / Heiner Bielefeldt, Nazila Ghanea, Michael Wiener. 1st., ed. Oxford : Oxford University Press, 2017. xxxvii, 660 p. ; 25 cm. Bibliografia: p. 593-609. Índice : p. 611-660

ISBN: 9780198813613

Liberdade religiosa / Direitos humanos / Direito internacional / Grupos vulneráveis

D-12-180-14 - 175961

BUMKE, Christian.

Casebook Verfassungsrecht / Christian Bumke, Andreas Voßkuhle. 8. Aufl. Tubinger : Mohr Siebeck, 2020. xxx, 674 p. ; 24 cm.

ISBN: 9783161595431

Direito constitucional -- Alemanha

D-12-178-18 - 175285

CANAS, Vitalino, 1959-

Discrecionariiedade, vinculação proporcionalidade / Vitalino Canas. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 85 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 77-85.

ISBN: 9789726297307

Discrecionariiedade / Proporcionalidade / Vinculação / Ponderação / Colisões normativas

J-117-83-37 - 176430

CARVALHO, Ana Celeste.

O princípio do inquisitório na justiça administrativa : o diálogo entre a lei e a prática jurisprudencial / Ana Celeste Carvalho. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 1330 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 1253-1330.

ISBN: 9789726297048

Justiça administrativa / Princípio do inquisitório

J-117-83-40 - 176440

CARVALHO, Hamilton Sarto Serra de.

O estado sanitário : a pessoa e seus direitos no estado constitucional de exceção : reflexões sobre a crise sanitária mundial / Hamilton Sarto Serra de Carvalho, Diogo Leite de Campos. Barcelona : Autografia, 2021. 210 p. ; 21 cm. inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9788419042811

Pessoa / Dignidade humana / Covid-19 / Relações jurídico-familiares / Estado constitucional

D-12-181-26 - 176462

COMENTÁRIOS À REVISÃO DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Comentários à revisão do código do procedimento administrativo / Fausto de Quadros ... [et al.] ; com a colaboração de Tiago Macieirinha. 2ª ed., revista e atualizada. Coimbra : Almedina, 2022. 492 p. ; 24 cm.

ISBN: 9789894002604

Código do procedimento administrativo / Procedimento administrativo

J-117-85-22 - 176518

CONCEPTOS PARA EL ESTUDIO DEL DERECHO ADMINISTRATIVO I EN EL GRADO

Conceptos para el estudio del derecho administrativo I en el Grado / Estanislao Arana García ... [et al.] (directores) ; Francisco Miguel Mombillar Sáenz (coordinador) ; Autores Estanislao Arana García ... [et al.] - 7ª ed. Madrid : Tecnos, 2021. 272 p. ; 24 cm. Incluye referências bibliográficas.

ISBN: 9788430982295

Direito administrativo -- Espanha

D-12-180-15 - 176320

CONCEPTOS PARA EL ESTUDIO DEL DERECHO ADMINISTRATIVO II EN EL GRADO

Conceptos para el estudio del derecho administrativo II en el Grado / Estanislao Arana García ... [et al.] (directores) ; Francisco Miguel Mombillar Sáenz (coordinador) ; Autores Francisco Miguel Mombillar Sáenz ... [et al.] - 8ª ed. Madrid : Tecnos, 2021. 384 p. ; 24 cm. Incluye referências bibliográficas.

ISBN: 9788430982325

Direito administrativo -- Espanha

D-12-180-16 - 176495

CONFERÊNCIA REVISÃO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS DE 2021, Lisboa, 2021.

A revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021 : (atas da Conferência de 27 e 28 de Maio de 2021 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) / organização Maria João Estorninho, Ana Gouveia Martins, Pedro Fernández Sánchez. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 253 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789726296942

Código dos contratos públicos

J-117-83-38 - 176438

COSTA, Eva Dias.

O direito à vida implica o direito a morrer? : pessoa e eutanásia / Eva Dias Costa, Diogo Leite de Campos. Lisboa : [s.n.], 2018. p. 683-705 ; 24 cm. Sep de: Revista da Ordem dos Advogados. A. 78, nº 3/4 (2018)

Direito à vida / Eutanásia / Direito à morte

D-12-180-21 - 176460

D-12-180-22 - 176461

COURSIER, Philippe, 1966-

Le droit supranacional de la protection sociale / Philippe Coursier ; préface de Pierre Mousseron et Jacques Raynard. Paris : LexisNexis, 2020. XVII, 190 p. : il. ; 24 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. 177-187.

ISBN: 9782711034680

Proteção social / Direito da segurança social / Direito supranacional

D-12-179-6 - 175481

CYNICAL INTERNATIONAL LAW?

Cynical international law? : abuse and circumvention in public international and European Law / Björnstjern Baade ... [et al.], Editors. Berlin : Springer Verlag, 2021. xvi, 369 p. ; 25 cm. (Beiträge zum ausländischen öffentlichen Recht und Völkerrecht ; Band 296). Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9783662621271

Direito público -- aspectos morais e éticos / Direito internacional -- aspectos morais e éticos / Abuso do direito / Evasão da lei

J-140-31-7 - 175172

DIAS, Sara Luís.

Direito fiscal : casos práticos resolvidos / Sara Luís Dias. 1.ª ed. Coimbra : GESTLEGAL, 2021. 117, [2] p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 115.

ISBN: 9789898951793

Direito fiscal -- casos práticos

E-11-52-21 - 176421

O DIREITO DA SAÚDE NA ERA PÓS-COVID-19

O direito da saúde na era pós-Covid-19 / Coordenadores Verônica Scriptore Freire e Almeida, Fernando Reverendo Vidal Akaoui, Marcelo Lamy. São Paulo : Almedina, 2021. 242 p. ; 24 cm. (Obras coletivas). Inclui referências bibliográficas

ISBN: 9786556271767

Covid-19 -- aspectos jurídicos / Pandemia / Direito à saúde / Direito internacional do trabalho / Política social / Refugiados -- direitos fundamentais / Sistema Único de Saúde -- Brasil

D-12-181-25 - 176459

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS EM COMEMORAÇÃO AOS 70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Direito internacional dos direitos humanos em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos / Diogo Pignataro de Oliveira, Yanko Marcus de Alencar Xavier, Thiago Oliveira Moreira (Organização) ; [Apresentação Felipe Santa Cruz]. Brasília : OAB Editora, 2022. 334 p. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9786558190448

Direitos humanos -- Brasil / Direito internacional público / Declaração Universal dos Direitos Humanos

J-140-31-17 - 176513

DONATI, Alessandra.

Le principe de précaution en droit de l'Union européenne / Alessandra Donati. Bruxelles : Larcier, 2021. 395 p. ; 24 cm. Thèse de doctorat, Droit européen, Paris [2019]. Bibliografia: [339]-376.

ISBN: 9782802768845

Meio ambiente / Saúde pública / Direito da União Europeia / Princípio da precaução -- direito da União Europeia / Gerenciamento de risco

D-12-180-26 - 175709

DÖRIG, Harald, 1953-

Handbuch Migrations- und Integrationsrecht / herausgegeben von Prof. Dr. Harald Dörig ; Bearbeiterverzeichnis, Dr. Uwe-Dietmar Berlit ...[et al.] - 2. Aufl. München : C.H.Beck, cop. 2020. XL, 1017, p. ; 24 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. 991-1017.

ISBN: 9783406747526

Direito de asilo / Lei da nacionalidade / Direito de residência / Lei de imigração -- Alemanha

D-12-180-23 - 175880

DUPUY, Pierre-Marie, 1946-

Droit international public / Pierre-Marie Dupuy Yann Kerbrat. 15e éd. Paris : Dalloz, 2020. XXXII, 962 p. ; 21 cm. (Précis Dalloz).

ISBN: 9782247198948

Direito internacional público

J-140-31-16 - 176034

THE ECONOMIC POLICY OF THE EUROPEAN UNIÓN IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 CRISIS

The economic policy of the European Unión in the context of the covid-19 crisis / F. Jesús Carrera Hernández, director. Cizur : Thomson Reuters Aranzadi, 2021. 285 p. : il. ; 24 cm. (Estudios).

ISBN: 9788413915685

Política económica / Covid-19 / Crise pandémica

D-12-180-17 - 176468

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO CARLOS DOS SANTOS

Estudos em homenagem ao professor Doutor António Carlos dos Santos / organizadores José Guilherme Xavier de Basto ...[et al.]. Coimbra : Almedina, 2021. 1322 p. : il. ; 23 cm. (Estudos em Homenagem). Inclui bibliografia.

ISBN: 9789724098531

Direito fiscal

Gab. 1-2-47-3 - 176517

FARINHA, Luís, 1954-

Emídio Guerreiro sob o despotismo da liberdade / Luís Farinha. Lisboa : Assembleia da República. Divisão de Edições, 2021. 359 p. : il. ; 25 cm. (Parlamento ; 82. Parlamentares do Regime Democrático).

ISBN: 9789725567494

Guerreiro, Emídio, 1899-2005 -- vida e obra

J-90-27-29 - 175163

FERNANDES, Fiipe de Vasconcelos.

As "demais contribuições financeiras a favor das entidades públicas" e a jurisprudência do Tribunal Constitucional / Filipe de Vasconcelos Fernandes. Lisboa : AAFDL Editora, 2022. 303 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 279-298.

ISBN: 9789726297369

Contribuições financeiras -- entidades públicas

D-12-182-25 - 176439

FIGUEIREDO, Eduardo António da Silva.

(R)evolução da legislação de saúde mental à luz da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência / Eduardo António da Silva Figueiredo ; orientação e supervisão Maria João da Silva Baila Madeira Antunes, Paula Sofia Couceiro de Almeida Távora Vítor. Coimbra : Instituto Jurídico, 2021. 285 p. : il. ; 23 cm. Bibliografia: p. [253]-282. Também disponível em linha.

https://doi.org/10.47907/livro2021_03

ISBN: 9789899075146 / **DOI** 10.47907/livro2021_03

Deficiência mental -- Portugal / Direitos das pessoas com deficiência / Saúde mental -- Portugal

D-12-181-24 - 176343

FRANÇOIS, Stéphane.

La nouvelle droite et ses dissidences : identité, écologie et paganisme / Stéphane François. Lormont : Le Bord de l'eau, cop. 2021. 232 p. ; 23 cm. (Documents). Bibliografia: p. 207-225. Índice : p. 227-232.

ISBN: 9782356877604

Ecologia / Identidade / Paganismo / Benoist, Alain, 1943- / Nova direita

D-12-181-16 - 175633

THE FUTURE OF ECONOMIC AND SOCIAL RIGHTS

The future of economic and social rights / edited by Katharine G. Young. 1st., ed. Cambridge : Cambridge University Press, 2019. XXVI, 683 p : il. ; 23 cm. (Globalization and human rights). Inclui bibliografia.

ISBN: 9781108418133

Direitos humanos -- aspectos económicos / Direitos humanos -- aspectos sociais / Direitos sociais

D-12-182-21 - 175730

HANDBUCH ARMUT UND SOZIALE AUSGRENZUNG

Handbuch Armut und soziale Ausgrenzung / Ernst-Ulrich Huster, Jürgen Boeckh, Hildegard Mogge-Grotjahn (Hrsg). 3., aktualisierte und erweiterte Auflage. Wiesbaden : Springer, 2018. X, 869 p. : il. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9783658190767

Ciência política / Desigualdade social / Ajuda ao desenvolvimento / Pobreza / Exclusão / Economia política internacional

D-12-180-24 - 176092

JURISDIÇÃO INTERNACIONAL

Jurisdição internacional : a realização do direito na esfera global internacional / Diogo Pignataro de Oliveira, Yanko Marcus de Alencar Xavier, Thiago Oliveira Moreira (Organização). Brasília : OAB Editora, 2020. 420 p. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9786558190035

Jurisdição internacional / Direito internacional privado / Cooperação jurídica internacional

J-140-31-18 - 176514

KHAN, Hamid, 1945-

Constitutional and political history of Pakistan / Hamid Khan. 3rd ed. Oxford : Oxford University Press, 2019. xxx, 872 p. ; 25 cm. Bibliografia: p. 860-863.

ISBN: 9780199407828

História constitucional -- Paquistão / Política e governo -- Paquistão

D-12-178-29 - 175302

KIRCHSCHLÄGER, Peter G.

Digital transformation and ethics : ethical considerations on the robotization and automation of society and the economy and the use of artificial intelligence / Peter G. Kirchsclaeger. 1st ed. Baden-Baden : Nomos, 2021. 537 p. ; 22 cm. Bibliografia: p. 427-537.

ISBN: 9783848742875

Ética / Digitalização / Inteligência artificial / Robótica / Direitos humanos / Proteção de dados

D-12-181-18 - 171686

KLIMASCHUTZRECHT

Klimaschutzrecht : Gesamtkommentar / Herausgegeben Walter Frenz; Bearbeitet von Stefan Altenschmidt. Berlin : Erch Schmidt Verlag, 2021. XLV, 762 p. ; 22 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. 733-762.

ISBN: 9783503194018

Direito do ambiente / Emissões de CO2 / Sustentabilidade

D-12-180-25 - 176075

KOSTA, Emílio Kafft.

Contencioso fronteiriço do mar : direito internacional, constitucional e geografia (Guiné-Bissau e Senegal nun estudo de caso) / E. Kafft Kosta. Lisboa : AAFDL Editora, 2022. 413 p. : il., fac-símiles, mapas ; 23 cm. Bibliografia: p. 239-247.

ISBN: 9789726297390

Direito internacional do mar / Direito constitucional / Fronteira marítima / Uti possidetis iuris / Resolução de litígios / Acordo por troca de notas

J-140-31-15 - 176432

KRETZMER, David, 1943-

The occupation of justice : the Supreme Court of Israel and the Occupied Territories / David Kretzmer & Yaël Ronen. 2nd ed. Oxford : Oxford University Press, 2021. ix, 543 p. ; 25 cm. (SUNY series in Israeli studies). Bibliografia: p. [517]-534. Índice: p. [535]-543.

ISBN: 9780190696023

Poder judicial -- Israel / Direitos civis / Ocupação territorial

D-12-178-23 - 175291

KRIESEL, Julia, 1984-

Peoples' Rights : Gruppenrechte im Völkerrecht : theorie und praxis des kollektiven menschenrechtsschutzes in Afrika, Amerika und Europa / Julia Kriesel. Tübingen : Mohr Siebeck, 2020. xix, 506 p. ; 24 cm. (Jus Internationale et Europaeum ; 162). Orig. tese de doutoramento apresentada à "Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg" em 2018. Bibliografia: p. [475]-495. Índice: p. [499]-506.

ISBN: 9783161577215 / **DOI** 10.1628/9783161577222

Direito das minorias / Direito internacional / Povos indígenas / Direitos humanos

D-12-178-8 - 175278

LUÍS, Sandra Lopes.

A aceitação do acto administrativo no direito português : posituação, conceito e efeitos / Sandra Lopes Luís. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 241 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 223-241.

ISBN: 9789726297239

Acto administrativo

J-117-83-39 - 176437

MACHADO, Paulo Afonso Leme.

Princípios de direito ambiental / Paulo Afonso Leme Machado, Maria Alexandra de Sousa Aragão ; colaboração de Gerd Winter e Michel Prieur. São Paulo : Editora JusPodium, 2022. 240 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 225-240.

ISBN: 9786556808611

Direito ambiental / Meio ambiente -- proteção / Desenvolvimento sustentável

D-12-181-21 - 176452

D-12-181-22 - 176453

D-12-181-23 - 176454

MALHERBE, Rassie.

Sub national constitutional law in South Africa / Rassie Malherbe, Dirk Brand. Alphen aan den Rijn : Wolters Kluwer, 2017. 211 p. ; 23 cm. This book was originally published as a monograph in the International Encyclopaedia of Laws/Constitutional law. Bibliografia: p. 202-208. Índice : p. 209-211.

ISBN: 9789041187413

Direito constitucional / Parlamento -- África do Sul / Governo -- África do Sul

D-12-181-28 - 175920

MORSA, Marc.

La rémunération en droit de la sécurité sociale : des indemnités diverses à l'allocation de mobilité / Mars Morsa ; Préface de Jean-Marie Genicot. Bruxelles : Larcier, 2020. 206 p. ; 24 cm. (Droit social). Inclui bibliografia.

ISBN: 9782807924376

Remuneração / Direito da segurança social / Prestações

D-12-179-3 - 175477

NASCIMENTO, Alex Alves.

Immigrants, migratory system : controversial aspects from a legal and humanist scope / Alex Alves do Nascimento. São Paulo : Dialética, 2021. 106 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: p. 97-106.

ISBN: 9786525217222

Imigrantes / Migração / Direitos humanos / Globalização

D-12-180-19 - 176501

NOVAIS, Jorge Reis, 1953-

Limites dos direitos fundamentais : fundamento, justificação e controlo / Jorge Reis Novais. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 260 p. ; 23 cm. (Manuais universitários). Bibliografia: p. 253-260.

ISBN: 9789724097824

Direitos fundamentais -- limites

D-12-182-26 - 176515

NOVAIS, Jorge Reis, 1953-

As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição / Jorge Reis Novais. 3ª ed. Lisboa : AAFDL Editora, 2021. 1018 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 971-1003. Índice : p. [1007]-1011.

ISBN: 9789726297291

Direitos fundamentais / Constituição

D-12-182-23 - 176428

THE OXFORD HANDBOOK OF GLOBAL LEGAL PLURALISM

The oxford handbook of global legal pluralism / Edited by Paul Schiff Berman. Oxford : Oxford University Press, 2020. xiii, 1118 p. ; 26 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9780197516744

Direito internacional / Globalização

D-12-178-27 - 175300

THE OXFORD HANDBOOK OF LAW AND HUMANITIES

The oxford handbook of law and humanities / Edited by Simon Stern, Maksymilian del Mar, Bernadette Meyler. Oxford : Oxford University Press, 2020. xxviii, 892 p. : il. ; 26 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9780190695620

Direito internacional / Humanidades

D-12-178-28 - 175301

PAIM, Gustavo Bohrer.

Direito eleitoral e segurança jurídica / Gustavo Bohrer Paim. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2016. 234 p. ; 25 cm. Orig. tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bibliografia: p. 237-243.

ISBN: 9788569538325

Direito eleitoral -- Brasil / Segurança jurídica / Justiça eleitoral / Insegurança legislativa

D-12-180-18 - 176465

PATBERG, Markus.

Constituent power in the European Union / Markus Patberg. Oxford : Oxford University Press, 2020. vii, 246 p. ; 25 cm. (Oxford constitutional theory). Bibliografia: p. 223-240.

ISBN: 9780198845218

Direito constitucional -- Países da União Europeia / Poder constituinte -- Países da União Europeia / Política e governo

D-12-178-20 - 175294

PIRIS, Jean-Claude, 1943-

Towards a rules-based community : an ASEAN legal service / Jean-Claude Piris and Walter Woon. Cambridge : Cambridge University Press, 2015. xxxii, 205 p. ; 22 cm. (Integration through law). Índice: p. 194-205.

ISBN: 9781107495265

Serviços jurídicos -- Sudeste Asiático / Unificação internacional -- Sudeste Asiático / ASEAN

D-12-181-31 - 176512

POLÍTICA DO MEDO

Política do medo : ou o mundo de hoje entre a privacidade e a segurança / Arlindo Oliveira ... [et al.] ; organização Pedro Garcia Marques e Tito Rendas. Lisboa : Universidade Católica Editora, 2021. 86 p. ; 23 cm. (ColloquIA; 1). Inclui bibliografia.

ISBN: 9789725408032

Política do medo / Privacidade / Segurança

D-12-182-22 - 176425

POPULIST CONSTITUTIONALISM AND ILLIBERAL DEMOCRACIES

Populist constitutionalism and illiberal democracies : between constitutional imagination, normative entrenchment and political reality / edited by Martin Belov. Cambridge : Intersentia, 2021. xvii, 378 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 339-375. Índice: p. 377-378.

ISBN: 9781839700606

Revolução / Estado / Constitucionalismo / Democracias liberais / Populismo

D-12-182-20 - 176476

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Código do Procedimento Administrativo, 2021 / Novo Código do Procedimento Administrativo : anotado e comentado / Fernando Gonçalves ... [et al.]. 7.ª ed., rev. e ampl. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 543 p. : il. ; 23 cm. (Códigos anotados). Índice.

ISBN: 9789894000815

Procedimento administrativo -- código -- Portugal

J-117-85-23 - 176519

REDRAFTING CONSTITUTIONS IN DEMOCRATIC REGIMES

Redrafting constitutions in democratic regimes : theoretical and comparative perspectives / edited by Gabriel L. Negretto. Cambridge : Cambridge University Press, 2020. xv, 247 p. ; 24 cm. (Comparative constitutional law and policy). Índices. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9781108839846

Direito constitucional / Democracia

D-12-157-25 - 175145

RELIGIOUS RULES, STATE LAW, AND NORMATIVE PLURALISM

Religious rules, state law, and normative pluralism : a comparative overview / Rossella Bottoni, Rinaldo Cristofori, Silvio Ferrari, Editors. Cham : Springer, 2016. X, 420 p. ; 24 cm. (Ius Comparatum - Global Studies in Comparative Law ; 18). Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9783319803289

Religião / Pluralismo / Direito internacional privado / Conflito de leis

D-12-178-15 - 175288

RIGAUDIAT, Jacques, 1947-

La dette, arme de dissuasion sociale massive / Jacques Rigaudiat. Vulaines-sur-Seine : Éditions du Croquant, 2018. 211 p. : il. ; 19 cm. (Espaces Marx).

ISBN: 9782365121545

Segurança social -- aspectos económicos -- França / Dívidas públicas -- França

D-12-181-27 - 176484

ROCHA, J. A. Oliveira.

Gestão de recursos humanos e direito da Função Pública / J.A. Oliveira Rocha. 1.^a ed. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 302 p. : il., quadros ; 23 cm. (Manuais profissionais). Bibliografia: p. 293-302.

ISBN: 9789724098548

Gestão de recursos humanos na administração pública / Direito da função pública / Direito administrativo / Administração pública

J-117-85-25 - 176521

ROCHA, Sérgio André.

Planejamento tributário na obra de Marco Aurélio Greco / Sérgio André Rocha. Rio de Janeiro : Editora Lumen Juris, 2019. 224, p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 203-224.

ISBN: 9788551912140

Direito tributário / Direito financeiro / Abuso de direito / Planejamento tributário -- Brasil / Greco, Marco Aurélio, 1947

E-11-52-23 - 176198

SEPARATION OF POWERS IN AFRICAN CONSTITUTIONALISM

Separation of powers in African constitutionalism / Edited by Charles M. Fombad. Oxford : Oxford University Press, 2016. xxiv, 415 p. ; 26 cm. Inclui referências bibliográficas. Índice: p. [399]-415.

ISBN: 9780198759799

Direito constitucional / Separação de poderes -- África

D-12-178-26 - 175299

SILVA, Luís Gonçalves da, 1969-

Direito constitucional do trabalho comparado / Luís Gonçalves da Silva, Sara Leitão. Lisboa: AAFDL Editora : Imprensa FDUL, 2021. 248 p. ; 23 cm. (Manuais da Clássica). Bibliografia: p. 219-248.

ISBN: 9789899091047 / 9789899099012

Direito do trabalho / Direito constitucional / Segurança no trabalho / Direito à remuneração / Direito à greve / Direito individual do trabalho / Direito colectivo do trabalho / Direito do trabalho comparado

F-24-14-21 - 176431

SOCIALIST LAW IN SOCIALIST EAST ASIA

Socialist Law in Socialist East Asia / Edited by Hualing Fu ... [et al.]. Cambridge : Cambridge University Press, 2019. xiv, 448 p. ; 23 cm. Índice: p. 429-448.

ISBN: 9781108796132 / **DOI** 10.1017/9781108347822

Socialismo -- China / Socialismo -- Vietname / Constitucionalismo

D-12-178-11 - 175275

SOMA, Paulo, 1973-

Temas atuais sobre autarquias locais no contexto português / Paulo Soma, Mabi Tito Mulaza Soma. Coimbra : [s.n.], 2021. 364 p. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789899991125

Autarquias locais -- Portugal

D-12-180-20 - 176472

SPICILEGIUM JURIS POLITICI

Spicilegium Juris Politici : mélanges offerts à Philippe Lauvaux / sous la direction de Tanguy Pasquier-Briand. Paris : Éditions Panthéon-Assas, cop. 2020. 1082 p. : il. ; 25 cm. Bibliografia do homenageado: p. [9]-15.

ISBN: 9782376510284

Instituições políticas -- França / Direito constitucional / Política / Direito público

Gab. 1-2-42-34 - 176055

TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITOS HUMANOS

Temas contemporâneos de direitos humanos / Raisia Duarte da Silva Ribeiro, Rodrigo de Souza Costa, Adriana de Oliveira Vidal (organizadores). São Paulo : LiberArs, 2017. 221 p. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas

ISBN: 9788594590459

Direitos humanos / Direitos fundamentais / Direito constitucional

D-12-181-32 - 176529

D-12-181-33 - 176530

D-12-181-34 - 176531

THIEFFRY, Patrick.

Traité de droit européen de l'environnement et du climat / Patrick Thieffry. 4e. éd. Bruxelles : Bruylant, 2020. 1862 p. ; 25 cm. (Collection droit de l'Union Européenne. Traités ; 1). Bibliografia: p. [1783]-1832.

ISBN: 9782802767084

Direito europeu / Direitos humanos / Direito do ambiente / Política ambiental / Meio ambiente / Mudança climática / Responsabilidade ambiental

D-12-181-29 - 176114

TRADITIONAL INSTITUTIONS IN CONTEMPORARY AFRICAN GOVERNANCE

Traditional institutions in contemporary African governance / Edited by Kidane Mengisteab, Gerard Hagg. London ; New York : Routledge, 2017. xi, 235 p. : il. ; 24 cm. (African governance ; 1). Bibliografia p. [215]-226. Índice: p. [227]-235.

ISBN: 9781138714892 / **DOI** 10.4324/9781315227948

Política e governo -- África / Direito consuetudinário -- Africa / Administração pública -- África

D-12-175-30 - 174998

TRATADO DE LISBOA, 2007.

Tratado de Lisboa / Miguel Gorjão-Henriques organização. 10.^a ed. Coimbra : Almedina, 2021. 505 p. ; 23 cm. (Textos da lei).

ISBN: 9789724097978

Tratado de Lisboa, 2007 / Direito comunitário / Legislação comunitária / União Europeia

SL- F-3-35 - 176451

VENZKE, Ingo.

The internal effects of ASEAN external relations / Ingo Venzke and Li-Ann Thio. Cambridge : Cambridge University Press, 2016. xx, 233 p. ; 22 cm. (Integration through law). Bibliografia: p. 209-222. Índice: p. 223-233.

ISBN: 9781316606551

ASEAN / Política e governo / Relações exteriores -- Sudeste Asiático / Unificação internacional -- Sudeste Asiático

D-12-182-27 - 176508

VIEIRA, Tiago Rafael.

Direito religioso : questões práticas e teóricas / Thiago rafael Vieira, Jean Marques Regina ; prefácios de Ives Gandra Martins e Franklin Ferreira. 3ª ed. ampliada e atualizada. São Paulo : Vida Nova, 2020. 521 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. [503]-516. Índice: p. [517]-521.

ISBN: 9788527509770

Direito religioso / Direito constitucional / Liberdade religiosa / Organização religiosa / Direito eclesiástico / Direito canónico

D-12-180-27 - 176533

VIEIRA, Tiago Rafael.

A laicidade colaborativa brasileira : da aurora da civilização à constituição brasileira de 1988 / Thiago Rafael Vieira, Jean Marques Regina ; [posfácio Jónatas Eduardo Mendes Machado]. São Paulo : Vida Nova, 2021. 319 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. [297]-319.

ISBN: 9786559670321

Igreja e Estado / Laicidade / Brasil -- história / Constituição brasileira -- 1988

D-12-182-31 - 176532

VISSER, Laura.

Das Recht auf Homeoffice in der Pandemie / Laura Visser, Philipp Voigt, Marko Vraetz. 1. Aufl. Baden-Baden : Nomos, cop. 2021. 160 p. ; 23 cm. (Arbeits- und Sozialrecht ; Band 168). Bibliografia: p. 147-160.

ISBN: 9783848782994

Pandemia / Homeoffice / Trabalho ao domicílio / Direitos fundamentais

D-12-181-17 - 175680

VULNERABILITÄT

Vulnerabilität : Diskurse und Vorstellungen vom Frühmittelalter bis ins 18. Jahrhundert = La vulnérabilité : discours et représentations du Moyen-Âge aux siècles classiques / herausgegeben von Cécile Lignereux ...[et al.]. Tübingen : Mohr Siebeck, 2020. XII, 476 p. ; il. ; 23 cm. (Bedrohte Ordnungen ; 13). Inclui bibliografia. Índice : p. [469]-476.

ISBN: 9783161576751

Vulnerabilidade / Conflito / Violência

D-12-181-15 - 175498

WATER MARKETS

Water Markets : A Global Assessment / Edited by Sarah Ann Wheeler. Cheltenham : Edward Elgar, 2021. XV, 276 p. : il. ; 23 cm. Bibliografia, no final de cada capítulo.

ISBN: 9781788976923

Abastecimento de água / Gestão do abastecimento de água / Segurança da água

J-117-85-21 - 176483

Vária

AI, DATA AND PRIVATE LAW

AI, data and private law : translating theory into practice / edited by Gary Chan Kok Yew and Man Yip. 1st., ed. Oxford [etc.] : Hart Publishing, cop. 2021. XVII, [1], 285 p. : il. ; 23 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. [277]-285.

ISBN: 9781509946839

Inteligência artificial / Proteção de dados / Veículos autónomos / Ativos digitais / Blockchain

J-92-23-25 - 175664

ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE ECONOMIC SECTOR

Artificial intelligence in the economic sector : prevention and responsibility / Editors Maria João Antunes, Susana Aires de Sousa. Coimbra : Instituto Jurídico, 2021. xvi, 205 p. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789899075184

Inteligência artificial / Bancos / Compliance / Negociação algorítmica / Negociação de alta frequência / Supervisão / Regulação / Mercados financeiros / Big Data / Responsabilidade penal empresarial / Responsabilidade corporativa / Direito criminal / Sociedade preditiva

RA-105 - 176496

RA-106 - 176497

J-92-23-28 - 176498

J-92-23-29 - 176499

J-92-23-30 - 176500

BARBOSA, Mafalda Miranda, 1977-

Inteligência artificial : entre a utopia e a distopia, alguns problemas jurídicos / Mafalda Miranda Barbosa. 1.^a ed. Coimbra : Gestlegal, 2021. 223 p. ; 23 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9789898951823

Inteligência artificial / Personalidade jurídica eletrónica / Biohacking / Proteção de dados / Desinformação / Arbitragem / Responsabilidade civil

J-92-23-20 - 176344

J-92-23-21 - 176345

J-92-23-22 - 176346

BRANDÃO, Fernando de Castro.

A escola e eu : da infantil à faculdade / Fernando de Castro Brandão. Lisboa : Ed. do A., 2021. 139 p. : il. ; 21 cm.

Ensino

J-90-23-28 - 174771

CAMPOS, Diogo Leite de, 1944-

No tempo / Diogo Leite de Campos. Coimbra : Almedina, 2006. 62, [1] p. ; 20 cm.

ISBN: 9724027244

J-90-23-31 - 176298

COVID-19

COVID-19 : Saúde judicialização e pandemia / Rodrigo Nóbrega Farias, Igor de Lucena Mascarenhas Organizadores ; Colaboradores Ademar Azevedo Régis... [et al.]. Porto : Editorial Juruá, 2020. 445, [5] p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789897127120

Covid-19 / Pandemia / Saúde

J-92-23-17 - 176283

DROIT DU PORTUGAL

Droit du Portugal / [coordonné par Diogo Leite de Campos]. Paris La Défense : LGDJ, un savoir faire de Lextenso, DL 2022. 108 p. ; 20 cm. (Bibliothèque de l'Association Henri Capitant).

ISBN: 9782275056180

Direito -- Portugal / Contratos / Pessoas / Negócios / Direito penal / Notários / Direito do trabalho / Administração -- responsabilidade / Família / Direito privado -- responsabilidade / História do direito / Magistrados / Fontes do direito / Bens / Constituição

J-90-23-32 - 176463

HÁBITOS DE VIDA SALUDABLES Y LUCHA CONTRA LA OBESIDAD

Hábitos de vida saludables y lucha contra la obesidad : los retos del derecho ante la salud alimentaria y la nutrición / Directores M. Asunción Torres López, Leonardo J Sánchez-Mesa Martínez ; Coordinador Francisco Miguel Bombillar Sáenz. Cizur Menor : Thomson Reuters Aranzadi, 2021. 603 p. : il. ; 24 cm. (Estudios). Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9788413914169

Obesidade / Nutrição / Vida saudável / Direito à alimentação / Estilo de vida saudável

I-6-20-34 - 176319

KEARNS, Michael.

El algoritmo ético : la ciencia del diseño de algoritmos socialmente responsables / Michael Kearns, Aaron Roth. 1ª., ed. Las Rozas : Wolters Kluwer, 2020. 305 p. : il. ; 20 cm. Índice : p. [283]-305. Título original: The ethical algorithm : the science of socially aware algorithm design.

ISBN: 9788418349447

Inteligência artificial / Algoritmo / Informática / Proteção de dados

J-92-23-26 - 175590

KÜNSTLICHE INTELLIGENZ UND ROBOTIK

Künstliche Intelligenz und Robotik : Rechtshandbuch / herausgegeben von Martin Ebers..[et al.] ; Bearbeitet von der Herausgebern und Susanne Beck..[et al.] - 1. Aufl. München : C.H. Beck, 2020. LI, 1034 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia. Índice : p. 1011-1034.

ISBN: 9783406748974

Inteligência artificial / Robótica

J-92-22-21 - 175362

OWEN, Sarah.

Paganism : a beginners guide / Sarah Owen. [North Charleston] : [CreateSpace Independent Publishing Platform], 2015. Sem pág. : il. ; 23 cm.

ISBN: 9781515057321

Paganismo / Panteísmo / Religião

J-92-23-19 - 173305

PASOLD, Cesar Luís.

Metodologia da pesquisa jurídica : teoria e prática / Cesar Luiz Pasold. 15ª ed. Florianópolis : Emais Editora, 2021. 157 p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9786586439595

Pesquisa jurídica / Metodologia da investigação / Trabalho científico

J-90-23-29 - 176492

PASOLD, Cesar Luís.

Metodologia da pesquisa jurídica : teoria e prática / Cesar Luiz Pasold. 15ª ed. Florianópolis : Emais Editora, 2021. 157 p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9786586439595

Pesquisa jurídica / Metodologia da investigação / Trabalho científico

J-90-23-30 - 176493

RIBEIRO, Rute Simões.

Gestão hospitalar baseada em valor no Serviço Nacional de Saúde : concretização do imperativo ético do doente / Rute Simões Ribeiro. [S.l.] : Petrony, 2022. 245 p. : il. ; 23 cm. (Centro de Direito Biomédico ; 30). Bibliografia: p. [217]-230.

ISBN: 9789726853190

Serviço Nacional de Saúde / Gestão hospitalar

B-21A-5-11 - 176494

SANTOS, Hugo Luz dos.

Direito do jogo contemporâneo : reflexões sobre o Admirável Mundo Novo / Hugo Luz dos Santos ; [prefácios Pedro Romano Martinez e José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho]. Braga : Nova Causa, Edições Jurídicas, cop. 2020. 199 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789898515919

Direito do jogo / Jogos de azar / Jogadores responsáveis / Jogadores compulsivos

J-92-23-27 - 173041

WOLFF, Lutz-Christian, 1961-

The art of law teaching / by Lutz-Christian Wolff. Singapore : Springer Singapore, Imp. 2021. XI, 127 p. ; 23 cm. (SpringerBriefs in Law). Bibliografia: p. 123-127.

ISBN: 9789811591471

Pedagogia / Ensino do direito / Técnica jurídica

J-92-23-24 - 176418

ANALITICOS DE MONOGRAFIAS

AFONSO, Ana Isabel da Costa, 1974-

The Judicial impact of COVID-19 in portuguese tenancy contract law / Ana Isabel da Costa Afonso.

In: Coronavirus and the law in Europe / Edited by Ewoud Hondius ... [et al.]. Cambridge [etc.] : Intersentia, 2021. ISBN 978-1-83970-082-8. p. 933-946.

Direito dos contratos / Arrendamento / Covid-19 -- Portugal

J-92-23-18 - 176328

ANTUNES, Henrique Sousa.

Portugal's COVID-19 legislation and the challenges raised for the change of circumstances regime / Henrique Sousa Antunes.

In: Coronavirus and the law in Europe / Edited by Ewoud Hondius ... [et al.]. Cambridge [etc.] : Intersentia, 2021. ISBN 978-1-83970-082-8. p. 677-698.

Covid-19 -- legislação -- Portugal

J-92-23-18 - 176328

CARVALHO, Jorge Morais.

Consumer law and COVID-19 in Portugal / Jorge Morais Carvalho.

In: Coronavirus and the law in Europe / Edited by Ewoud Hondius ... [et al.]. Cambridge [etc.] : Intersentia, 2021. ISBN 978-1-83970-082-8. p. 849-866.

Direito do consumidor / Covid-19 -- Portugal

J-92-23-18 - 176328

CORDEIRO, António Menezes, 1953-

The impact of COVID-19 in the Portuguese Legal System : a private law perspective through the principle of good faith / António Menezes Cordeiro and A. Barreto Menezes Cordeiro.

In: Coronavirus and the law in Europe / Edited by Ewoud Hondius ... [et al.]. Cambridge [etc.] : Intersentia, 2021. ISBN 978-1-83970-082-8. p. 289-300.

Covid-19 -- impacto / Ordenamento jurídico português / Boa-fé

J-92-23-18 - 176328

GUIMARÃES, Maria Raquel.

A portuguese approach to privacy in COVID-19 times : through the keyhole / Maria Raquel Guimarães and Maria Regina Redinha.

In: Coronavirus and the law in Europe / Edited by Ewoud Hondius ... [et al.]. Cambridge [etc.] : Intersentia, 2021. ISBN 978-1-83970-082-8. p. 1009-1026.

Privacidade / Covid-19 -- Portugal

J-92-23-18 - 176328

NABAIS, José Casalta, 1952-

Direitos fundamentais e tributação / José Casalta Nabais.

In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Carlos dos Santos / org. José Guilherme Xavier de Basto ... [et al.]. Coimbra : Almedina, 2021. ISBN 978-972-40-9853-1. p. 547-572.

Santos, António Carlos dos, 1945-2020 -- homenagem / Direitos fundamentais / Tributação

Gab. 1-2-47-3 - 176517

PORTO, Manuel Carlos Lopes, 1943-

O novo quadro financeiro plurianual e os desafios da União Europeia / Manuel Porto.

In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Carlos dos Santos / org. José Guilherme Xavier de Basto ... [et al.]. Coimbra : Almedina, 2021. ISBN 978-972-40-9853-1. p. 757-779.

Santos, António Carlos dos, 1945-2020, -- homenagem / Quadro financeiro plurianual -- 2021-2027 / Orçamento da União Europeia

Gab. 1-2-47-3 - 176517

REIS, João

A proteção jurídica dos trabalhadores com idade avançada em Portugal / João Carlos Simões dos Reis.

In: Estudios sobre la prolongación de la vida activa de los trabajadores / Fernando Elorza Guerreiro. Cizur Menor : Editorial Aranzadi, 2021. ISBN 978-84-1345-302-6. p. 365-406.

Reforma -- Idade -- Portugal / Trabalhadores -- idade avançada -- proteção jurídica

G-44-143-20 - 176470

SILVA, Marta Santos.

Nudging consumers towards sustainable practices regarding plastics in a post-COVID-19 Europe / Marta Santos Silva and Luisa Cortat Simonetti Gonçalves.

In: Coronavirus and the law in Europe / Edited by Ewoud Hondius ... [et al.]. Cambridge [etc] : Intersentia, 2021. ISBN 978-1-83970-082-8. p. 947-972.

Direito dos contratos / Arrendamento / Covid-19 -- Portugal

J-92-23-18 - 176328

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Ciências Jurídico-Empresariais

G-93-5

The Antitrust Bulletin. - New York. - Vol. 66, N. 4 (2021)

G-40-6

Der Handel: Das Wirtschaftsmagazin für Handelsmanagement. - Frankfurt. - Heft 1 (2022)

G-36-7

AG : Die Aktiengesellschaft. - Köln. - Jahr. 67, Heft 3, 4 (2022)

G-92-6

Betriebs - Berater. - Heidelberg. - Jahr. 77, Heft 8, 9 (2022)

L-5-13

Droit Social. - Paris. - N. 2 (2022)

G-93-5

EIPR : European Intellectual Property Review. - London. - Vol. 43, N. 12 (2021)

G-36-8

GmbHHR : GmbHHRundschau. - Köln. - Jahr. 113, Heft. 4, 5 (2022)

G-92-6

GRUR : Gewerblicher Rechtsschutz und Urheberrecht. - Weinheim. - Jahr. 124, Heft 4 (2022)

G-93-3

GRUR International. - Weinheim. - Jahr. 124, Heft 5 (2022)

L-5-2

International Sports Law Review. - London. - Vol. 22, N. 1 (2022)

G-93-4

Lloyd's Maritime and Commercial Law Quarterly. - London. - Vol. Completo (2021)

G-93-3

MarkenR. - Starnberg. - Heft 2 (2022)

G-93-5

NZG : Neue Zeitschrift für Gesellschaftsrecht. - Berlin. - Jahr. 25, Heft 6 (2022)

L-5-6

RdA : Recht der Arbeit. - München. - Jahr. 75, Heft 1 (2022)

G-37-5

RTDcom. : Revue Trimestrielle de Droit Commercial et de Droit Économique. - Paris. - N. 4 (2021)

G-93-1

Le Società : Rivista di Diritto e Pratica Commerciale Societaria e Fiscale. - Milanofiori Assago. - Anno 41, N. 2 (2022)

L-2-5

Trabalho e Segurança Social. - Porto. - N. 2 (2022)

G-28-5

WuW : Wirtschaft und Wettbewerb. - Düsseldorf. - Jahr. 72, Heft 3 (2022)

G-43-1

ZHR: Zeitschrift für das Gesamte Handelsrecht und Wirtschaftsrecht. - Heidelberg. - Band 186, Heft 1 (2022)

G-93-1

WM: Zeitschrift für Wirtschafts - und Bankrecht. - Frankfurt. - Jahr. 76, Heft 7 (2022)

Ciências Jurídico-Civilísticas

B-2-11

Danno e Responsabilità. - Milanofiori. - Vol. 27, N. 1 (2022)

B-1-3

Il Diritto di Famiglia e delle Persone. - Milano. - Vol. 50, N. 4 (2021)

B-2-5

Europa e Diritto Privato. - Milano. - N. 4 (2021)

B-4-11

GPR: Zeitschrift für Gemeinschaftsprivatrecht. - Heidelberg. - Jahr. 19, Heft. 1 (2022)

A-3-10

The Hastings Center Report. - New York. - Vol. 51, N. 6 (2021)

B-4-5

Journal des Tribunaux. - Bruxelles. - Ano 141, N. 6886 (2022)

E-A-1-18

MedR: Medizinrecht. - München. - Jahr. 40, Heft 2 (2022)

B-1-1

NJW-RR: Rechtsprechungs-Report Zivilrecht. - München. - Jahr. 37, Heft 3, 4 (2022)

B-9-4

La Nuova Giurisprudenza Civile Commentata. - Padova. - Vol. 37, N. 6 (2021)

B-4-2

Revista de Derecho Privado. - Madrid. - N. 1 (2022)

F-44-11

Rivista di Diritto Internazionale. - Milano. - Vol. 104, Fasc. 4 (2021)

B-2-10

VersR : Versicherungsrecht. - Karlsruhe. - Jahr. 73, Heft 4, 5 (2022)

B-7-16

Yearbook of Private International Law. - Hague. - Vol. 22 (2020/2021)

B-3-18

FamRZ: Zeitschrift für das Gesamte Familienrecht. - Bielefeld. - Jahr. 69, Heft 4, 5 (2022)

B-2-19

ZKJ: Zeitschrift für Kindschaftsrecht und Jugendhilfe. - Köln. - Jahr. 17, Heft 2 (2022)

Ciências Jurídico-Criminais

G-6-5

Crime and Delinquency. - New York. - Vol. 68, N. 2 (2022)

G-8-14

Crime, Law and Social Change. - Dordrecht. - Vol. 77, N. 2 (2022)

G-5-16

International Journal of Law, Crime and Justice. - Amesterdão. - Vol. 68, N. mar. (2022)

G-1-6

NStZ : Neue Zeitschrift für Strafrecht. - München. - Jahr. 42, Heft 3 (2022)

G-6-12

Revue de Droit Pénal et de Criminologie. - Bruxelles. - N. 1 (2022)

G-21-15

Rivista Italiana di Medicina Legale. - Milano. - Anno 43, N. 3 (2021)

G-4-15

StV : Strafverteidiger. - Frankfurt. - Jahr. 42, Heft 3 (2022)

G-4-15A

StV spezial : Strafverteidiger. - Köln. - Jahr. 2, Heft 1 (2022)

Ciências Jurídico-Económicas

E-25-9

American Economic Journal : Applied Economics. - Nashville. - Vol. 14, N. 1 (2022)

E-25-10

American Economic Journal : Macroeconomics. - Nashville. - Vol. 14, N. 1 (2022)

E-13-17A

The American economic review : Insights. - Nashville. - Vol. 1, N. 2, 4 (2019); Vol. 2, N. 1 a 4 (2020); Vol. 3, N. 1 a 4 (2021)

E-25-12

American Law and Economics Review. - Cary. - Vol. 23, N. 2 (2021)

E-36-15

Die Bank. - Köln. - Heft. 7 a 10 (2021); Heft. 2 (2022)

E-30-13

Boletim do Contribuinte. - Porto. - Vol. 90, N. 4, 5 (2022)

E-22-7

Canadian Journal of Economics. - Canadá. - Vol. 54, N. 3 (2021)

E-18-6

Constitutional Political Economy. - London. - Vol. 33, N. 1 (2022)

E-13-5

The Economist. - London. - Vol. 442, N. 9284 a 9286 (2022)

E-23-1

EuZW : Europäische Zeitschrift für Wirtschaftsrecht. - München und Frankfurt. - Jahr. 33 Heft 3, 4 (2022)

E-16-14

EWIR : Entscheidungen zum Wirtschaftsrecht. - Köln. - Jahrg. 38, Heft 4 (2022)

E-24-18

Gewerbe Archiv. - Alfeld. - Jahr. 68, Heft 3 (2022)

E-17-20

IMF : Economic Review. - Washington. - Vol. 70, N. 1 (2022)

E-24-17

International Review of Law and Economics. - New York. - Vol. 68, 69 (2021)

E-31-10

National Tax Journal. - Columbus. - Vol. 74, N. 4 (2021)

E-34-9

Revue Française de Finances Publiques. - Paris. - N. 157 (2022)

E-36-9

Rivista di Diritto Finanziario e Scienza delle Finanze. - Milano. - Anno 80, N. 3 (2021)

E-14-13

The World Economy. - Oxford. - Vol. 45, N. 1, 2 (2022)

E-25-3

ZIP : Zeitschrift für Wirtschaftsrecht. - Köln. - Jahr. 43, Heft 6 a 9 (2022)

Ciências Jurídico-Filosóficas

J-3-17

Legal Theory. - Cambridge. - Vol. 27, N. 4 (2021)

J-3-12

Notizie di Politeia. - Rivoli. - Anno 37, N. 144 (2021)

J-1-7

Persona y Derecho. - Pamplona. - N. 85 (2021)

J-1-9

Res Publica. - Liverpool. - Vol. 28, N. 1 (2022)

J-8-12

Revista Crítica de Ciências Sociais. - Coimbra. - N. 126 (2021)

J-3-20

RIFD : Rivista Internazionale di Filosofia del Diritto. - Milano. - Anno 98, N. 2 (2021)

Ciências Jurídico-Históricas

H-7-8

Annales. Histoire, Sciences Sociales. - Paris. - Année 76, N. 1 a 3 (2021)

H-7-12

Anuario de Historia del Derecho Español. - Madrid. - Tomo 91 (2021)

H-3-16

Bullettino dell'Istituto di Diritto Romano. - Milano. - Vol. 115 (2021)

H-5-12

Periodica de Re Canonica. - Roma. - Vol. 110, Fasc. 4 (2021)

Ciências Jurídico-Políticas

F-3-20

AJDA : L'Actualité Juridique. Droit Administratif. - Paris. - N. 6, 7, 9 (2022)

F-15-3

Archiv des Öffentlichen Rechts. - Tübingen. - Band 146, Heft 2 (2021)

F-20-9

Archiv des Völkerrechts. - Tübingen. - Band 59, Heft 4 (2021)

F-33-11

Cahiers de Droit Européen. - Bruxelles. - Vol. 34, N. 3, 4 (1998); Vol. 35, N. 3, 4 (1999); Vol. 37, N. 1 a 6 (2001); Vol. 38, N. 1 a 6 (2002); Vol. 39, N. 1, 2 (2003)

F-22-3

Democratization. - London. - Vol. 29, N. 2 (2022)

F-1-4

DVBL : Deutsches Verwaltungsblatt. - Köln. - Heft 4 (2022)

F-54-4

Énergie-Environnement-Infrastructures : actualité, pratiques et enjeux. - Paris. - N. 1 Supl. (2022)

F-34-12

European Law Review. - Londres. - Supl. (1996 a 2002); Vol. 47, N. 1 (2022)

F-31-20

EWS : Europäisches Wirtschafts- und Steuerrecht. - Antwerpen. - Jahr. 33, Heft 1 (2022)

F-32-15

ECLR : European Competition Law Review. - London. - Vol. 43, N. 3 (2022)

F-31-12

European Current Law. - London. - N. 3 (2022)

F-46-19

European Human Rights Law Review. - London. - N. 1 (2022)

F-34-4

European Law Journal. - Oxford. - Vol. 26, N. 5, 6 (2020)

F-44-7

ILM : International Legal Materials. - Washington. - Vol. 60, N. 6 (2021)

F-11-8

Journal of African Law. - London. - Vol. 65, Supl. 2 (2021)

F-31-14

Journal of European Public Policy. - London. - Vol. 29, N. 2 (2022)

F-2-7

NZS : Neue Zeitschrift für Sozialrecht. - München. - Jahr. 31, Heft 5 (2022)

F-4-14

NVwZ : Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht. - München. - Jahr. 41, Heft 5 (2022)

F-20-5

Perspectives on Politics. - New York. - Vol. 19, N. 4 (2021)

F-17-10

PS : Political Science and Politics. - Washington. - Vol. 55, N. 1 (2022)

F-2-10

Revista de Administración Pública. - Madrid. - N. 214 (2021)

F-3-12

Revista de Contratos Públicos. - Coimbra. - N. 28 (2021)

F-31-18

Revista de Derecho Comunitario Europeo. - Madrid. - Año 25, N. 68, 70 (2021)

F-50-3

Revista de Derecho Urbanístico y Medio Ambiente. - Madrid. - Año 56, N. 351 (2022)

F-16-20

Revista Española de Derecho Constitucional. - Madrid. - Año 41, N. 121, 122 (2021)

F-4-4

Revista Vasca de Administración Pública. - Oñati. - N. 121 (2021)

F-5-17

Rivista del Diritto della Sicurezza Sociale. - Torino. - Vol. 21, N. 4 (2021)

F-1-3

Rivista Giuridica dell'Edilizia. - Milano. - Anno 64, Fasc. 5 (2021)

F-18-9

Der Staat. - Berlin. - Band 60, Heft 4 (2021)

F-1-2

VerwArch : VerwaltungsArchiv. - Köln. - Band 113, Heft 1 (2022)

F-23-1

West European Politics. - London. - Vol. 45, N. 4 (2022)

B-2-14

ZVR : Zeitschrift für Verkehrsrecht. - Wien. - Jahr. 67, Heft 2 (2022)

Vária

A-70-20

Artificial Intelligence and Law. - Dordrecht. - Vol. 30, N. 1 (2022)

A-17-6

Brotéria. Cristianismo e Cultura. - Lisboa. - Vol. 194, N. 3 (2022)

A-5-11

The Cambridge Law Journal. - Cambridge. - Vol. 80, Part 3 (2021)

A-10-18

Colectânea de Jurisprudência. - Coimbra. - Ano 46, Tomo 4 (2021)

A-17-17

Columbia Law Review. - New York. - Vol. 121, N. 8 (2021)

A-5-10

Critical Review. - Danbury. - Vol. 33, N. 2 (2021)

A-18-16

De Legibus : Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. - Lisboa. - N. 1 (2021)

J-63-3 (Dep. de S. Pedro)

The Doshisha Hogaku. - Kyoto. - N. 423 (2021)

A-5-2

Il Foro Italiano. - Roma. - Anno 147, N. 1, 2 (2022)

A-5-4

Giurisprudenza Italiana. - Torino. - (2022)

A-17-20

Harvard Law Review. - Cambridge. - Vol. 135, N. 3 (2022)

L-26-5 (Dep. de S. Pedro)

The Hogaku Ronshu. - Osaka. - Vol. 71, N. 4 (2021)

A-11-8

JUS : Juristische Schulung. - Frankfurt. - Heft. 3 (2022)

A-15-13

JZ : Juristen Zeitung. - Tübingen. - Jahr. 77, Heft 4 (2022)

A-6-10

Law and Society Review. - Amherst. - Vol. 55, N. 3, 4 (2021)

A-18-7

MDR : Monatsschrift für Deutsches Recht. - Köln. - Heft 22 (2021); Heft 2, 3 (2022)

A-5-15

ÖJZ : Österreichische Juristen-Zeitung. - Wien. - Jahr. 77, Heft 3, 4 (2022)

A-39-3

Politics. - Oxford. - Vol. 42, N. 1 (2022)

A-63-12

Prudentia Iuris. - Buenos Aires. - N. 91 (2021)

A-19-9

Recueil Dalloz. - Paris. - Année 198, N. 6 a 8 (2022)

A-12-17

Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. - S. Paulo. - Ed. Esp. (2021)

A-33-6

Revista Juridica de Catalunya : Doutrina. - Barcelona. - Ano 120, N. 4 (2021)

A-33-7

Revista Jurídica de Catalunya : Jurisprudencia. - Barcelona. - Any 120, N. 4, 5 (2021)

A-18-8, Leitura, Corredor

RLJ : Revista de Legislação e de Jurisprudência. - Coimbra. - Ano 151, N. 4031 (2021)

A-20-17

Revista da Ordem dos Advogados. - Lisboa. - Ano 81, N. 3, 4 (2021)

A-17-7

Tulane Law Review. - New Orleans. - Vol. 96, N. 1 (2021)

A-19-3

The University of Chicago Law Review. - Chicago. - N. 89 (2022)

A-6-4

Washington Law Review. - Washington. - Vol. 96, N. 4 (2021)

A-29-13

Zbornik Pravnog Fakulteta U Zagrebu. - Zagreb. - Vol. 71, Br. 5, 6 (2021)

A-19-16

ZSR : Zeitschrift für Schweizerisches Recht. - Basel. - Band 141, Heft 1 (2022)

ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICA

Alumni em Revista

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA.

A Associação na imprensa / Associação dos Antigos Estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra.

In: Alumni em Revista. N.º 0 (2008), p. 9-11

Imprensa

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA.

Coimbra de outros tempos : [fotos] / Associação dos Antigos Estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra.

In: Alumni em Revista. N.º 1 (2009), p. 40-47

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA.

Uma homenagem a Fausto Correia / Associação dos Antigos Estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra.

In: Alumni em Revista. N.º 0 (2008), p. 23

Correia, Fausto -- homenagem

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA.

Jantar Convívio de 16 de Maio de 2009 [fotos] / Associação dos Antigos Estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra.

In: Alumni em Revista. N.º 2 (2010), p. 13

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA.

Os nossos associados / Associação dos Antigos Estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra.

In: Alumni em Revista. N.º 0 (2008), p. 17-22

CALDAS, Luís Filipe.

A Universidade : ponto geodésico do direito / Luís Filipe Caldas.

In: Alumni em Revista. N.º 2 (2010), p. 5-12

CARVALHO, Daniel Proença de, 1941-

Um Concerto inesquecível / Daniel Proença de Carvalho.

In: Alumni em Revista. N.º 2 (2010), p. 15-17

COSTA, João Pedro Lopes.

A universalização da razão / João Pedro Lopes Costa.

In: Alumni em Revista. N.º 4 (2012), p. 12-17

GAUDÊNCIO, Ana Margarida Simões, 1976-

Do paradigma da tradução ao paradigma do juízo : (re)leitura de um contraponto entre literatura e direito / Ana Margarida Simões Gaudêncio.

In: Alumni em Revista. N.º 4 (2012), p. 5-9

HOMENAGEM A ANTÓNIO LUZIO VAZ

Homenagem a António Luzio Vaz.

In: Alumni em Revista. N.º 3 (2011), p. 18

Vaz, António Luzio – homenagem

HOMENAGEM A DANIEL ANDRADE

Homenagem a Daniel Andrade.

In: Alumni em Revista. N.º 2 (2010), p. 18

LENCASTRE, Maria de Fátima.

Para a Alumni / Maria de Fátima Lencastre.

In: Alumni em Revista. N.º 0 (2008), p. 14-16

LOBO, António da Costa.

O tribunal penal internacional : alguns temas para reflexão / António Costa Lobo.

In: Alumni em Revista. N.º 1 (2009), p. 3-11

Tribunal Penal Internacional

LOUREIRO, João Carlos, 1962-

Encontro geracional, memória e futuro : A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a Geografia do Coração / João Carlos Loureiro.

In: Alumni em Revista. N.º 3 (2011), p. 11-14

MARTINS, António Lourenço.

Gravações no tempo / António Lourenço Martins.

In: Alumni em Revista. N.º 3 (2011), p. 5-8

PRÉMIO EDUARDO CORREIA

Prémio Eduardo Correia.

In: Alumni em Revista. N.º 4 (2012), p. 18-20

SOUSA, Susana Aires de, 1977-

A Alumni e o ciclo das quintas pitagóricas / Susana Aires de Sousa.

In: Alumni em Revista. N.º 3 (2011), p. 15

VALE, Luís Menezes do.

Kant com Humboldt à Bolonhesa? Algumas hipóteses culinárias para os novos apetites universitários... / Luís Menezes do Vale.

In: Alumni em Revista. N.º 1 (2009), p. 13-40

VILAR, Rui.

O melhor tempo / Rui Vilar.

In: Alumni em Revista. N.º 0 (2008), p. 13

VILELA, Alexandra, 1968-

A minha Faculdade / Alexandra Vilela.

In: Alumni em Revista. N.º 0 (2008), p. 12

Legal Studies

ABBO, Carolyn.

Losing the local? Public participation and legal expertise in planning law / Carolyn Abbo.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 269-285

Planeamento / Conhecimentos jurídicos / Direito do ambiente / Participação pública / Grupos comunitários locais

THE ABORTION ACT (1967)

The Abortion Act (1967) : a biography / Sally Sheldon.. [et al.].

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 18-35

Lei do aborto -- 1967 / Biografia / Lei de cuidados de saúde / História do direito

ADLER, Michael.

The Appeal of Internal Review by Dave Cowan and Simon Halliday : [recensão] / Michael Adler.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 657-659

AKMAN, Pinar.

The role of freedom in EU competition law / Pinar Akman.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 183-213

Liberdade / Direito da concorrência -- UE / Ordoliberalismo / Liberdade económica

ALBI, Anneli.

The Enlargement of the European Union by Marise Cremona : [recensão] / Anneli Albi.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 653-657

ALEXANDER, Isabella.

Art and Modern Copyright by Elena Cooper : [recensão] / Isabella Alexander.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 739-741

ALLAN, Gregory.

Corporate personality : utilising trust law to invoke the application of the concealment principle / Gregory Allan, Stephen Griffin.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 79-102

Véu corporativo / Princípio de ocultação / Confianças construtivas

ALLDRIDGE, Peter.

Tax evasion and the Proceeds of Crime Act 2002 / Peter Alldridge, Ann Mumford.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 353-373

Evasão fiscal / Partido Trabalhista / Regulamentos de Branqueamento de Capitais -- 2003 / Lei do Produto do Crime / Apreensão de mercadorias

ANDERSON, Craig.

Unilateral permission and prescriptive acquisition : a Scottish perspective / Craig Anderson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 477-493

Direito de propriedade / Posse / Permissão unilateral / Aquisição prescritiva

ARAÚJO, Billy A. Melo.

UK post-Brexit trade agreements and devolution / Billy A. Melo Araujo.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 555-578

Brexit / Comércio / OMC / ACL / UE / Federalismo comparativo / Relações intergovernamentais

ARCHER, Ben.

Company Law and Sustainability : Legal Barriers and Opportunities, edited by Beate Sjøfjell and Benjamin J. Richardson : [recensão] / Ben Archer.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 375-381

ARMSTRONG, Kenneth A.

Contesting government, producing devolution : the repeal of section 28 in Scotland / Kenneth A. Armstrong.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 205-228

Secção 28 -- Escócia / Contestação ao governo / Transferência de competências / Descentralização / Desconcentração

ARZANDEH, Ardavan.

Reformulating the common law rules on the recognition and enforcement of foreign judgments / Ardavan Arzandeh.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 56-74

Direito internacional privado / Direito comum / Estrangeiros / Reconhecimento e execução de acórdãos

ATREY, Shreya.

Comparison in intersectional discrimination / Shreya Atrey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 379-395

Interseccionalidade / Discriminação interseccional / Comparação

ATREY, Shreya.

Comparison in intersectional discrimination / Shreya Atrey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 379-395

Interseccionalidade / Discriminação interseccional / Comparação

ATTENBOROUGH, Daniel.

Empirical insights into corporate contractarian theory / Daniel Attenborough.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 2 (2017), p. 191-213

Direito das Sociedades -- EUA / Teoria contratual / Governo corporativo / Ordens privadas / Mercado / Organização da atividade empresarial

AUCHMUTY, Rosemary.

Agenda for a feminist legal curriculum / Rosemary Auchmuty.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 377-401

Currículo jurídico feminista / Feminismo / Aditamentos obrigatórios / Alunos -- feminismo

AWOLALU, Oludara.

Great Debates in Company Law, by Lorraine Talbot : [recensão] / Oludara Awolalu.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 374-380

BAGSHAW, Roderick.

Monetary remedies in public law : misdiagnosis and misprescription / Roderick Bagshaw.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 1 (2006), p. 4-25

Diagnóstico errado / Remédios Monetários em Direito Público / Delito de negligência / Irracionalidade de Wednesbury

BAILEY, S. H.

Material contribution after Williams v The Bermuda Hospitals Board / S. H. Bailey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 411-428

Negligência / Causa / Contribuição material

BAILEY, Stephen.

Public authority liability in negligence : the continued search for coherence / Stephen Bailey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 2 (2006), p. 155-184

Responsabilidade da autoridade pública / Negligência / Lei da negligência / Poder estatutário / Indemnização

BARKER, J. Craig.

From 9-11 to the Iraq War 2003 : International Law in an Age of Complexity by Dominic McGoldrick : [recensão] / J. Craig Barker.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 164-167

BARNETT, Katy.

Distributive justice and proprietary remedies over bribese / Katy Barnett.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 302-322

Justiça distributiva / Direito privado / Suborno / Violação do dever fiduciário / Justiça

BARRETT, David.

The regulatory space of equality and human rights in Britain : the role of the Equality and Human Rights Commission / David Barrett.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 247-265

Liberdades civis e direitos humanos / Comissão para a Igualdade e os Direitos Humanos / Espaço regulamentar / Reguladores / Governação reflexiva / Lei da igualdade / Inspectores e provedores

BARTIE, Susan.

Histories of legal scholars : the power of possibility / Susan Bartie.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 305-327

Juristas -- histórias / Direito académico / Integridade intelectual / Aprender sobre os antecessores / Olhar para o passado

BARTIE, Susan.

Is Mazur the new Langdell? The strange trajectory of interactive law teaching / Susan Bartie.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 520-542

Ensino da lei interativa / Ensino de Langdell / Sala de aula virada / Modelo de Mazur / Professores de direito / Ensino do direito

BECKETT, Jason.

The Unity of Public Law edited by David Dyzenhaus : [recensão] / Jason Beckett.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 167-171

BEEVERS, Kisch.

International Dimensions in Family Law, by John Murphy : [recensão] / Kisch Beevers.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 2 (2006), p. 291-294

BELL, John.

Reflections on continental European Supreme Courts / John Bell.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 156-168

Supremos Tribunais Continentais Europeus / Reforma constitucional / Inquérito comparativo / Sistemas jurídicos / Supremo Tribunal -- Reino Unido

BELLIDO, Jose.

The constitution of intellectual property as an academic subject / Jose Bellido.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 369-390

Constituição da propriedade intelectual / Direitos de autor / Propriedade intelectual

BELLIDO, Jose.

Ip and Other Things, a Collection of Essays and Speeches by Robin Jacob : [recensão] / Jose Bellido.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 1 (2017), p. 186-189

BENNETT, Mark.

Parliament's Secret War by Veronika Fikfak and Hayley J. Hooper : [recensão] / Mark Bennett.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 735-738

BERRY, Stephanie E.

A good faith interpretation of the right to manifest religion? The diverging approaches of the European Court of Human Rights and the UN Human Rights Committee / Stephanie E. Berry.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 672-694

Boa fé / Religião / Tribunal Europeu dos Direitos do Homem / Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas

BLACK, Oliver.

Independent promises and the rescission of contracts / Oliver Black.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 555-565

Rescisão de contratos / Incumprimento / Acordos / Contratos

BLACKHAM, Alysia.

An experimentalist approach to equality : a case study of retirement in the UK university sector / Alysia Blackham.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 598-617

Trabalho / Lei da igualdade / Discriminação etária / Reforma / Experimentalismo / Universidades

BLACKHAM, Alysia.

Managing without default retirement in universities : a comparative picture from Australia / Alysia Blackham.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 502-531

Abolição da idade de reforma -- universidades / Operar sem reforma obrigatória / Reforma

BLEASDALE, Lydia.

Great expectations : millennial lawyers and the structures of contemporary legal practice / Lydia Bleasdale, Andrew Francis.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 376-396

Prática / Profissão e ética / Educação legal / Mudança geracional

BOGG, Alan L.

Protecting the vulnerable : legality, harm and theft / Alan L. Bogg, John Stanton-lfe.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 402-422

Proteção dos vulneráveis / Roubo / Legalidade / Dano / Estado de direito / Princípio do mal / Exploração

BONNER, David.

Of outrage and misunderstanding : Ireland v United Kingdom : governmental perspectives on an inter-state application under the European Convention on Human Rights / David Bonner.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 47-75

Documentos estatais / Comissão dos Direitos do Homem / Unificação -- Irlanda do Norte

BOON, Andrew.

Lawyer disciplinary processes : an empirical study of solicitors' misconduct cases in England and Wales in 2015 / Andrew Boon, Avis Whyte.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 455-478

Lei de Serviços Jurídicos -- 2007 / Prática / Profissão e ética / Disciplina dos advogados / Tribunal Disciplinar dos Solicitadores / Autoridade de Regulação de Solicitadores

BOOTON, David.

The construction of patent claims / David Booton.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 651-674

Direito de propriedade intelectual / Direitos de autor / Patentes / Teorema de Coase

BOWS, Hannah.

Crime, Desire and Law's Unconscious : Law, Literature and Culture, by David Gurnham : [recensão] / Hannah Bows.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 170-175

BOYRON, Sophie.

The Executive and Public Law : Power and Accountability in Comparative Perspective, edited by Paul Craig and Adam Tomkins : [recensão] / Sophie Boyron.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 443-445

BRADSHAW, Carrie.

England's fresh approach to food waste : problem frames in the Resources and Waste Strategy / Carrie Bradshaw.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 321-343

Desperdício alimentar / Enquadramento / Adjudicador de código de mercearia / Direito e política ambiental / Práticas comerciais desleais / Projeto de Lei da Agricultura

BRENNAN, Karen.

Social norms and the law in responding to infanticide / Karen Brennan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 480-499

Infanticídio / Normas sociais / Sócio-histórico

BRIDGEMAN, Jo.

After Bristol : the healthcare of young children and the law / Jo Bridgeman.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 229-250

Crianças -- cuidados de saúde / Inquérito de Bristol / Profissionais de saúde

BROOKER, Penny.

Mediator immunity : time for evaluation in England and Wales? / Penny Brooker.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 3 (2016), p. 464-490

Imunidade mediadora / Mediadores

BROWN, Jonathan.

Revenge porn and the actio iniuriarum : using old law to solve new problems / Jonathan Brown.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 396-410

Pornografia de vingança / Delito

BROWN, Jonathan.

Servitude, slavery and Scots law : historical perspectives on the Human Trafficking and Exploitation (Scotland) Act 2015 / Jonathan Brown.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 353-375

Escravidão / Lei escocesa / Direitos humanos / Propriedade / Pessoas / Astricção

BROWN, Kevin J.

The hyper-regulation of public space : the use and abuse of Public Spaces Protection Orders in England and Wales / Kevin J. Brown.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 543-568

Hiper-regulação do espaço público / Proteção de espaços públicos -- Inglaterra / PSPOs / Espaço público / Liberdades fundamentais

BROWN, Sarah, 1970-

Consumer credit relationships : protection, self-interest/reliance and dilemmas in the fight against unfairness : the unfair credit relationship test and the underlying rationale of consumer credit law / Sarah Brown.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 230-257

Relações de crédito ao consumo / Injustiça / Serviços financeiros / Crédito desleal / Proteção dos mutuários / Lei do Crédito ao Consumo -- 1974

BROWNSWORD, Roger.

Code, control, and choice : why East is East and West is West / Roger Brownsword.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 1-21

Efeito regulamentar / Regulamentação / Consumidores / Mecanismos de mercado

BUCKLEY, Lucy-Ann.

Autonomy and prenuptial agreements in Ireland : a relational analysis / Lucy-Ann Buckley.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 164-186

Acordos pré-nupciais / Direito da família / Autonomia relacional

BURIN, Achas K.

The positive duty of prevention in the common law and the Convention / Achas K. Burin.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 209-229

Delitos / Dever positivo de prevenção / Lei dos Direitos Humanos -- 1998 / Taxonomia das autoridades públicas

BURNS, Fiona R.

The elderly and undue influence inter vivos / Fiona R. Burns.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 251-283

Idosos / Influência inter vivos / Influência indevida sobre o idoso

BURRELL, Robert.

Myths of the medical methods exclusion : medicine and patents in nineteenth century Britain / Robert Burrell, Catherine Kelly.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 607-626

Métodos de tratamento médico / Histórico de patentes / Recompensas parlamentares

CAHILL-O'CALLAGHAN, Rachel J.

Winner of the SLS Annual Conference Best Paper Prize 2014 : Reframing the judicial diversity debate : personal values and tacit diversity / Rachel J. Cahill-O'Callaghan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 1-29

Diversidade judicial / Diversidade tática

CAMPBELL, David, 1961-

Interpersonal justice and actual choice as ways of determining personal injury law and policy / David Campbell.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 430-442

Justiça interpessoal / Política de danos pessoais / Dano / Mercado de seguros / Meta-doutrinal / Negligência

CAMPBELL, Shelagh M. R.

Exercising discretion in the context of dependent employment : assessing the impact of workload on the rule of law / Shelagh M. R. Campbell.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 2 (2017), p. 305-323

Emprego / Carga horária -- emprego dependente / Estado de direito / Trabalho jurídico / Advogados -- excesso de trabalho

CANE, Peter.

State Liability in Tort : A Comparative Study by Duncan Fairgrieve : [recensão] / Peter Cane.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 711-714

CARLINE, Anna.

Sex, Crime and Literature in Victorian England, by Ian Ward : [recensão] / Anna Carline.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 369-373

CAROLAN, Eoin.

Dialogue isn't working : the case for collaboration as a model of legislative-judicial relations / Eoin Carolan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 209-229

Relações legislativo-judiciais / Teorias do diálogo / Governo democrático / Estado de direito / Ramos jurídico e político do governo

CARTWRIGHT, Peter, 1968-

Enforcement, risk and discretion : the case of dangerous consumer products / Peter Cartwright.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 524-543

Produtos de consumo perigosos / Regulamento Geral de Segurança dos Produtos -- 2005 / Proteção dos consumidores

CASE, Paula.

When the judge met P : the rules of engagement in the Court of Protection and the parallel universe of children meeting judges in the Family Court / Paula Case.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 302-320

Tribunal de Proteção / Participação / Envolvimento direto

CAVE, Emma.

Goodbye Gillick? Identifying and resolving problems with the concept of child competence / Emma Cave.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 103-122

Competência infantil / Menores / Tratamento médico / Lei da Capacidade Mental -- 2005

CAVE, Emma.

Goodbye Gillick? Identifying and resolving problems with the concept of child competence / Emma Cave.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 103-122

Competência infantil / Menores / Tratamento médico / Lei da Capacidade Mental -- 2005

CAVE, Emma.

Voluntary vaccination : the pandemic effect / Emma Cave.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 2 (2017), p. 279-304

Vacinação voluntária -- Reino Unido / Vacinação obrigatória / Globalização / Pandemia / Direito das crianças

CHALMERS, James.

Criminal law in the shadows : creating offences in delegated legislation / James Chalmers, Fiona Leverick.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 2 (2018), p. 221-241

Direito penal / Criminalização / Legislação delegada

CHARLESWORTH, Andrew.

Genetic Privacy : A Challenge to Medico-Legal Norms by Graeme Laurie : [recensão] / Andrew Charlesworth.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 359-363

CHATTERJEE, Bela.

Legal Academics : Culture and Identities by Fiona Cownie : [recensão] / Bela Chatterjee.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 172-174

CHICO, Victoria.

Requiring genetic knowledge : a principled case for support / Victoria Chico.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 532-550

Conhecimento genético / SNS / Informação genética

CHILD, J. J.

Fifty Years of the Law Commission : the Dynamics of Law Reform, by M Dyson, J Lee and S Stark (eds). : [recensão] / J. J. Child.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 569-574

CHOWDHURY, Tanzil.

Taming the UK's war prerogative : the rationale for reform / Tanzil Chowdhury.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 500-513

Projeto de Lei de Desdobramento das Forças Armadas -- Prerrogativa Real / Prerrogativa real / Prerrogativa de guerra / Uso de força / Revisão judicial / Convenção constitucional

CHRISTODOULIDIS, Emilios.

Law as Communication by Mark Van Hoecke : [recensão] / Emilios Christodoulidis.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 718-720

CLARKE, Linda.

Sexual relationships and sexual conduct in the workplace / Linda Clarke.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 347-368

Conduta sexual -- local de trabalho / Empregadores / Assédio sexual / Igualdade das mulheres -- trabalho / Direito à privacidade / Discriminação sexual / Relações consensuais

CLEAR, Stephen.

Aspects of Law Reform : An Insider's Perspective, by Jack Straw : [recensão] / Stephen Clear.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 193-200

COBB, Neil.

Patronising the mentally disordered? Social landlords and the control of 'anti-social behaviour' under the Disability Discrimination Act 1995 / Neil Cobb.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 2 (2006), p. 238-266

Comportamento antissocial / Lei da Discriminação das Pessoas com Deficiência -- 1995 / Perturbação mental / Habitação / Responsabilidade individual entre os inquilinos / Senhorios

COBBE, Jennifer.

Administrative law and the machines of government : judicial review of automated public-sector decision-making / Jennifer Cobbe.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 636-655

Lei Administrativa / Direito público / Revisão judicial / Tomada de decisão / Proteção de dados / Aprendizagem de máquina

COE, Peter.

Redefining media using a media-as-a-constitutional-component concept : an evaluation of the need for the European Court of Human Rights to alter its understanding of media within a new media landscape / Peter Coe.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 1 (2017), p. 25-53

Mídia / Liberdade de imprensa / Justificações filosóficas para a liberdade de expressão / Tribunal Europeu dos Direitos do Homem / Meios de comunicação social / Liberdade de expressão / Liberdade dos meios de comunicação social / Convenção Europeia dos Direitos do Homem

COEN, Mark.

Embedding explained jury verdicts in the English criminal trial / Mark Coen, Jonathan Doak.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 786-806

Juris ingleses -- veredito / Veredito -- explicação / Facilitador de leigos / Deliberação

CONAGHAN, Joanne.

Investigating rape : human rights and police accountability / Joanne Conaghan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 1 (2017), p. 54-77

Violação / Responsabilidade policial / Direitos humanos / Violador em série / Falhas de investigação / Reclamações

CONKLIN, Kathy.

Assessing plain and intelligible language in the Consumer Rights Act : a role for reading scores? / Kathy Conklin, Richard Hyde, Fabio Parente.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 378-397

Lei dos Direitos do Consumidor -- 2015 / Ler pontuações / Transparência

CONNELL, Simon.

Community insurance versus compulsory insurance : competing paradigms of no-fault accident compensation in New Zealand / Simon Connell.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 499-516

Delitos / Indemnização por acidentes -- Nova Zelândia / Sem culpa

CONWAY, Heather.

Dead, but not buried : bodies, burial and family conflicts / Heather Conway.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 423-452

Conflitos familiares / Mortos / Como enterrar os mortos / Litígio / Lei dos Direitos Do Homem -- 1998 / Enterro familiar

COOPER, Elena.

Photographic copyright and the Intellectual Property Enterprise Court in historical perspective / Elena Cooper, Sheona Burrow.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 143-165

Tribunal da Empresa de Propriedade / Intelectual / Fotografias / Bibliotecas de imagem / Execução / Regras de responsabilidade

COOPER, S. A. A.

Discretion in property law : a study of judicial correction of registered title / S. A. A. Cooper.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 1-23

Direito de propriedade / Registo de terras / Retificação / Critério

CORDER, Hugh.

Judicial authority in a changing South Africa / Hugh Corder.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 253-274

Poder judicial -- África do Sul / Integridade dos juízes / Democracia / Supremo Tribunal -- Reino Unido

CORNES, Richard.

Appealing to history : the New Zealand Supreme Court debate / Richard Cornes.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 210-227

Supremo Tribunal -- Nova Zelândia / Supremo Tribunal -- Reino Unido

CORTÉS, Pablo.

A new regulatory framework for extra-judicial consumer redress : where we are and how to move forward / Pablo Cortés.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 114-141

Consumidor / Resolução Alternativa de Litígios de Consumo -- UE / Resolução de Litígios Online / ODR

COWAN, Dave.

From need to choice, welfarism to advanced liberalism? Problematics of social housing allocation / Dave Cowan, Alex Marsh.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 22-48

Liberalismo / Discriminação / Habitação social -- dificuldades / Gestão de riscos / Noção de necessidade

COWNIE, Fiona.

30 Years of Legal Scholarship, edited by Thomas Mohr and Jennifer Schweppe : [recensão] / Fiona Cownie.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 167-171

COWNIE, Fiona.

Divided justice, different voices : inheritance and family provision / Fiona Cownie, Anthony Bradney.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 566-586

Herança / Prestação familiar / Lei de herança

CRAM, Ian.

Amending the constitution / Ian Cram.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 75-92

Constituições -- alteração / Referendos / Processo defeituoso / Deliberação / Reforma constitucional / Lei de Reforma Constitucional -- 2005 / Lei de Reforma Constitucional e Governação -- 2010 / Lei dos Parlamentos de Prazo Fixo -- 2011

CROSBY, Kevin.

Before the Criminal Justice and Courts Act 2015 : juror punishment in nineteenth- and twentieth-century England / Kevin Crosby.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 179-208

Punição do jurado -- Inglaterra / Direito penal / Lei de Justiça Criminal e Tribunais -- 2015 / Infrações / Caso Bushell / Má conduta do jurado

CROSBY, Kevin.

Keeping women off the jury in 1920s England and Wales / Kevin Crosby.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 695-717

Lei de Desqualificação Sexual / Júris -- selecção / Julgamentos criminais / Mulher -- exclusão

CUMPER, Peter.

'Let's talk about sex' : balancing children's rights and parental responsibilities / Peter Cumper.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 1 (2006), p. 88-108

Direitos das crianças / Sexo / Responsabilidade parental / Educação sexual / Escola / Gravidez na adolescência

CUNNINGTON, Ralph.

Should punitive damages be part of the judicial arsenal in contract cases? / Ralph Cunnington.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 369-393

Contratos / Danos punitivos / Violação do contrato / Addis v Gramophone / Danos compensatórios

CURWEN, Nick.

The remedy in conversion : confusing property and obligation / Nick Curwen.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 570-583

Mercadorias / Réu / Delito / Compra obrigatória legalmente sancionada / Recuperação de terrenos

DAHAN, Frederique.

Transplantation for transition : discussion on a concept around Russian reform of the law on reorganisation / Frederique Dahan, Janet Dine.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 284-310

Projeto TACIS -- Russia / Reorganização das empresas / Risco

DALY, Eoin.

A republican defence of the constitutional referendum / Eoin Daly.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 30-54

Referendo constitucional / Soberania popular / Democracia direta / Populismo / Democracia parlamentar

DANIL, Linda Roland.

Book reviews : Žižek and Law, edited by Laurent de Sutter : [recensão] / Linda Roland Danil.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 386-393

DAVEY, James.

The reform of gambling and the future of insurance law / James Davey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 507-515

Reforma da lei do jogo -- apostas / Lei dos seguros / Interesses dos seguros

DAVIES, Gareth.

Should diagonal discrimination claims be allowed? / Gareth Davies.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 181-200

Discriminação diagonal / Discriminação / Trabalhadores a tempo parcial / Direito comunitário

DAVIES, Gregory.

The rise of judicial diplomacy in the UK : aims and challenges / Gregory Davies.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 77-94

Direito público / Lei de Reforma Constitucional -- 2005 / Diplomacia judiciária / Brexit / Independência judicial

DAVIES, Iwan.

The reform of English personal property security law : functionalism and Article 9 of the Uniform Commercial Code / Iwan Davies.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 295-321

Propriedade privada / Direito de propriedade / Segurança / Código Comercial -- artigo 9.º / Segurança dos bens pessoais -- Inglaterra

DAVIES, Mark.

Educational background and access to legal academia / Mark Davies.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 120-146

Educação / Professores / Académicos / Sala de aula

DAWSON, Ian.

The rule against inalienability : a rule without a purpose? / Ian Dawson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 414-436

Alienabilidade / Empresas de interesse comunitário

DAY, William.

Accessory Liability, by Paul S. Davies : [recensão] / William Day.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 382-386

DEL MAR, Maksymilian, 1979-

Exemplarity and Singularity : Thinking through Particulars in Philosophy, Literature and Law, edited by Michèle Lowrie and Susanne Lüdemann : [recensão] / Maksymilian Del Mar.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 3 (2016), p. 535-540

DEMBOUR, Marie-Bénédicte, 1961-

When are occupiers in breach of their duty of care? The advantages of a systematic test / Marie-Bénédicte Dembour, Juliet Turner, Charles Barrow.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 95-112

Responsabilidade dos ocupantes / Dever de cuidado / Padrão de cuidados / Visitantes / Delito

DEMETRIOU, Stavros.

Crime and anti-social behaviour in England and Wales : an empirical evaluation of the ASBO's successor / Stavros Demetriou.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 458-476

Comportamento antissocial / Direito penal / Crime / Ordem anti-comportamento social / Injunção

DESIGNING CONSUMER REDRESS

Designing consumer redress : a dispute system design (DSD) model for consumer-to-business disputes / Chris Gill.. [et al.].

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 3 (2016), p. 438-463

DSD / Direito do consumidor / Litígios / Empresa / CDR / Resolução de litígios

DICKSON, Brice.

Safe in their hands? Britain's Law Lords and human rights / Brice Dickson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 329-346

Senhores da Lei -- Grã-Bretanha / Direitos Humanos / Conferência Memorial Stephen Livingstone -- 2006 / Jurisprudência dos direitos humanos -- Câmara dos Lordes / Igualdade / Asilo / Imigração / Segurança

DIGNAM, Alan.

Rationalising corporate disregard / Alan Dignam, Peter Oh.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 187-208

Direito da empresa / Desconsideração corporativa / Estudo empírico

DORIS, Martin.

Consumer Law and Policy in Australia and New Zealand, edited by Justin Malbon and Luke Nottage : [recensão] / Martin Doris.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 565-570

DORIS, Martin.

Promising options, dead ends and the reform of Australian contract law / Martin Doris.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 24-46

Lei dos contratos / Segurança jurídica / Empresas / Consumidores / Reforma australiana

DOUGLAS, Benedict.

Too attentive to our duty : the fundamental conflict underlying human rights protection in the UK / Benedict Douglas.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 360-378

Lei de Direitos Humanos -- 1998 / Lei constitucional / Convenção Europeia dos Direitos Humanos

DOUGLAS, Gillian.

Winner of the SLS Annual Conference Best Paper Prize 2015 : Towards an understanding of the basis of obligation and commitment in family law / Gillian Douglas.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 1-19

Direito da família / Direitos e deveres / Casamento / Família

DUNN, Alison.

To foster or to temper? Regulating the political activities of the voluntary and community sector / Alison Dunn.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 500-523

Sector voluntário e comunitário / Código de conduta para o sector voluntário e comunitário -- UE / Atividades políticas ilegais / Regulamentação / Instituições de caridade

DYMOCK, Alex.

A dish served cold : targeting revenge in revenge pornography / Alex Dymock, Charlotte van der Westhuizen.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 361-377

Direito penal / Violência de género / Pornografia de vingança

EDGE, Peter W.

Lisvane's Legacy? Constitutional reform in the Isle of Man / Peter W. Edge.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 22-41

Reforma constitucional / Pequenos estados / Dependência da coroa / Ilha de Man

EDWARDS, Phil.

Counter-terrorism and counter-law : an archetypal critique / Phil Edwards.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 2 (2018), p. 279-297

Estado de Direito / Terrorismo / Moralidade da lei

ELLISON, Louise.

Telling tales : exploring narratives of life and law within the (mock) jury room / Louise Ellison, Vanessa E. Munro.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 201-225

Sala do júri / Julgamento de violação / Bom senso

EQUALITY LAW OBLIGATIONS IN HIGHER EDUCATION

Equality law obligations in higher education : reasonable adjustments under the Equality Act 2010 in assessment of students with unseen disabilities / Harriet Cameron ... [et al.].

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 204-229

Lei da educação / Lei da discriminação / Educação legal

ETHERINGTON, Laurence.

Canons of environmental law : pollution of churches and the regulation of the medieval 'environmen' / Laurence Etherington.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 566-590

Poluição das igrejas / Ambiente medieval / Assassinato de Thomas Becket / Proteção do ambiente espiritual / Direito canónico / Regulamentação social

EVANS, Malcolm.

Recourse to Force : State Action Against Threats and Armed Attacks by Thomas M. Franck : [recensão] / Malcolm Evans.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 539-544

EXPLORING CHILDREN'S UNDERSTANDING OF LAW IN THEIR EVERYDAY LIVES

Exploring children's understanding of law in their everyday lives / Dawn Watkins.. [et al.].

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 59-78

Direito infantil / Educação jurídica pública / Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança / Gamificação / Direitos das crianças

EZECHUKWU, Nwanneka Victoria.

Consumer-generated reviews : time for closer scrutiny? / Nwanneka Victoria Ezechukwu.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 630-650

Direito do consumidor / Revisões geradas pelo consumidor / Informação do consumidor / Plataformas de revisão / Plataformas online / Operadores da plataforma / Dever de cuidado

FARMER, Lindsay.

Criminal Law Theory : Doctrines of the General Part edited by Stephen Shute and A. P. Simester : [recensão] / Lindsay Farmer.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 369-371

FARRAR, S. A.

Islamic jurisprudence and the role of the accused : a re-examination / S. A. Farrar.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 587-604

Jurisprudência islâmica / Proteção constitucional / Confronto de culturas

FENWICK, Daniel.

Abortion jurisprudence at Strasbourg : deferential, avoidant and normatively neutral? / Daniel Fenwick.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 214-241

Jurisprudência do aborto -- Estrasburgo / Aborto / Tribunal Europeu dos Direitos do Homem / Violação dos direitos

FINCH, Emily.

Breaking boundaries? Sexual consent in the jury room / Emily Finch, Vanessa E. Munro.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 303-320

Consentimento sexual / Lei das Infrações Sexuais -- 2003 / Deliberação do júri / Liberdade / Razoabilidade / Capacidade

FINCH, Vanessa.

Control and co-ordination in corporate rescue / Vanessa Finch.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 374-403

Resgate corporativo / Enterprise Act 2002 / Empresas problemáticas / Insolvência -- Reino Unido / Recolheriiig das informações relevantes

FOVARGUE, Sara.

Consenting to bio-risk : xenotransplantation and the law / Sara Fovargue.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 404-430

Risco biológico / Xenotransplantação / Tecnologias genéticas / Risco

FOX, Lorna.

Creditors and the concept of 'family home' : a functional analysis / Lorna Fox.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 201-227

Credores / Casa de família / Credores / Proprietário -- casa

FRANCIS, Andrew M.

Out of touch and out of time : lawyers, their leaders and collective mobility within the legal profession / Andrew M. Francis.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 322-348

Profissão jurídica / Sociedade de Direito / Advogados

GALLANT, M. Michelle.

The Illicit Trade in Art and Antiquities : International Recovery and Criminal and Civil Liability, by Janet Ulph and Ian Smith : [recensão] / M. Michelle Gallant.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 171-174

GALLASCH, Sven.

Activating Actavis in Europe the proposal of a structured effects-based analysis for pay-for-delay settlements / Sven Gallasch.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 683-705

Actavis / Direito da concorrência -- farmacêutica / Direitos de propriedade intelectual / Drogas genéricas / Litígio de infração de patentes

GARLAND, Fae.

Legislating intersex equality : building the resilience of intersex people through law / Fae Garland, Mitchell Fae.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 587-606

Intersexo / Encarnação / Vulnerabilidade / Igualdade substantiva / Igualdade formal

GHRÁINNE, Bríd Ní.

A Public International Law approach to safeguard nationality for surrogate-born children / Bríd Ní Ghráinne, Aisling McMahon.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 2 (2017), p. 324-342

Direito Internacional Público / Barrigas de aluguer -- nacionalidade das crianças / Crianças apátridas / Convenção sobre os Direitos da Criança -- 1989 / Crianças substitutas / Direito das crianças

GIBBONS, Thomas.

Freedom of Commercial Expression by Roger A. Shiner : [recensão] / Thomas Gibbons.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 340-343

GILIKER, Paula.

The Consumer Rights Act 2015 : a bastion of European consumer rights? / Paula Giliker.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 1 (2017), p. 78-102

Direitos do consumidor / Lei dos Direitos do Consumidor -- 2015 / Contratos de bens, serviços e conteúdos digitais / Contratos de consumo / Diretiva 99/44/CE -- vendas ao consumidor / Diretiva 93/13/CEE -- contratos de consumo / Consumidor informado

GILIKER, Paula.

Revisiting pure economic loss : lessons to be learnt from the Supreme Court of Canada? / Paula Giliker.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 49-71

Supremo Tribunal -- Canadá / Perda económica / Créditos / Transparência

GIMSON, Rachel.

The mutable defendant : from penitent to rights-bearing and beyond / Rachel Gimson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 113-130

Ameaças modernas / Direito penal / Réu / História do direito

GLOVER, Richard.

The good character backstop : directions, defeasibility and frameworks of fairness / Richard Glover.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 675-693

Direito penal / Lei de provas / Bom caráter / Taxquet / Júri -- direções

GOANTA, Catalina.

What determines national convergence of EU law? Measuring the implementation of consumer sales law / Catalina Goanta, Mathias Siems.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 714-734

Convergência / Lei de vendas ao consumidor / fsQCA

GODDEN-RASUL, Nikki.

Portraits of women of the law : re-envisioning gender, law and the legal professions in law schools / Nikki Godden-Rasul.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 415-431

Retrato / Mulheres na lei / Faculdades de direito / Cultura visual / História do direito

GOOSEY, Stuart.

Is age discrimination a less serious form of discrimination? / Stuart Goosey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 533-549

Discriminação etária / Directiva-quadro / Lei da Igualdade -- 2010 / Direito da UE

GOUDKAMP, James, 1980-

Apportionment of damages for contributory negligence : a fixed or discretionary approach? / James Goudkamp.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 4 (2015), p. 621-647

Negligência contributiva / Danos / Direito comum / Repartição discricionária / Regras fixas de repartição / Sistema discricionário

GOUDKAMP, James, 1980-

Contributory negligence in the Court of Appeal : an empirical study / James Goudkamp, Donal Nolan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 437-467

Negligência contributiva / Recurso

GOUDKAMP, James, 1980-

Restating the common law? The Social Action, Responsibility and Heroism Act 2015 / James Goudkamp.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 577-598

Lei de Ação Social, Responsabilidade e Heroísmo -- 2015 / Responsabilidade / Delitos / Ações contratuais / Direito comum / Legislador

GREENE, Ala.

Questioning executive supremacy in an economic state of emergency / Alan Greene.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 4 (2015), p. 594-620

Supremacia / Estado de emergência económica / Segurança nacional / Crise económica

GRENFELL, Laura.

Making sex : law's narratives of sex, gender and identity / Laura Grenfell.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 1 (2003), p. 66-102

Sexo / Género / Identidade

GRIFFITHS, Andrew.

Brands, weightless firms and global value chains : the organisational impact of trade mark law / Andrew Griffiths.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 284-301

Marcas comerciais / Organização empresarial / Marcas

GRIFFITHS, Cerian.

The honest cheat : a timely history of cheating and fraud following Ivey v Genting Casinos (UK) Ltd t/a Crockfords [2017] UKSC 67 / Cerian Griffiths.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 252-268

História do direito / Fraude / Batota / Direito penal

GRIFFITHS, Jonathan.

Pre-empting conflict : a re-examination of the public interest defence in UK copyright law / Jonathan Griffiths.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 76-102

Pre-empting conflict / Interesse público -- defesa / Direitos de autor / Defesa / Violação da confiança / Difamação

GUARNIERI, Carlo.

Appointment and career of judges in continental Europe : the rise of judicial self-government / Carlo Guarnieri.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 169-187

Nomeação e carreira de juízes -- Europa / Autogoverno judicial / Função pública / Organização judicial / Promoções / Juízes / Supremo Tribunal -- Reino Unido

GURNHAM, David.

The moral narrative of criminal responsibility and the principled justification of tariffs for murder : Myra Hindley and Thompson and Venables / David Gurnham.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 605-624

Responsabilidade criminal / Homicídio / Censura pública / Individualismo liberal / Compreensão contemporânea / Teoria retributivista

GURNHAM, David.

Victim-blame as a symptom of rape myth acceptance? Another look at how young people in England understand sexual consent / David Gurnham.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 258-278

Violação / Vítima / Consentimento sexual / Culpa

GUTH, Jessica.

Soft Law in Court : Competition Law, State Aid and the Court of Justice of the European Union, by Oana Ștefan : [recensão] / Jessica Guth.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 174-179

GUY, Mary.

Between going private and NHS privatisation : patient choice, competition reforms and the relationship between the NHS and private healthcare in England / Mary Guy.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 479-498

Direito médico / SNS / Competição / Escolha do paciente / Lei de Saúde e Assistência Social -- 2012 / Regulamento de 2013 do Serviço Nacional de Saúde

HAENNI, Claudine.

The Accountability of Armed Opposition Groups in International Law by Liesbeth Zegveld : [recensão] / Claudine Haenni.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 548-552

HALE, Brenda.

A Supreme Court for the United Kingdom? / Brenda Hale.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 36-44

Supremo Tribunal -- Reino Unido / Democracia

HALE, Brenda Marjorie, 1945-

The House of Lords and women's rights or Am I really a Law Lord? / Baroness Hale of Richmond.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 72-84

Direitos das mulheres / Câmara dos Lordes

HALLIDAY, Simon.

Law in everyday life and death : a socio-legal study of chronic disorders of consciousness / Simon Halliday, Celia Kitzinger, Jenny Kitzinger.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 55-74

Direito na vida / Direito na morte / Decisão em fim de vida / Distúrbios crónicos da consciência / Consciência jurídica

HAMILL, Sarah E.

New Perspectives on Land Registration : Contemporary Problems and Solutions by Amy Goymour, Stephen Watterson, and Martin Dixon (eds) : [recensão] / Sarah E. Hamill.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 550-553

HARKER, Michael.

Moving in concentric circles ? The history and politics of press inquiries / Michael Harker, John Street, Samuel Cross.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 2 (2017), p. 248-278

Imprensa / Política dos inquéritos / História dos inquéritos / Inquérito Leveson / Regulamentação da imprensa

HARKER, Michael.

Political advertising revisited : digital campaigning and protecting democratic discourse / Michael Harker.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 151-171

Direito público / Publicidade política / Microtargeting / Lei eleitoral

HARLOW, Carol.

Private Property and Abuse of Rights in Victorian England : The Story of Edward Pickles and The Bradford Water Supply by Michael Taggart : [recensão] / Carol Harlow.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 536-539

HARRINGTON, John, 1969-

Judicial review and the future of UK development assistance : on the Application of O v Secretary of State for International Development (2014) / John Harrington, Ambreena Manji.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 2 (2018), p. 320-335

Desenvolvimento Internacional / Ajuda / Revisão judicial / Barragem de Pergau

HARRIS, Neville.

Students, mental health and citizenship / Neville Harris.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 349-385

Estudantes / Saúde mental / Cidadania

HASSON, Ezra.

Wedded to 'fault' : the legal regulation of divorce and relationship breakdown / Ezra Hasson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 2 (2006), p. 267-290

Divórcio / Lei de Parceria Civil -- 2004 / Divórcio entre pessoas do mesmo sexo / Reforma do divórcio

HAWKINS, Naomi.

Striking a balance : resolving conflicts between the duty of confidentiality and duties to third parties in genetics / Naomi Hawkins, Timon Hughes-Davies.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 645-665

Delito / Dever de cuidar / Confidencialidade / Direito médico

HEDLEY, Steve.

Making sense of negligence / Steve Hedley.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 3 (2016), p. 491-512

Preconceitos / Pensamento judicial -- evolução / Negligência

HERRING, Jonathan.

Autonomy, capacity and vulnerable adults : filling the gaps in the Mental Capacity Act / Jonathan Herring, Jesse Wall.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 4 (2015), p. 698-719

Autonomia / Adultos vulneráveis / Lei da Capacidade Mental

HERRING, Jonathan.

Mental Capacity in Relationship : Decision-Making, Dialogue, and Autonomy by Camillia Kong : [recensão] / Jonathan Herring.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 185-186

HERVEY, Tamara.

The Legal Academic's Handbook, edited by Chris Ashford and Jessica Guth : [recensão] / Tamara Hervey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 2 (2017), p. 363-367

HERVEY, Tamara K.

Law, health and the European Union / Tamara K. Hervey, Jean V. McHale.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 228-259

Direito / Saúde / Direito da saúde -- União Europeia

HEYWOOD, Rob.

The value of life in English law : revered but not sacred? / Rob Heywood, Alexandra Mullock.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 658-682

Qualidade de vida num contexto médico / Reverência para a vida / Preservação da vida / Santidade / Ética

HICKEY, Robin.

Stealing abandoned goods : possessory title in proceedings for theft / Robin Hickey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 584-601

Bens abandonados / Mercadorias / Furto / Direito penal / Direito civil / Posse

HICKEY, Tom.

Hercules as a feminist judge? Revisiting Rackley's Little Mermaid in the wake of the feminist judgments projects / Tom Hickey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 494-506

Projetos de julgamentos feministas / Adjudicação / Teoria do Direito / Interpretação construtiva / Discriminação indireta / Smith, Olivia / Dworkin, Ronald, 1901-2013 / Rackley, Erika

HIMSWORTH, Chris.

A Supreme Court for the United Kingdom : views from the Northern Kingdom / Chris Himsworth, Alan Paterson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 99-118

Reforma Constitucional / Câmara dos Lordes / Supremo Tribunal do Reino Unido

HITCHENS, Lesley.

Law and Internet Cultures, by Kathy Bowrey : [recensão] / Lesley Hitchens.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 437-440

HOPKINS, Nicholas.

Conscience, discretion and the creation of property rights / Nicholas Hopkins.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 475-499

Direitos de utilização de terrenos / Estoppel proprietário / Direitos de propriedade / Consciência / Princípio de Rochefoucauld v Boustead

HOPKINS, Nicholas.

Housing or property? the dynamics of housing policy and property principles in the right to buy / Nicholas Hopkins, Emma Laurie.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 1 (2006), p. 65-87

Habitação / Propriedade / Aquisição / Lei da política e da propriedade / Direito de compra / RTB / Lei da habitação

HORDER, Jeremy.

The courts' development of the criminal law and the role of declarations / Jeremy Horder.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 42-54

Direito penal / Dicta obiter / Precedente / Procedimento declaratório / Referência do Procurador-Geral

HORNE, Alexander.

Drafting Legislation : Art and Technology of Rules for Regulation, by Helen Xanthaki : [recensão] / Alexander Horne.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 175-177

HÖRNLE, Julia.

A sieve that does hold a little water : gambling advertising and protection of the vulnerable in the UK / Julia Hörnle, Malgorzata A. Carran.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 529-548

Anúncio / Jogatina / Regulação da internet / Proteção de crianças e pessoas vulneráveis / Códigos de publicidade / Co-regulação

HOUGHTON, Rut.

Justice among Nations : A History of International Law, by Stephen C. Neff : [recensão] / Ruth Houghton.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 189-193

HOWARTH, William.

Going with the flow : Integrated Water Resources Management, the EU Water Framework Directive and ecological flows / William Howarth.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 2 (2018), p. 298-319

Gestão integrada de recursos hídricos / Legislação da água da UE / Diretiva-Quadro da Água / Fluxos ecológicos

HUFNAGEL, Saskia.

Anti-money laundering regulation and the art market / Saskia Hufnagel, Colin King.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 131-150

Crime de arte / Mercado de arte / Branqueamento de capitais / Regulação / Regulamentos de Branqueamento de Capitais -- 2017 / Lei de Prevenção do Tráfico de Arte e Antiguidades Ilícita

HUNTER, Rosemary.

Judicial leadership on the UK Supreme Court / Rosemary Hunter, Erika Rackley.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 2 (2018), p. 191-220

Suprema Corte do Reino Unido / Liderança Judicial / Pesquisa quantitativa

HUTCHINSON, Allan C.

Judges and politics : an essay from Canada / Allan C. Hutchinson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 275-293

Juízes e política -- Canadá / Estatísticas -- sua importância / Reformas constitucionais / Abolição do cargo de Chanceler / Omissão / Supremo Tribunal -- Reino Unido

IRELAND, Paddy.

Property and contract in contemporary corporate theory / Paddy Ireland.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 453-509

Propriedade / Contrato / Teorias contratuais das empresas / Direito das sociedades / Empresas públicas / Proteção dos investidores / Propriedade financeira / Regulação pública

JACOB, Marie-Andrée.

The strikethrough : an approach to regulatory writing and professional discipline / Marie-Andrée Jacob.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 1 (2017), p. 137-161

Greve / Regulador profissional / Investigação -- médicos / Conselho Geral de Medicina

JAMES, Grace.

An unquiet mind in the workplace : mental illness and the Disability Discrimination Act 1995 / Grace James.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 516-539

Lei de Discriminação da Deficiência -- 1995 / Local de trabalho / Bem-Estar no Trabalho / Discriminação / Deficiência / Doença mental

JAMES, Grace.

Workers with elderly dependants : employment law's response to the latest care-giving conundrum / Grace James, Emma Spruce.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 463-479

Trabalhadores com dependentes idosos / Legislação laboral / Prestação de cuidados

JAMES, Mark.

The Olympics, transnational law and legal transplants : the International Olympic Committee, ambush marketing and ticket touting / Mark James, Guy Osborn.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 93-110

Jogos Olímpicos / Direito transnacional / Venda de bilhetes / Lei olímpica / Comité Olímpico Internacional / Lei de Reforma Constitucional -- 2005 / Lei de Reforma Constitucional e Governação -- 2010 / Lei dos Parlamentos de Prazo Fixo -- 2011

JANEČEK, Václav.

Public interest damages / Václav Janeček.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 589-608

Recursos judiciais / Danos não compensatórios / Justificando razões / Irregularidades / Interesse público

JENKINS, Victoria.

The legal response to safeguarding local environmental quality / Victoria Jenkins.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 4 (2015), p. 648-674

Qualidade ambiental local / Espaço público / Ambiente urbano / Danos ambientais / Qualidade de vida / Lei anti-social de comportamento

JOHNSTON, Andrew.

From balanced enterprise to hostile takeover : how the law forgot about management / Andrew Johnston, Blanche Segrestin, Armand Hatchuel.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 75-97

História do direito / Direito do trabalho / Aquisição hostil / Gestão / Empresa

JOHNSTONE, Gerry.

Accountability in Restorative Justice by Declan Roche : [recensão] / Gerry Johnstone.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 494-498

JONES, Brian Christopher.

Constitutions and bills of rights : invigorating or placating democracy? / Brian Christopher Jones.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 336-359

Constituições / Declarações de direitos / Teoria constitucional / Participação democrática / Votação / Reforço da democracia / Impedimento da democracia

JONES, Emma.

Transforming legal education through emotions / Emma Jones.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 450-479

Educação jurídica / Emoção / Bem-estar

JONES, Henry.

Property, territory, and colonialism : an international legal history of enclosure / Henry Jones.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 187-203

História do direito / Propriedade / Recinto

JONES, Imogen.

A grave offence : corpse desecration and the criminal law / Imogen Jones.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 599-620

Profanação de cadáver / Crime grave / Direito penal

JONES, Imogen.

Preventing lawful and decent burial : resurrecting dead offences / Imogen Jones, Muireann Quigley.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 354-374

Enterros -- legislação / Eliminação de cadáveres / Desrespeito

JONES, Timothy H.

Causation, homicide and the supply of drugs / Timothy H. Jones.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 2 (2006), p. 139-154

Causalidade / Homicídio / Fornecimento de drogas / Droga controlada / Morte

KAGANAS, Felicity.

Parental involvement : a discretionary presumption / Felicity Kaganas.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 549-570

Presunção / Envolvimento parental / Direito das Crianças / Pedido de arranjos infantis

KAREMBA, Byron.

Debating Judicial Appointments in an Age of Diversity by G. Gee and E. Rackley (eds) : [recensão] / Byron Karemba.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 358-360

KEATING, Heather.

Protecting or punishing children : physical punishment, human rights and English law reform / Heather Keating.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 394-413

Direitos humanos / Crianças / Castigo razoável / Paternidade / Lei das Crianças -- 2004 / Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais -- 1950 / Comité das Nações Unidas para os Direitos da Criança / Punição -- crianças / Proteção -- crianças / Direito penal -- Inglaterra

KEAY, Andrew.

Comply or explain in corporate governance codes : in need of greater regulatory oversight? / Andrew Keay.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 279-304

Códigos de governação das sociedades / Fiscalização regulamentar / Cumprir ou explicar / Empresa / Organismo regulador -- avaliação / Acionistas / Mercados

KEAY, Andrew.

The concept of business judgment / Andrew Keay, Joan Loughrey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 36-55

Julgamento de negócios / Deveres dos administradores / Empresário

KEAY, Andrew.

The framework for board accountability in corporate governance / Andrew Keay, Joan Loughrey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 252-279

Prestação de contas -- bancos / Conselho de administração na governação das sociedades / Crise financeira / Administração pública / Responsabilização dos quadros

KEAY, Andrew.

Wrongful trading and the liability of company directors : a theoretical perspective / Andrew Keay.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 431-461

Negociação ilícita / Responsabilidade dos administradores / Empresa

KEOWN, John.

'Morning after' pills, 'miscarriage' and muddle / John Keown.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 296-319

Pílula do dia seguinte / Aborto / Anticoncepcionais

KEOWN, John.

Restoring the sanctity of life and replacing the caricature : a reply to David Price / John Keown.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 1 (2006), p. 109-119

Princípio da santidade / Princípio da inviolabilidade da vida

KERSHAW, David.

Does it matter how the law thinks about corporate opportunities? / David Kershaw.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 4 (2005), p. 533-558

Regulação das oportunidades inglesas / Propriedade / Revisão da Lei das Sociedades

KIRBY, Michael.

Law reform and human rights : Scarman's great legacy / Michael Kirby.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 449-474

Reforma da lei -- Direitos humanos / Scarman, Leslie / Filosofia jurídica de Scarman / Direitos humanos

KNIGHT, Dean R.

Contextual review : the instinctive impulse and unstructured normativism in judicial review / Dean R. Knight.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 1-21

Revisão judicial / Revisão contextual / Impulso instintivo / Normativismo não estruturado / Estado de direito / Profundidade do escrutínio

KOO, A. K. C.

The role of the English courts in alternative dispute resolution / A. K. C. Koo.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 666-683

Resolução alternativa de disputa / Acesso à justiça / Reforma da justiça civil / Tribunal / Estado de Direito

LAI, Jessica C.

The changing function of patents : a reversion to privileges? / Jessica C. Lai.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 807-837

Patentes / Direito das patentes

LALOR, Kay.

Criminal Law and the Man Problem by Ngaire Naffine : [recensão] / Kay Lalor.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 697-701

LAU, Kwan Ho.

Precedent within the High Court / Kwan Ho Lau.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 397-418

Supremo Tribunal / Precedente / Interpretação do direito

LE SUEUR, Andrew.

Developing mechanisms for judicial accountability in the UK / Andrew Le Sueur.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 73-98

Responsabilização judicial -- Reino Unido / Prestação de contas / Responsabilização dos tribunais / Responsabilização dos juizes / Supremo Tribunal do Reino Unido

LEE, James.

Justice : Continuity and Change by Lord Dyson : [recensão] / James Lee, Simon Lee.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 742-750

LEE, Maria.

Winner of the S.L.S. Annual Conference Best Paper Prize 2016 : Knowledge and landscape in wind energy planning / Maria Lee.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 1 (2017), p. 3-24

Energia eólica / Paisagem / Contributo legal -- paisagem / Alterações climáticas / Decisões legais / Reivindicação de conhecimento

LEGG, Thomas.

Brave New World : The new Supreme Court and judicial appointments / Thomas Legg.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 45-54

Supremo Tribunal -- Reino Unido

LEON, Clare.

The Irish exclusionary rule after DPP v JC / Clare Leon, Tony Ward.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 4 (2015), p. 590-593

Excluindo os elementos de prova / Processos de permanência / Direito irlandês / Direito inglês / Regra de exclusão / Prova / Inconstitucionalidade / Ilegalidade

LEVANON, Liat.

Bad character , tragic errors and deep ignorance / Liat Levanon.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 676-693

Lei de provas / Evidência de mau caráter / Evidência de propensão / Evidência estatística / Erros trágicos

LEWIS, Richard.

Insurance and the tort system / Richard Lewis.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 85-116

Seguro / Responsabilidade por delitos / Contencioso / Direito / Indemnização por danos pessoais / Sistema de tort

LEWIS, Richard.

Tort tactics : an empirical study of personal injury litigation strategies / Richard Lewis.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 1 (2017), p. 162-185

Delito / Litígios de danos pessoais / Entrevistas estruturadas

LIENEN, Christina.

Judicial constitutional comparativism at the UK Supreme Court / Christina Lienen.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 166-182

Direito constitucional / Raciocínio judicial / Metodologia legal / Supremo Tribunal do Reino Unido / Comparativismo judicial

LITTLE, Gavin.

Developing environmental law scholarship : going beyond the legal space / Gavin Little.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 48-74

Direito ambiental / Bolsa de estudos de direito ambiental / Interdisciplinaridade / Ciências ambientais / Humanidades / Investigação legal

LITTLE, Gavin.

Scotland and parliamentary sovereignty / Gavin Little.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 540-567

Soberania parlamentar -- Escócia / Convenções constitucionais

LIU, Qiao, 1970-

Claiming damages upon an anticipatory breach : why should an acceptance be necessary? / Qiao Liu.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 4 (2005), p. 559-577

Dano / Violação antecipada

LLEWELYN, Margaret.

The World Trade Organization : Law, Practice and Policy by Mitsuo Matsushita, Thomas J. Schoenbaum and Petros C. Mavroidis : [recensão] / Margaret Llewelyn.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 714-718

LOKE, Alexander F. H.

Excusable consent in duress / Alexander F. H. Loke.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 418-436

Consentimento / Coação / Direito contratual

LOUGHNAN, Arlie.

Law and the Modern Mind : Consciousness and Responsibility in American Legal Culture by Susanna L. Blumenthal : [recensão] / Arlie Loughnan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 2 (2018), p. 336-338

LOUGHREY, Joan.

Medical information, confidentiality and a child's right to privacy / Joan Loughrey.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 510-535

Informação médica / Confidencialidade / Direito à privacidade das crianças / Caso Gillick -- 1986

LUCY, William, 1962-

Rhetoric and the Rule of Law : A Theory of Legal Reasoning, by Neil Maccormick : [recensão] / William Lucy.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 613-616

MACCLEAN, Mavis.

Family Law in the Twentieth Century : A History by Stephen Cretney : [recensão] / Mavis MacClean.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 488-490

MACCULLOCH, Angus.

The privilege against self-incrimination in competition investigations : theoretical foundations and practical implications / Angus MacCulloch.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 2 (2006), p. 211-237

Concorrência / Investigação / Privilégio / Autoincriminação / Autoacusação / Empresa

MACDERMOTT, Therese.

The under-reporting of sexual harassment in Australian workplaces : are organisational processes falling short? / Therese MacDermott.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 531-547

Assédio sexual no local de trabalho / Queixas / Processos organizacionais

MACLEAN, Alasdair R.

The doctrine of informed consent : does it exist and has it crossed the Atlantic? / Alasdair R. Maclean.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 386-413

Consentimento informado / Bioética / Doutrina do consentimento informado / Paciente / Direito médico

MAES, Elise.

Legal implications of smoking (bans) in English prisons / Elise Maes.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 321-338

Direito penal / Direitos humanos / Prisões / Proibições de fumar / Convenção Europeia dos Direitos do Homem

MALLESON, K. E.

Modernising the constitution : completing the unfinished business / K. E. Malleison.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 119-133

Modernização da Constituição / Relação entre o poder judicial e outros ramos do governo / Supremo Tribunal -- Reino Unido

MANISCALCO, Lorenzo.

The Oxford Handbook of European Legal History by H Pihlajamäki, M. D. Dubber and M. Godfrey (eds) : [recensão] / Lorenzo Maniscalco.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 182-186

MANJI, Ambreena.

Law, labour and resistance to French colonialism in Sembene Ousmane's Les Bouts de Bois de Dieu / Ambreena Manji.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 320-336

Resistência ao colonialismo / Tradicionalismo passivo / Universalismo ortodoxo / Contexto colonial / Contexto pós-colonial

MAVRONICOLA, Natasa.

Heeding human dignity's call : The Age of Dignity : Human Rights and Constitutionalism in Europe, by Catherine Dupré : [ensaio de revisão]. Natasa Mavronicola.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 725-737

MAYFIELD, Ben.

Access to the countryside : the tragedy of the house of commons / Ben Mayfield.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 2 (2017), p. 343-362

Acesso ao campo / Lei CRoW / Terras privadas / Direitos públicos

MCARDLE, David.

'You had me at no capital gains tax on a disposal ' : legal and theoretical aspects of standalone image rights / David McArdle.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 639-657

Direitos de imagem / Imposto / Mais-valias / Alienação / Proteções dos direitos de imagem -- atletas / Relação contratual

MCCORMACK, Gerard.

US exceptionalism and UK localism? Cross-border insolvency law in comparative perspective / Gerard McCormack.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 136-162

Lei transfronteiriça de insolvência / Direito comparado / Lei do Modelo uncitral / Insolvência transfronteiriça

MCDERMONT, Morag.

Law as Last Resort : Prosecution Decision-Making in a Regulatory Agency by Keith Hawkins Oxford : [recensão] / Morag Mcdermont.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 484-488

MCHALE, Jean.

Charging overseas visitors for NHS treatment, from Bevan to Windrush and beyond / Jean V. McHale, Elizabeth M. Speakman.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 565-588

Direito da saúde / Carregamento de visitantes no exterior / SNS

MCILROY, David.

The Humanity of Private Law : Part I : Explanation by Nicholas J. McBride : [recensão] / David McIlroy.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 527-529

MCMEEL, Gerard.

Dimensions of Private Law : Categories and Concepts in Anglo-American Legal Reasoning by Stephen Waddams : [recensão] / Gerard McMeel.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 647-653

MEE, John.

Property rights and personal relationships : reflections on reform / John Mee.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 414-450

Direitos de propriedade / Trusts / Separação de pessoas e bens / Reforma

MEGGITT, Gar.

Insurable interest : the doctrine that would not die / Gary Meggitt.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 280-301

Marinheiros fraudulentos -- sec. 18 / Jogadores habituais -- séc. 18 / Contratos de seguro -- 2006

MERKIN, Rob.

Insurance and reinsurance in the Fairchild enclave / Rob Merkin.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 302-325

Seguros -- Enclave de Fairchild / Doença do mesotelioma / Exposição ao amianto / Seguro de responsabilidade civil / Delito / IEG

MIERS, David.

Compensating deserving victims of violent crime : the Criminal Injuries Compensation Scheme 2012? / David Miers.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 242-278

Vítimas de crimes violentos / Regime de Indemnização por Lesões Criminais -- 2012 / Lei de Indemnização de Injúrias Criminais -- 1995 / Danos do direito comum / Indemnização por danos / Despesas públicas

MILDRED, Mark.

The Class Action in Common Law Legal Systems : A Comparative Perspective by Rachel Mulheron : [recensão] / Mark Mildred.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 523-527

MILES, Joanna.

Property law v family law : resolving the problems of family property / Joanna Miles.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 625-648

Direito da propriedade / Direito da família / Partilha de casas / Regime jurídico / Proprietário

MILLER, Chri.

Causation in personal injury : legal or epidemiological common sense? / Chris Miller.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 544-569

Causalidade em danos pessoais / Associação estatística / Causalidade -- direito / Responsabilidade

MOHAMMAD MAZHER IDRIS.

Laïcité and the banning of the 'hijab' in France / Mohammad Mazher Idriss.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 261-295

Proibição do hijab -- França / Aplicação do Princípio da Secularidade -- 2004 / Proibição de símbolos religiosos / Islamofobia / Intolerância -- Islão

MONAGHAN, Chris.

Parliament and the Law, edited by Alexander Horne, Gavin Drewry and Dawn Oliver : [recensão] / Chris Monaghan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 361-369

MONAGHAN, Chris.

Sir Edward Coke and the Reformation of the Laws : Religion, Politics and Jurisprudence, 1578-1616, by David Chan Smith : [recensão] / Chris Monaghan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 163-170

MONK, Daniel.

Problematising home education : challenging parental rights and socialisation / Daniel Monk.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 568-598

Educação domiciliária / Direitos parentais / Socialização / Frequência escolar / Psicologia infantil

MONTGOMERY, Jonathan.

Law and the demoralisation of medicine / Jonathan Montgomery.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 2 (2006), p. 185-210

Lei e desmoralização da medicina / Moral / Comunidades religiosas / Cuidados de saúde / Ética

MOORE, Colin R.

Obligations in the shade : the application of fiduciary directors' duties to shadow directors / Colin R. Moore.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 326-353

Administradores fiduciários / Directores-sombra / Lei das Empresas -- 2006 / Lei das Pequenas Empresas, Empresas e Emprego (SBEEA) -- 2015 / Poder e discricção

MOORE, Illan Rua.

The law of crowds / Illan Rua Wall.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 3 (2016), p. 395-414

Protestos das propinas estudantis / Direito das multidões / Infração agravada / Direito / Sociedade

MOORE, Marc T.

The gig economy : a hypothetical contract analysis / Marc T. Moore.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 579-597

Trabalho flexível / Direito e economia / Coase / Direito de trabalho / Governação corporativa / Economia

MORAN, Leslie J.

Mass-mediated open justice : court and judicial reports in the Press in England and Wales / Leslie J. Moran.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 143-166

Justiça aberta / Imprensa / Comunicação social / Fontes de informação / Democracias liberais

MORGAN, Derek.

Between the fairy tale and the abyss : the creation of a Supreme Court for the United Kingdom? / Derek Morgan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. V-IX

Criação de um Supremo Tribunal para o Reino Unido

MORGAN, Phillip.

Vicarious liability and the beautiful game : liability for professional and amateur footballers? / Phillip Morgan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 2 (2018), p. 242-262

Direito desportivo / Responsabilidade indireta / Delito

MORISON, John.

Re-engineering justice? Robot judges, computerised courts and (semi) automated legal decision-making / John Morison, Adam Harkens.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 618-635

Lei cibernética / Prática / Profissão e ética / Justiça algorítmica / Nova tecnologia e direito / Julgar

MORRIS, Debra.

Charitable fund-raising costs under scrutiny in the US Supreme Court : a UK perspective / Debra Morris.
In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 599-620

Caridade / Angariação de fundos -- custos / Regulamentação da angariação de fundos profissional

MULLALLY, Siobhán.

Citizenship and family life in Ireland : asking the question 'Who belongs'? / Siobhán Mullally.
In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 4 (2005), p. 578-600

Cidadania -- Irlanda / Direito à cidadania / Migrantes

MULLENDER, Richard.

Law's Abstract Judgement and Language as the House of Being Law's Judgement by William Lucy : [recensão] / Richard Mullender.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 172-181

MULLIGAN, Andrea.

A vindicatory approach to tortious liability for mistakes in assisted human reproduction / Andrea Mulligan.
In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 1 (2020), p. 55-76

Reprodução humana assistida / Direito médico / Direitos humanos / Reivindicação / Teoria do delito / Lei do delito

MUNCE, Peter.

The Cambridge Companion to Human Rights Law, edited by Conor Gearty and Costas Douzinas : [recensão] / Peter Munce.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 358-361

MURKENS, Jo Eric Khushal.

Democracy as the legitimating condition in the UK Constitution / Jo Eric Khushal Murkens.
In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 42-58

Direito público / Liberdades civis e direitos humanos / Democracia / Discurso livre / Legitimidade

MURPHY, John.

Children in need : the limits of local authority accountability / John Murphy.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 1 (2003), p. 103-134

Crianças carenciadas / Prestação de contas / Autarquia

MURPHY, John.

Duress as a tort law defence? / John Murphy.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 571-586

Coação / Delito / Contrato

MURPHY, W. T.

Law as a Social System by Niklas Luhmann, tr Klaus A Ziegert, edited by Fatima Kastner, Richard Nobles, David Schiff and Rosamund Ziegert : [recensão] / W.T. Murphy.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 520-523

MURRAY, Andrew D.

The Law and Economics of Cybersecurity, edited by Mark F. Grady and Francesco Parisi : [recensão] / Andrew D. Murray.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 602-605

NAFFINE, Ngairé.

Our legal lives as men, women and persons / Ngairé Naffine.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 621-642

Pessoa de direito / Discriminação por género

NELKEN, David.

The Enigma of Comparative Law : Variations on a Theme for the Twenty-First Century, by Esin Öürücü : [recensão] / David Nelken.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 1 (2006), p. 129-135

NEWMAN, Daniel.

Attitudes to justice in a rural community / Daniel Newman.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 591-612

Comunidade rural / Justiça / Acesso à justiça nas zonas rurais / Austeridade no acesso à justiça

NICHOLSON, Matthew.

Justice and the Slaughter Bench : Essays on Law's Broken Dialectic by Alan Norrie : [recensão] / Matthew Nicholson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 183-184

NICOL, Dann.

The Human Rights Act and the politicians / Danny Nicol.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 451-479

Lei dos Direitos Humanos -- 1998 / Deputados / Políticos

NICOLSON, Donald.

Foundations of Evidence Law, by Alex Stein : [recensão] / Donald Nicolson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 2 (2006), p. 294-298

NICOLSON, Donald.

Making lawyers moral? Ethical codes and moral character / Donald Nicolson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 4 (2005), p. 601-626

Advogado -- ética / Moral / Códigos de conduta profissionais

NIELD, Sarah.

Constructive trusts and estoppel / Sarah Nield.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 311-331

Estoppel / Doutrina Rochefoucauld v Boustead / Aquisição conjunta de terrenos / Confiança construtiva / Equidade Pallant v Morgan

NOVITZ, Tonia.

Social and Labour Rights in a Global Context : International and Comparative Perspectives edited by Bob Hepple : [recensão] / Tonia Novitz.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 363-368

NWABUEZE, Remigius N.

Proprietary interests in organs in limbo / Remigius N. Nwabueze.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 2 (2016), p. 279-301

Proprietário / Órgão / Equipa de transplantes / Cirurgião / Dador vivo / Lei positiva

O'CONNELL, Aislinn.

Using IP rights to protect human rights : copyright for revenge porn removal / Aislinn O'Connell, Ksenia Aislinn.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 442-457

Direitos humanos -- lei / Direito de propriedade intelectual / Pornografia de vingança / Abuso sexual baseado na imagem / Privacidade

O'DONNELL, Therese.

Executioners, bystanders and victims : collective guilt, the legacy of denazification and the birth of twentieth-century transitional justice / Therese O'Donnell.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 4 (2005), p. 627-667

Carrasco / Vítima / Culpa

O'DONOVAN, Katherine.

The loved ones : families, intimates and patient autonomy / Katherine O'Donovan, Roy Gilbar.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 332-358

Autonomia do paciente / Ética médica / Dádiva de órgãos / Direito do paciente à confidencialidade

ORR, Russell.

Speaking with different voices : the problems with English law and psychiatric injury / Russell Orr.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 547-565

Lesão psiquiátrica / Lei das Infrações Contra a Pessoa -- 1861 / Emoção / Diagnóstico

O'SHEA, Tom.

A civic republican analysis of mental capacity law / Tom O'Shea.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 147-163

Republicanism cívico / Lei da capacidade mental / Filosofia política

OST, Suzann.

A new paradigm of reparation for victims of child pornography / Suzanne Ost.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 613-638

Vítimas de pornografia infantil / Pornografia infantil / Modo de justiça restaurativa / Reparação financeira

OSTER, Jan, 1978-

Communication, defamation and liability of intermediaries / Jan Oster.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 348-368

Comunicação / Responsabilidade dos intermediários / Fornecedores de serviços de Internet / Livreiros / Vendedores de jornais / Difamação / Liberdade de expressão

O'SULLIVAN, Catherine.

Mens rea, motive and assisted suicide : does the DPP's Policy go too far? / Catherine O'Sullivan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 96-113

Suicídio assistido / Eutanásia / Política de Procuradores em Relação aos Casos de Incentivo ou Assistência ao Suicídio / DPP / Lei do Suicídio -- 1961 / Supremacia parlamentar

O'SULLIVAN, Kathryn.

Rethinking ancillary relief on divorce in Ireland : the challenges and opportunities / Kathryn O'Sullivan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 111-135

Divórcio -- Irlanda / Redistribuição equitativa / Direito da Família -- divórcio / Alterações legislativas / Impedimentos constitucionais

OWUSU-BEMPAH, Abenaa.

Prosecuting hate crime : procedural issues and the future of the aggravated offences / Abenaa Owusu-Bempah.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 443-462

Crime de ódio / Infrações agravadas / Infrações racial e religiosas / Lei do Crime e Desordem -- 1998 / Deficiência / Orientação sexual

OWUSU-BEMPAH, Abenaa.

Understanding the barriers to defendant participation in criminal proceedings in England and Wales / Abenaa Owusu-Bempah.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 609-629

Direito penal / Arguidos / Julgamento justo / Participação efetiva

PANEPINTO, Alice M.

The right to the truth in international law : the significance of Strasbourg's contributions / Alice M. Panepinto.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 739-764

Direito à verdade / Direito internacional / Autoritarismo / Dever do Estado de investigar / Direito dos sobreviventes

PATTINSON, Shaun D.

The Human Rights Act and the doctrine of precedent / Shaun D. Pattinson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 142-164

Direitos Humanos / Tribunal Europeu dos Direitos do Homem / Tribunais inferiores / Convenção dos Requerentes -- direitos

PEDERSEN, Ole W.

Versions of Academic Freedom, by Stanley Fish : [recensão] / Ole W. Pedersen.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 551-558

PENCA, Jerneja.

Transnational legal transplants and legitimacy : the example of clean and green development mechanisms / Jerneja Penca.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 4 (2016), p. 706-724

Mecanismo Verde de Desenvolvimento -- conservação da biodiversidade / Biodiversidade / Mecanismo de Desenvolvimento Limpo -- regime climático / Transplante legislativo / Ideia jurídica -- espaço transnacional

PERRY-KESSARIS, Amanda.

Finding and facing facts about legal systems and foreign direct investment in South Asia / Amanda Perry-Kessariss.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 649-689

Sistemas jurídicos / Investimento estrangeiro no Sul da Ásia / Estado de acolhimento / Atração de IDE / Dados estatísticos

PEYER, Sebastian.

Walking on thin ice : the perception of tortious liability rules and the effect on altruistic behaviour / Sebastian Peyer, Rob Heywood.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 266-283

Cultura de compensação / Perceção de responsabilidade / Delito

PHUONG, Catherine.

The removal of failed asylum seekers / Catherine Phuong.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 117-141

Requerentes de asilo

PONTIN, Ben.

A room with a view in English nuisance law : exploring modernisation hidden within the textbook tradition / Ben Pontin.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 627-644

Lei de incómodo / Vistas agradáveis / Tradição de livros didáticos

POOLE, Thomas.

Questioning common law constitutionalism / Thomas Poole.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 1 (2005), p. 142-163

Constitucionalismo do direito / Revisão judicial / Advogados públicos / Princípios fundamentais da moralidade

PRIBAN, Jiri.

Importing the Law in Post-Communist Transitions : The Hungarian Constitutional Court and Right to Human Dignity by Catherine Dupré : [recensão] / Jiri Priban.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 721-723

PRICE, Luk.

Finding fault in organisations : reconceptualising the role of senior managers in corporate manslaughter / Luke Price.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 385-407

Papel dos gestores seniores em homicídios corporativos / Lei de Homicídios Corporativos / Responsabilidade corporativa / Má conduta individual

PROBERT, Rebecca.

R. v Hall and the changing perceptions of the crime of bigamy / Rebecca Probert.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 1-17

História do direito / Direito da família / Bigamia / Divórcio

THE PROCEDURAL FAIRNESS LIMITATIONS OF FITNESS TO PRACTISE HEARINGS

The procedural fairness limitations of fitness to practise hearings : a case study into social work / Richard Kirkham.. [et al.].

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 339-357

Direito processual / Profissões / Resolução alternativa de litígios / Trabalhadores sociais

PURSHOUSE, Craig.

Utilitarianism as tort theory : countering the caricature / Craig Purshouse.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 24-41

Direito penal / Utilitarismo / Teoria do direito privado / Direitos

RAMSHAW, Adam.

The case for replicable structured full proportionality analysis in all cases concerning fundamental rights / Adam Ramshaw.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 120-142

Proporcionalidade / Direitos humanos / Direitos fundamentais

REED, Chris.

Why judges need jurisprudence in cyberspace / Chris Reed.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 2 (2018), p. 263-278

Ciberespaço / Jurisprudência / Autoridade legítima

RESNIK, Judith.

Composing a judiciary : reflections on proposed reforms in the United Kingdom on how to change the voices of and the constituencies for judging / Judith Resnik.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 228-252

Poder judicial / Juízes / Supremo Tribunal -- Reino Unido

RICHARDS, Katie.

Revisiting the fraud exception : a critique of United City Merchants v Royal Bank of Canada 40 years on / Katie Richards.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 656-675

Direito comercial / Créditos / Documentários / Exceção de fraude

RIVERS, Julian.

God vs. the Gavel : Religion and the Rule of Law, by Marci A. Hamilton : [recensão] / Julian Rivers.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 4 (2005), p. 693-696

ROBERTS, Heather.

Australian Feminist Judgments : Righting and Rewriting the Law, edited by Heather Douglas, Francesca Bartlett, Trish Luker and Rosemary Hunter : [recensão] / Heather Roberts.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 558-565

ROBERTSON, Andrew.

Purposive contractual interpretation / Andrew Robertson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 2 (2019), p. 230-246

Contrato / Termos implícitos / Interpretação / Construção / Objetividade

RODGER, Barry J.

Securing Compliance : A Principled Approach by Karen Yeung : [recensão] / Barry J. Rodger.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 344-348

SAMUEL, Geoffrey, 1947-

Is legal reasoning like medical reasoning? / Geoffrey Samuel.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 323-347

Raciocínio jurídico / Raciocínio médico / Explicatio cauae / Manipulação dos factos

SAMUELS, Harriet.

Public interest litigation and the civil society factor / Harriet Samuels.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 515-528

Litígios de interesse público / Organizações da sociedade civil / Revisão judicial

SANDERS, Astrid.

The law of unfair dismissal and behaviour outside work / Astrid Sanders.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 328-352

Despedimento injusto / Comportamento fora do local de trabalho / Tribunais de emprego / Comportamento extramural

SAPRAI, Prince, 1979-

Balfour V Balfour and the separation of contract and promise / Prince Saprai.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 468-492

Separação do contrato e da promessa / Lei contratual / Compromissos internos / Processos contratuais / Teoria do contrato

SARVARIAN, Arman.

Humanitarian intervention after Syria / Arman Sarvarian.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 1 (2016), p. 20-47

Intervenção humanitária -- Síria / Ilegalidade da intervenção humanitária / Direito constitucional / Direito internacional / Opino iuris / Debate público

SAVAGE, Ashley.

The response to whistleblowing by regulators : a practical perspective / Ashley Savage, Richard Hyde.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 408-429

Reguladores / Investigação / Lei de Divulgação do Interesse Público -- 1998 / Proteção dos denunciantes / Liberdade de informação

SCOTT, Colin.

Controlling Market Power in Telecommunications : Antitrust vs Sector-Specific Regulation by Damien Geradin and Michel Kerf : [recensão] / Colin Scott.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 3 (2003), p. 544-548

SCOTT, Paul Francis, 1985-

Hybrid institutions in the national security constitution : the case of the Commissioners / Paul F. Scott.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 432-454

Direito público / Segurança nacional / Comissários / Instituições híbridas

SEABOURNE, Gwen.

Coke, the statute, wives and lovers : routes to a harsher interpretation of the Statute of Westminster II c. 34 on dower and adultery / Gwen Seabourne.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 123-142

Viúva / Adultério / Dote / Herdeiros

SEYMOUR, Jillaine.

Justice and the representative parties rule : an overriding interest? / Jillaine Seymour.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 4 (2005), p. 668-688

Partidos representativos / Justiça -- custos / Acesso à justiça / Regulamento do Processo Civil

SHEEHAN, Duncan.

Defendant-sided unjust factors / Duncan Sheehan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 3 (2016), p. 415-437

Réu / Fatores injustos / Influência indevida / Abuso de confiança deferencial / Teoria da intenção

SHEEHAN, Duncan.

Private law theory and taxonomy : reframing the debate / Duncan Sheehan, T. T. Arvind.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 3 (2015), p. 480-501

Direito privado / Taxonomia / Conceitos jurídicos

SHUTE, Stephen.

Beyond the Tariff : Human Rights and the Release of Life Sentence Prisoners by Nicola Padfield : [recensão] / Stephen Shute.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 490-494

SIEMS, Mathias.

Malicious legal transplants / Mathias Siems.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 103-119

Transplantes legais / Lei comparativa / Difusão de ideias / Legislação / Direito e desenvolvimento

SILIQVINI-CINELLI, Luca.

Rethinking Legal Reasoning by Geoffrey Samuel. Cheltenham : Edward Elgar : [recensão] / Luca Siliquini-Cinelli.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 348-351

SLOAN, Brian.

Keeping up with the Jones case : establishing constructive trusts in sole legal owner scenarios / Brian Sloan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 226-251

Proprietário / Confiança construtiva / Contribuições indiretas

SMITH, Roger.

Devils and Angels : Youth, Policy and Crime, by Julia Fionda : [recensão] / Roger Smith.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 440-443

SOLANA, Javie.

The Economic Constitution, by Tony Prosser : [recensão] / Javier Solana.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 186-189

STALLWORTHY, Mark.

EU Environmental Law : Challenges, Change and Decision-Making by Maria Lee : [recensão] / Mark Stallworthy.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 4 (2005), p. 689-693

STANTON, John.

Rebalancing the central-local relationship : achieving a bottom-up approach to localism in England / John Stanton.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 3 (2018), p. 429-449

Localização / Relacionamento centro-local / Governo de baixo para cima

STEPHAN, Andreas.

An empirical evaluation of the normative justifications for cartel criminalisation / Andreas Stephan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 621-646

Criminalização / Justificações normativas / Cartéis / Danos económicos / Sobre-criminalização / Crime

STEVENS, Robert.

Reform in haste and repent at leisure : Iolanthe, the Lord High Executioner and Brave New World / Robert Stevens.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 1-35

Partido Trabalhista / Mudança constitucional -- Reino Unido / Lei dos Direitos Humanos -- 1998 / Departamento de Assuntos Constitucionais / Criação de um Supremo Tribunal

STEVENS, Tracey.

A Supreme Court for the United Kingdom? A view from the High Court of Australia / Tracey Stevens, George Williams.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 188-209

Supremo Tribunal -- Austrália -- 1903 / Supremo Tribunal -- Reino Unido

SUNKIN, Maurice.

Judicial Review and Compliance with Administrative Law by Simon Halliday : [recensão] / Maurice Sunkin.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 1 (2006), p. 120-128

TAGGART, Michael.

A History of Water Rights at Common Law by Joshua Getzler : [recensão] / Michael Taggart.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 2 (2005), p. 337-340

TALBOT, Lorraine.

Trying to save the world with company law? Some problems / Lorraine Talbot.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 3 (2016), p. 513-534

Direito das sociedades / Empresas / Domínio neoliberal do estudo das empresas / Acionistas / Reivindicações de capital / Valor acionista

TAN, Zhong Xing.

Disrupting doctrine? Revisiting the doctrinal impact of relational contract theory / Zhong Xing Tan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 1 (2019), p. 98-119

Teoria do contrato relacional / Direito contratual e doutrina / Teoria do direito privado

TATARYN, Anastasia.

The Philosophical Foundations of Labour Law by H Collins, G. Lester and V. Mantouvalou (eds) : [recensão] / Anastasia Tataryn.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 344-347

THOMAS, Robert.

Evaluating tribunal adjudication : administrative justice and asylum appeals / Robert Thomas.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 462-498

Direito administrativo / Asilo / Tribunal de Asilo e Imigração / Restrições ao apoio judiciário / Estatuto de refugiado

THOMAS, Sean.

Security interests in intellectual property : proposals for reform / Sean Thomas.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 2 (2017), p. 214-247

Direitos de autor / Propriedade intelectual / IPRs / Registo duplo / UNCITRAL / Governação jurídica

THORNTON, James.

Access to Justice and Legal Aid : Comparative Perspectives on Unmet Legal Need by Asher Flynn and Jacqueline Hodgson (eds) : [recensão] / James Thornton.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 4 (2018), p. 684-686

THORNTON, James.

Is publicly funded criminal defence sustainable? Legal aid cuts, morale, retention and recruitment in the English criminal law professions / James Thornton.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 230-251

Direito penal / Prática / Apoio jurídico / Moral / Profissão e ética / Advogados de defesa

TOMLINSON, Joe.

Do we need a theory of legitimate expectations? / Joe Tomlinson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 286-300

Direito público / Revisão judicial / Expectativas legítimas / Fundações conceptuais / Direito administrativo / Justiça administrativa

TOMLINSON, Joe.

Legitimate Expectations in the Common Law World by Matthew Groves and Greg Weeks (eds) : [recensão] / Joe Tomlinson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 38, n.º 1 (2018), p. 187-190

TOULSON, Roger.

Law reform in the twenty-first century / Roger Toulson.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 3 (2006), p. 321-328

Reforma da lei -- século XXI / História da reforma da lei em Inglaterra / Comissão de Direito

TRIBE, John.

Nietzsche's Eternal Recurrence and the renaissance of English and Welsh insolvency law reform / John Tribe.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 419-441

Insolvência / Reforma / Política / Recorrência eterna / Insolvência corporativa / Nietzsche, Friedrich, 1844-1900.

TRUEBLOOD, Leah.

Stanley Fish on Philosophy, Politics and Law, by Michael Robertson : [recensão] / Leah Trueblood.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 2 (2015), p. 381-383

TSARAPATSANIS, Dimitrios.

The margin of appreciation doctrine : a low-level institutional view / Dimitrios Tsarapatsanis.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 4 (2015), p. 675-697

Doutrina de apreciação / Competência institucional / Autoridades nacionais / Políticas económicas / Políticas sociais

TURENNE, Sophie.

French Criminal Justice : A Comparative Account of the Investigation and Prosecution of Crime in France, by Jacqueline Hodgson : [recensão] / Sophie Turenne.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 605-608

TURKSEN, Umut.

Democracy, Minorities and International Law, by Steven Wheatley : [recensão] / Umut Turksen.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 4 (2006), p. 609-613

TURNES, David.

The Rome Statute of the International Criminal Court : A Commentary edited by Antonio Cassese, Paola Gaeta and John R. W. D. Jones : [recensão] / David Turnes.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 2 (2003), p. 371-383

TURTON, Gemma.

Risk and the damage requirement in negligence liability / Gemma Turton.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 75-95

Danos / Negligência / Risco / Responsabilidade / Exceção fairchild / Risco do mesotelioma

VAN GESTEL, Rob.

Sense and non-sense of a European ranking of law schools and law journals / Rob van Gestel.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 1 (2015), p. 165-185

Ranking europeu de faculdades de direito / Qualidade da investigação / Qualidade do ensino / Globalização / Classificação das faculdades de Direito / Fórum de juristas

VAN GESTEL, Rob.

Soul, Self & Society : The New Morality & the Modern State, by Edward L Rubin : [recensão] / Rob Van Gestel.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 36, n.º 3 (2016), p. 540-544

VANZYL, D. H.

Altruism in Private Law : Liability for Nonfeasance and Negotiorum Gestio by Jeroen Kortmann : [recensão] / D.H. Vanzyl.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 515-520

VARNEY, Eliza.

Redefining contractual capacity? the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities and the incapacity defence in English contract law / Eliza Varney.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 493-519

Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência / Direito contratual -- Inglaterra / Capacidade jurídica / Capacidade mental / Capacidade contratual

VAUGHAN, Steven.

Law as Engineering : Thinking about What Lawyers Do, by David Howarth : [recensão] / Steven Vaughan.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 2 (2014), p. 353-358

VEITCH, Kenneth.

Towards a Rhetoric of Medical Law by John Harrington / Kenneth Veitch.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 838-841

VICK, Douglas W.

Regulatory convergence? / Douglas W. Vick.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 26, n.º 1 (2006), p. 26-64

Convergência regulamentar / Lei das Comunicações -- 2003 / Liberalismo social / Mercado

WALKER, Neil.

A Theory of Constitutional Rights by Robert Alexy, trans Julian Rivers Oxford : [recensão] / Neil Walker.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 3 (2004), p. 480-484

WARD, Tony.

Excluding evidence (or staying proceedings) to vindicate rights in Irish and English law / Tony Ward, Clare Leon.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 4 (2015), p. 571-589

Processos de permanência / Direitos do cidadão / Direitos humanos / Estado de direito / Provas -- exclusão / Processos por abuso / Gravações secretas / Privilégios profissionais

WARD, Tony.

Excluding evidence (or staying proceedings) to vindicate rights in Irish and English law / Tony Ward, Clare Leon.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 35, n.º 4 (2015), p. 571-589

Processos de permanência / Direitos do cidadão / Direitos humanos / Estado de direito / Provas -- exclusão / Processos por abuso / Gravações secretas / Privilégios profissionais

WARDHAUGH, Bruce.

Winner of the SLS Annual Conference Best Paper Prize 2013 : Bogeymen, lunatics and fanatics : collective actions and the private enforcement of European competition law / Bruce Wardhaugh.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 34, n.º 1 (2014), p. 1-23

Prémio de Melhor Artigo da Conferência Anual do SLS / Tradições jurídicas europeias / Litígios

WARNOCK, Ceri.

Reconceptualising specialist environment courts and tribunals / Ceri Warnock.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 3 (2017), p. 391-417

Tribunais especializados -- ambiente / SECs / Adjudicação ambiental

WAXMAN, Sacha.

Regulating Assisted Reproductive Technologies : New Horizons by Amel Alghrani : [recensão] / Sacha Waxman.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 694-696

WEBB, Julian.

Pragmatism and Law : From Philosophy to Dispute Resolution by Michal Alberstein Aldershot : [recensão] / Julian Webb.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 4 (2004), p. 643-647

WEBBER, Jeremy.

Supreme Courts, independence and democratic agency / Jeremy Webber.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 55-72

Supremo Tribunal -- Reino Unido / Democracia

WILDE, Mark Laurence.

All the Queen's horses : statutory authority and HS2 / Mark Laurence Wilde.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 765-785

Autoridade legal / HS2 / Defesa / Perdas não compensadas / Direito comum

WILLIAMS, Andrew.

War crimes allegations and the UK : towards a fairer investigative process / Andrew Williams.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 2 (2020), p. 301-320

Direito público / Crimes de guerra / Responsabilidade / Investigações / Justiça

WILLIAMS, Kevin.

State of fear : Britain's 'compensation culture' reviewed / Kevin Williams.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 499-514

Medo / Agendas legislativas e judiciais / Cultura de compensação

WILLIS, Reilly Anne Dempsey.

Habermasian utopia or Sunstein's echo chamber? The dark side of hashtag hijacking and feminist activism / Reilly Anne Dempsey Willis.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 3 (2020), p. 507-526

Feminismo / Campanha / Direitos das mulheres / Hashtags

WINTERTON, Jules.

A library for the modern law school : a statement of standards for university law library provision in the United Kingdom : 2003 revision / Jules Winterton.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 4 (2003), p. 690-710

Biblioteca universitária -- normas -- Reino Unido -- 2003 / Normas / Comité das Bibliotecas da Sociedade

WITTING, Christian.

Modelling organisational vicarious liability / Christian Witting.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 4 (2019), p. 694-713

Delito / Responsabilidade indireta / Organizações

WONG, Benjamin.

Delimiting the concept of personal data after the GDPR / Benjamin Wong.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 517-532

Lei da proteção de dados / Dados pessoais / Regulamento Geral de Proteção de Dados

WOODHOUSE, Diana.

The constitutional and political implications of a United Kingdom Supreme Court / Diana Woodhouse.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 24, n.º 1-2 (2004), p. 134-155

Violação da independência judicial / Independência judicial / Nomeação de juizes / Democracia constitucional / Distribuição do poder / Supremo Tribunal -- Reino Unido

WOODS, Lorna.

The European Union and the Regulation of Media Markets by Alison Harcourt : [recensão] / Lorna Woods.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 25, n.º 3 (2005), p. 527-530

WU, Tang Hang.

Confidence and the constructive trust / Tang Hang Wu.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 1 (2003), p. 135-152

Interecepção ilícita de propriedade / Confiança / Propriedade

XU, Ting.

A law-and-community approach to compensation for takings of property under the European Convention on Human Rights / Ting Xu.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 39, n.º 3 (2019), p. 398-414

Propriedade / Abordagem lei-e-comunidade / Convenção Europeia dos Direitos do Homem / Direitos humanos / Tomadas de propriedade

YIP, Man.

The commercialisation of equity / Man Yip, James Lee.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 4 (2017), p. 647-671

Comercialização de capitais / Lei da equidade e da confiança / Adjudicação comercial

ZEDNER, Lucia.

The concept of security : an agenda for comparative analysis / Lucia Zedner.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 23, n.º 1 (2003), p. 153-176

Segurança / Ameaças / Divisão público-privada / Análise comparativa / Investimento privado

ZHAO, Jingchen.

Promoting more socially responsible corporations through a corporate law regulatory framework / Jingchen Zhao.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 37, n.º 1 (2017), p. 103-136

Direito corporativo / Empresas / Direito societário / Deveres dos administradores / Estratégias corporativas / Regulação

ZLATEV, Zlatin.

Quantification of damages for non-pecuniary losses deriving from breach of contract / Zlatin Zlatev.

In: Legal Studies. London. ISSN 0261-3875. Vol. 40, n.º 4 (2020), p. 548-564

Violação do contrato / Perdas não pecuniárias / Quantificação de danos

Lex Medicinae**ALMEIDA, Renata Barbosa de.**

Direito ao planeamento familiar e o choque de consentimentos sobre o uso dos embriões : o caso Evans versus Reino Unido sob a égide do Direito Brasileiro / Renata Barbosa de Almeida.

In: Lex Medicinae. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, n.º 12 (2009), p. 91-107

Reprodução / Esterilidade / Reprodução assistida / Consentimento informado

BARREIRO, João Torres.

A esperança média de vida da patente dos medicamentos : o certificado complementar de protecção / João Torres Barreiro.

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, nº 12 (2009), p. 129-141

Medicamento / Patente / Certificado complementar de protecção / Autorização de introdução no mercado

DANTAS, Eduardo, 1973-

O consentimento presumido , a autonomia relativa e as inovações da lei de transplantes brasileira / Eduardo Dantas.

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, nº 12 (2009), p. 75-81

Transplante de órgãos e tecidos / Consentimento informado / Consentimento presumido / Doação / Doadores

DEUTSCH, Erwin, 1929-2016.

Skegg U. Patterson (Editors), Medical Law in New Zealand, Thomson u. Brookers 2006 : [recensão] / Erwin Deutsch.

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 4, nº 8 (2007), p. 137-138

GONZÁLEZ LEÓN, Carmen.

La proteccion del paciente y el consentimiento informado / Carmen González León.

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, nº 12 (2009), p. 15-32

Pacientes / Direito à informação / Consentimento informado / Forma e conteúdo / Titulares do direito à informação / Responsabilidade médica

HERVEG, Jean.

Chronicle of case-law : the european court of human rights and the protection of patient's data (1st January 2000 – 24 June 2009) / Jean Herveg.

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, nº 12 (2009), p. 33-45

Auto-determinação / Privacidade / Protecção de dados / Dados clínicos / Acesso a dados / Dados eletrónicos

MERUJE, Maria Manuel Borges.

Consentimento informado radiológico : processo de comunicação dos riscos ao paciente / Maria Manuel Borges Meruje.

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, nº 12 (2009), p. 109-128

Radiações ionizantes / Medicina / Risco / Pacientes / Consentimento / Responsabilidade

A PSIQUIATRIA E A PSICOLOGIA NA AVALIAÇÃO PERICIAL EM SEXOLOGIA FORENSE

A psiquiatria e a psicologia na avaliação pericial em sexologia forense : a propósito de 4 casos típicos / Fernando Vieira.. [et al.].

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, nº 12 (2009), p. 83-89

Avaliação pericial / Sexologia forense / Psiquiatria / Perícias

RAPOSO, Vera Lúcia, 1976-

Vende-se gâmeta em bom estado de conservação : o obscuro mercado das células reprodutivas / Vera Lúcia Raposo.

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, nº 12 (2009), p. 47-74

Gâmetas / Doação -- espermatozóides e óvulos / Doadores / Propriedade do corpo / Contrato

RUEFF, Maria do Céu, 1959-

Aconselhamento, não-discriminação e o paradoxo do segredo / Maria do Céu Rueff.

In: Lex Medicinæ. Coimbra. ISSN 1646-0359. A. 6, nº 12 (2009), p. 5-13

Saúde pública / Discriminação / Confidencialidade / Consentimento / HIV / Segredo / Doença de declaração obrigatória

Nação e Defesa

ALVES, Andreia, 1996-

A Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para as questões de género e o seu impacto na Academia Militar Portuguesa / Andreia Alves, Artur Saraiva.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 157 (2020), p. 73-94

Academia Militar Portuguesa / Cultura organizacional / Género / Integração da perspectiva de género / RCSNU 1325

BESSA, Fernando.

A agenda Mulheres, Paz e Segurança : um olhar sobre as forças de segurança / Fernando Bessa, Luís Malheiro.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 156 (2020), p. 123-139

Nações Unidas / Mulheres / Paz / Resolução 1325 / Segurança / Portugal

CAMACHO, Pedro.

Um olhar sobre a cooperação energética UE-Rússia : desafios numa nova era global da energia / Pedro Camacho, Carla Fernandes.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 153 (2019), p. 125-141

Cooperação energética / União Europeia / Diálogo energético / Segurança energética / Rússia

CELESTINO, Sabrina.

Mulheres da guerra e da paz : reflexões sobre a particularidade brasileira / Sabrina Celestino.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 157 (2020), p. 99-113

Forças Armadas / Guerra e paz / Mulheres

DIAS, Mónica.

Civil society takes the wheel : UNSC Resolution 1325 and the path towards sustainable peace / Mónica Dias, Catarina Caria.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 157 (2020), p. 29-40

Mulheres / Paz / Resolução 1325 / Segurança / Sociedade

DUARTE, António Paulo, 1966

A humanidade demiúrgica sob o signo do aniquilamento : uma reflexão holística sobre o conceito de estratégia de segurança energética / António Paulo Duarte.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 153 (2019), p. 9-43

Aniquilamento / Energia / Estratégia / Humanidade demiúrgica / Segurança

ELIAS, Luís, 1968-

Gestão de crises e a pandemia de COVID-19 / Luís Elias.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 156 (2020), p. 9-39

Crise / Gestão de crises / Pandemia / Protecção / Saúde / Segurança

FERNANDES, Carla Patrício.

Segurança energética : para quem, por quem e de que ameaças? / Carla Patrício Fernandes.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 153 (2019), p. 73-94

Ameaças / Insegurança energética / Segurança de aprovisionamento / Segurança da demanda / Segurança energética

FERNANDES, José Pedro Teixeira.

A transformação da Turquia na Era Erdoğan : implicações sobre a segurança Euro-Atlântica / José Pedro Teixeira Fernandes, Domingos Rodrigues.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 156 (2020), p. 103-122

NATO / União Europeia / Erdoğan, Asli, 1967- / Segurança / Turquia

FLORÊNCIO, Rui.

Permissão para atacar : como melhorar a cibersegurança de Portugal através de um programa de bug bounty governamental / Rui Florêncio.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 156 (2020), p. 79-97

Cibersegurança / Programas de Bug Bounty / Vulnerabilidade / Portugal

FREIRE, Maria Raquel, 1973-

Energia nas relações UE-Rússia : um estudo exploratório de segurança ontológica / Maria Raquel Freire.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 153 (2019), p. 49-67

União Europeia / Energia / Segurança ontológica / Rússia

GONÇALVES, Francisco Jorge.

A estratégia de combate à radicalização no extremismo islâmico na Grã-Bretanha (2006-2015) / Francisco Jorge Gonçalves.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 153 (2019), p. 189-205

CONTEST / Islamismo / Islamitas não violentos / PREVENT / Radicalização

GUEDES, Henrique Peyroteo Portela, 1966-

Tribunais Penais Internacionais : os direitos da mulher nos conflitos armados / Henrique Peyroteo Portela Guedes.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 153 (2019), p. 171-186

Conflitos armados / Direitos da mulher / Violência sexual

LAPÃO, Luís Velez.

Preparação para a resposta a situações de crise : a resiliência assente na capacitação com sistemas inteligentes de apoio à decisão / Luís Velez Lapão.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 156 (2020), p. 47-74

Crise / Pandemia / Resiliência / Tecnologias

MORAIS, Diana.

Mulheres, Paz e Segurança : os planos nacionais de ação e a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas / Diana Morais.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 157 (2020), p. 9-24

Mulheres / Paz e segurança / Planos nacionais de acção / RCSNU 1325

MULHERES DE ARMAS

Mulheres de armas : dados quantitativos e percepções das militares em regime de voluntariado e de contrato / António Ideias Cardoso ... [et al.].

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 157 (2020), p. 43-69

Aspectos de caracterização das militares em regime de voluntariado e de contrato / Evolução dos efectivos militares por sexo / Participação das mulheres nas Forças Armadas / Percepções das militares acerca do seu percurso profissional

NEUMANN, Isabella.

Forças Armadas de Portugal : os potenciais motivos da lenta incorporação da mulher militar / Isabella Neumann.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 157 (2020), p. 117-131

Forças Armadas -- Portugal / Mulher militar / Profissionalização militar

REIS, Bruno Cardoso, 1973-

Portugal e o Brasil entre a ascensão do Indo-Pacífico e a eventual queda do Atlântico / Bruno Cardoso Reis.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 156 (2020), p. 145-164

OTAN / Covid-19 / Atlântico Norte / Brasil / China / Indo-Pacífico / Portugal

RODRIGUES, Teresa Ferreira, 1960-

A gas Russian issue? : segurança energética e um modelo para o futuro da Europa / Teresa Ferreira Rodrigues.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 153 (2019), p. 147-165

União Europeia / Federação Russa / Energia / Recursos / Segurança energética

SOUSA, Eduardo Caetano de.

O gás natural nos confrontos da geopolítica global / Eduardo Caetano de Sousa.

In: Nação e Defesa. Lisboa. ISSN 0870-757X. Nº 153 (2019), p. 101-119

Gás natural / Geopolítica global

Revista Crítica de Ciências Sociais

Ativismo em rede e espaço comum : As mobilizações globais de protesto pelo clima / Isabel Babo.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. ISSN 0254-1106. N.º126 (Dez. 2021), p. 25-46

Resumo: A partir das manifestações de protesto globais contra as alterações climáticas, que constituíram uma causa comum, a questão que se coloca é em que medida se assiste à emergência de um “espaço comum”, para a formação do qual contribuem as possibilidades comunicacionais e de mobilização trazidas pelas conexões digitais. Os conceitos de espaço comum tópico e metatópico (Taylor) e de relações “atópicas” (Di Felice) nos contextos digitais são examinados e aplicados às manifestações. As redes digitais tiveram um papel importante nas mobilizações e estas criaram um “espaço comum tópico” em coexistência com relações digitais atópicas. Considera-se que há a formação de uma “atenção conjunta” e de uma causa comum global. Assim como há condições para a formação do comum, na atualidade, com intervenção do ativismo em rede, o que permite pensar o “espaço comum” – e será esse o maior contributo deste artigo – nessa ecologia relacional.

Alterações climáticas / Ativismo / Movimentos de contestação / Redes de comunicação

CARREÑO HERNÁNDEZ, Mauricio

Vida cotidiana y experiencias morales de un grupo de jóvenes en conflicto con la ley en Santiago, Chile / Mauricio Carreño Hernández, Gabriel Abarca-Brown, Esteban Radiszcz.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. ISSN 0254-1106. N.º126 (Dez. 2021), p. 69-90

Delinquência juvenil / Responsabilidade penal / Vida quotidiana / Chile

CASADEI, Eliza Bachega

Possibilidades de consumo dos espaços de aparição, partilhas de gênero e performatividades / Eliza Bachega Casadei e Andrey Albuquerque Mendonça.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. ISSN 0254-1106. N.º126 (Dez. 2021), p. 113-132

Resumo: A partir de uma reflexão sobre a constituição do espaço como um campo das lutas por reconhecimento, o objetivo do presente artigo é estudar as possibilidades diferenciais do consumo de espaços de aparição para homens e mulheres na Igreja Hillsong. Analisaremos como os seus valores religiosos em relação aos géneros se materializam menos no conteúdo da enunciação do que na performatividade da constituição dos espaços em que o género pode ser enunciado. Recorrendo à Análise Crítica do Discurso, estudaremos a representação dos espaços nas imagens publicadas em 2019 no perfil do Instagram da Hillsong São Paulo a partir de um recorte de género. Os espaços diferenciais de aparição nesta Igreja são não apenas um modo de organização dos corpos em assembleia, mas um conjunto vivo de relações, que performativamente instrumentaliza os modos de aparição autorizados e podem ser interpretados como espaços morais de aparição de género.

Desigualdade de género / Instituições religiosas / Práticas religiosas / Representação de género

CORDERO-RAMOS, Nuria

Los derechos humanos frente al espejo : Narrativas de mujeres sin hogar en el ejercicio de sus capacidades / Nuria Cordero-Ramos, Manuel Muñoz-Bellerin.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. ISSN 0254-1106. N.º126 (Dez. 2021), p. 47-68

Direitos da mulher / Sem-abrigo / Instituições de acolhimento / Violação dos direitos humanos / Políticas públicas / Teatro / Espanha

MARTINS, Dilermando Aparecido Borges

Uma análise da Política Nacional de Saúde Integral LGBT à luz do conceito gramsciano de Estado ampliado / Dilermando Aparecido Borges Martins, Lislei Teresinha Preuss, Silmara Carneiro e Silva.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. ISSN 0254-1106. N.º126 (Dez. 2021), p. 91-112

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil e à luz da teoria do Estado ampliado de Antonio Gramsci, abrangendo as categorias Estado, Políticas Públicas e Saúde. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter histórico e crítico. Para tanto, retrata-se o conceito gramsciano de Estado ampliado, aborda-se a Reforma Sanitária e, por fim, analisa-se a instituição da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, especialmente a partir do conceito de vulnerabilidade no contexto das políticas públicas de saúde. Neste cenário, à luz da teoria gramsciana, depreende-se que a sociedade civil assume um papel importante na construção de políticas públicas para a população LGBT.

Gramsci, Antonio, 1891-1937 / Reforma da saúde / Estado-nação / LGBT / Política de saúde / Vulnerabilidade social / Brasil

SOARES, António Goucha, 1962-

A saída do Reino Unido da União Europeia : Um acordo tirado a ferros / António Goucha Soares.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. ISSN 0254-1106. N.º126 (Dez. 2021), p. 3-24

Resumo: Este artigo incide sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), em virtude do referendo sobre o Brexit, analisando a intervenção dos diferentes atores políticos envolvidos no acordo de retirada. Começa por abordar as estratégias negociais do Reino Unido e da União Europeia, para em seguida se deter sobre a tensão política entre Governo e Parlamento britânicos em torno da aprovação do acordo de saída – e a forma como a UE pautou a sua conduta ao longo dessa disputa. Refere ainda a intervenção de órgãos jurisdicionais na resolução de conflitos políticos relacionados com o Brexit. O artigo propõe uma análise crítica da atitude dos principais intervenientes no acordo, assim como uma reflexão sobre os efeitos colaterais deste processo.

Conflitos políticos / Construção europeia / Política internacional

SOARES, Matilde

“Homens de verdade” e a patologização das identidades trans / Matilde Soares, Liliana Rodrigues, Conceição Nogueira.

In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra. ISSN 0254-1106. N.º126 (Dez. 2021), p. 133-150

Resumo: Este artigo procura fazer uma revisão teórica que evidencie como os modelos biomédicos acerca das transexualidades são limitadores para as identidades trans e para a possibilidade de existências mais livres. Pretende-se, assim, explorar como estes discursos essencialistas e patologizadores se concretizam, particularmente nas vivências de homens trans, através da pressão para se conformarem com modelos hegemónicos de masculinidade – o que os pode levar a afirmar expressões normativas e exacerbadas de masculinidade, de modo a serem socialmente reconhecidos como homens. Com isto, espera-se ainda demonstrar como um modelo de autodeterminação abre possibilidades para o reconhecimento de uma multiplicidade de vivências fora das imposições às normas de género.

Binarismo de género / Género e sexualidade / Masculinidade / Transexualidade

Revista da Faculdade de Direito

ALBERTO, Marco António Moraes.

O direito do poder administrativo : entre juridificação instrumental e comunicação racional : uma leitura do capítulo IV de facticidade e validade , de Jürgen Habermas / Marco António Moraes Alberto.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 479-505

Habermas, Jürgen, 1929- / Direito público / Legitimidade

ANNUNCIATO, Marcia Aparecida da Silva.

Mediação no ensino médio público : uma abordagem interdisciplinar entre o direito à educação e a antropologia jurídica, a partir do pensamento de Étienne Le Roy / Marcia Aparecida da Silva Annunciato.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 659-680

Le Roy, Étienne / Ensino médio público / Interdisciplinaridade / Juridicidade / Mediação / Teoria do multijuridismo

BALBANI, Arthur Paku Ottolini.

Entre a judicialização e o descrédito : a necessária reforma do regimento interno da Câmara dos Deputados / Arthur Paku Ottolini Balbani.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 843-863

Câmara dos Deputados / Constituição Federal / Crise institucional / Políticas públicas / Reforma / Regimento interno / Regras informais

BARROS, Lucas Carneiro Gorgulho Mendes.

Empty voting e hidden (morphable) ownership : os novos mecanismos de dissociação dos direitos patrimoniais e políticos dos acionistas / Lucas Carneiro Gorgulho Mendes Barros.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 385-435

Direitos do acionista / Empty voting / Hidden ownership / Propriedade oculta / Sociedades anônimas / Voto vazio

BARROS, Marco Antônio Loschiavo Leme de, 1988

Tribunais da sociedade : um estudo das estruturas decisórias do direito por meio dos sistemas organizacionais / Marco Antônio Loschiavo Leme de Barros.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 299-332

Sociologia do direito / Teoria dos sistemas / Teorias das organizações / Tribunais

BEZERRA, Ana Clara de Moraes.

O casamento precoce no Brasil enquanto violação dos direitos humanos / Ana Clara de Moraes Bezerra.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 865-885

Casamento infantil / Casamento precoce / Direito internacional / Direito das mulheres / Direitos humanos

BRUNO, André Simões Chacon.

A biopolítica em Michel Foucault e Giorgio Agamben : modernidade, soberania e exclusão / André Simões Chacon Bruno.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 605-632

Agamben, Giorgio, 1942- / Foucault, Michel, 1926-1984 / Biopolítica

CARVALHO, Augusto Xavier de.

A falácia da despedida imotivada no Brasil / Augusto Xavier de Carvalho.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 451-478

OIT -- Convenção nº 158 / Despedida arbitrária / Direitos humanos / Direitos sociais / Tratados internacionais

CASELLA, Paulo Borba.

Negociação e conflito no direito internacional : cinco mil anos de registro da história / Paulo Borba Casella.
In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 185-230

Conflito / Direito internacional / Discurso / Guerra e paz / Negociação / Retórica

CASTAGNA, Ricardo Alessandro.

Robert Cover, a virada linguística e a interpretação constitucional / Ricardo Alessandro Castagna.
In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 561-581

Cover, Robert M. / Hermenêutica / Interpretação / Interpretação constitucional / Virada linguística

CHIGNOLI, Daniel Nogueira.

Legislação sobre escravidão no Reino e na América Portuguesa / Daniel Nogueira Chignoli.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 349-362

Direito português / Escravidão / Objecto de direito / Sujeito de direito / América Portuguesa

COELHO, Vinicius Azevedo.

As manifestações brasileiras de Junho de 2013 e suas implicações jurídico-políticas / Vinicius Azevedo Coelho.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 583-604

Manifestações -- Junho de 2013 / Movimentos sociais / Teoria dos sistemas

CONTI, André Nunes.

Rechts- und Sachmängelhaftung im Römischen Kaufrecht : Sipulatio Simplae und Ausschluss der Wandelung / André Nunes Conti.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 763-789

Compra e venda / Direito romano / Evicção / Responsabilidade do vendedor / Venditio simplaria / Vícios ocultos

CUNHA, Larissa Fernanda Romão da.

Desigualdade de gênero e medição judicial em divórcio / Larissa Fernanda Romão da Cunha.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 887-915

Acesso à justiça / Antropologia do Direito / CEJUSC / Desigualdade de gênero / Divórcio / Mediação

DISANT, Mathieu, 1978-

Les lanceurs d'alerte en droit français : identité, statut, interrogations / Mathieu Disant.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 125-137

Campo de aplicação / Conflito ético / Procedimento de aviso / Proteção / Regime jurídico / Reportante

DITÃO, Ygor Pierry Piemonte.

Da Escola de Salamanca ao limiar do Século 21 : a difícil missão de proteger os direitos indígenas / Ygor Pierry Piemonte Ditão, Karen Marcello.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 735-761

Autodeterminação dos povos / Direito internacional / Indígenas / Minorias

GARCIA, Fábio Henrique Falcone, 1979-

O Plea Bargaining no pacote anticrime : vantagens e desafios da introdução do instituto no sistema jurídico brasileiro / Fábio Henrique Falcone Garcia, Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 157-183

Acordos / Eficiência / Plea bargaining / Processo penal / Projecto anticrime

JAFET, Danilo Haddad.

Direito de preempção : as diversas espécies de preferência no direito civil / Danilo Haddad Jafet.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 363-383

Preempção / Preferência / Retrocessão

LOPES, José Reinaldo de Lima.

A longa história da cultura jurídica medieval / José Reinaldo de Lima Lopes.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 21-68

Comentadores / Cultura jurídica medieval / Direito medieval / Glosadores / História do direito / Humanismo jurídico

MARCHI, Eduardo Cesar Silveira Vita.

Thomas Marky : vida e obra, no centenário de seu nascimento (1919-2019) / Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 917-938

Marky, Thomas, 1919-2019

MATOS, Larissa Lopes.

A necessidade de exigência de estudo e relatório de impacto ambiental sobre a condição laboral daqueles que integram a força produtiva do empreendimento / Larissa Lopes Matos.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 437-449

Direito ambiental do trabalho / EIA / Licenciamento / RIMA

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos.

A exceção de ordem pública internacional / Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 231-249

Conexões alternativas / Conflito de leis no espaço / Normas de aplicação imediata / Princípio da ordem pública

NETO, António Augusto Machado de Campos.

Judaísmo : antigo e moderno : observância majoritária ao direito talmúdico : direitos humanos / António Augusto Machado de Campos Neto.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 69-100

Diásporas romana, oriental, sefardita e asquenaze / Direito talmúdico / Direitos humanos / Resumo sucinto do judaísmo antigo e moderno / Israel -- moderna

NETTO, Alamiro Velludo Salvador.

Os desafios da pós-modernidade para o direito penal brasileiro : reflexões a partir da contribuição de António Luis Chaves Camargo / Alamiro Velludo Salvador Netto, Luciano Anderson de Souza, Beatriz Corrêa Camargo.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 139-156

Direito penal / Funcionalismo / Pós-modernidade / Teoria discursiva do Direito / Teoria dos sistemas

PAULA, Luiz Augusto Módolo de.

O Tribunal Especial para o Líbano : um balanço parcial (2009-2019) / Luiz Augusto Módolo de Paula.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 251-273

Direito internacional penal / Direito internacional público / Tribunal Especial -- Líbano / Líbano

PEREIRA, Paulo Henrique Rodrigues.

Na dúvida : escravo! detenção de mulheres e homens livres pela presunção da escravidão : análise da aplicação da disposição do escravo abandonado , segundo a Lei do Ventre Livre / Paulo Henrique Rodrigues Pereira.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 333-348

Direito da escravidão / Escravidão / História do direito / História do direito -- Brasil

PILI, Frédéric Walthère Joachim.

Luta contra o terrorismo e proteção das minorias / Frédéric Walthère Joachim Pili, Julia Touriño de Seixas.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 711-721

Organização das Nações Unidas / Minorias / Vertente preventiva da responsabilidade de proteger

SANTOS, Marco Aurélio Moura dos.

Responsabilidade de proteger : minorias e genocídio / Marco Aurélio Moura dos Santos, Frédéric Walthère Joachim Pili.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 723-734

Organização das Nações Unidas / Tribunal Penal Internacional / Genocídio / Minorias / Responsabilidade de proteger / Darfur

SILVA, Marcela Oliveira.

O papel do STF na concepção distorcida do domínio do fato : como a acção penal 470 inaugurou um entendimento equivocado da teoria na doutrina e jurisprudência brasileiras / Marcela Oliveira Silva.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 527-546

Roxin, Claus / Acção Penal 470 / Domínio do facto / Mensalão

SILVA, Mayara Rocumback Vieira da.

A proteção de dados pessoais e seus desafios regulatórios / Mayara Rocumback Vieira da Silva.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 791-815

Autodeterminação informacional / Consentimento / Dados pessoais / Processamento de dados / Regulação de risco

SOARES, Leonardo Romano.

Os encargos do Estado com pessoal ativo e equilíbrio financeiro / Leonardo Romano Soares.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 507-526

Encargos com pessoal / Sustentabilidade financeira

SOUZA, Aline Almeida Coutinho.

Comentários do direito internacional moderno : existência, busca pela universalidade e a escolha da igualdade formal entre estados e povos / Aline Almeida Coutinho Souza, Aline Schraier de Quadros.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 547-560

Direito internacional / Direito natural / Estado / Igualdade / Universalidade

SOUZA, Letícia Beatriz de Oliveira de.

O princípio da eficiência e as contratações públicas com o terceiro setor / Letícia Beatriz de Oliveira de Souza.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 817-842

Administração pública / Administração pública consensual / MROSC / Princípio da eficiência / Terceiro setor

TIVERON, Julia Martins.

Anthony Giddens e Niklas Luhmann : o direito como fórmula generalizável / Julia Martins Tiveron.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 633-657

Giddens, Anthony, 1938- / Luhmann, Niklas, 1927-1988 / Direito / Institucionalização / Teoria social

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo.

A tal lei da liberdade econômica / Eduardo Tomasevicius Filho.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 101-123

Desburocratização / Desconsideração da personalidade jurídica / Função social do contrato / Fundos de investimento / Lei da liberdade econômica

VILLAS BOAS FILHO, Orlando.

A interdisciplinaridade nos estudos sociojurídicos : a experiência editorial da revista Droit et Société / Orlando Villas Boas Filho.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 275-297

Silbey, Susan / Estudos sócio-jurídicos / Interdisciplinaridade / Legal consciousness studies / Revue Droit et Société

ZEN, Cássio Eduardo.

Adoções, transferências forçadas e genocídio / Cássio Eduardo Zen.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Vol. 114 (2019), p. 681-710

Direito criminal internacional / Genocídio / Transferências forçadas

Revista de Contratos Públicos

AMORIM, João Pacheco de.

As associações de direito privado sob influência determinante pública : entidades adjudicantes estatutárias ou (potenciais) organismos de direito público ? / João Pacheco de Amorim, Rui Mesquita Guimarães.

In: Revista de Contratos Públicos. Coimbra. ISSN 2182-164X. Nº 28 (2022), p. 5-31

Associações de direito privado / Entidades adjudicantes / Contratos públicos

CALDEIRA, Marco.

Mais um exemplo de indevida instrumentalização da contratação pública : o regime excecional da contratação de espetáculos artísticos / Marco Caldeira.

In: Revista de Contratos Públicos. Coimbra. ISSN 2182-164X. Nº 28 (2022), p. 33-53

Contratação pública / Covid-19 / Regime excecional / Ajuste direto / Causas de não adjudicação / Financiamento público / Autonomia local / Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de Março / Espetáculos culturais e artísticos

COSTA, Andreia Duarte da.

O regime excecional e temporário do Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril, enquanto fait du prince : uma alternativa para o concessionário? / Andreia Duarte da Costa.

In: Revista de Contratos Públicos. Coimbra. ISSN 2182-164X. Nº 28 (2022), p. 55-93

Pandemia / Reposição do equilíbrio financeiro / Contrato de concessão / Fait du prince / Modificação do contrato / Estado de emergência

MACUÁCUA, Edson da Graça Francisco.

Estrutura do financiamento das parcerias público-privadas em Moçambique / Edson da Graça Francisco Macuácuá, Rogério Uamusse.

In: Revista de Contratos Públicos. Coimbra. ISSN 2182-164X. Nº 28 (2022), p. 95-121

Financiamento / Project Finance / Risco / Estrutura financeira

Revista de Legislação e de Jurisprudência

A.

Consulta : [Direito Civil] / A.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1158 (1891), p. 164-165

Resumo: Estando arrendada uma propriedade legada ao tempo da morte do testador, desde quando pertencerá ao legatário a renda desta propriedade?

Legado / Renda

A. C.

Consulta : [Processo Civil] / A. C.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1189 (1892), p. 98-99

Resumo: Se um legatário falecer antes de concluído o inventário e partilha dos bens da herança do testador, deverá fazer-se neste mesmo inventário a partilha dos bens que constituem o legado pelos herdeiros do legatário?

Inventário / Legado

A. P.

Consulta : [Direito e Processo Administrativo] / A. P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1149 (1891), p. 18-19

Resumo: Qual será o meio legal e prático de obrigar os corpos administrativos e as corporações de piedade e beneficência a fazer preparo para o julgamento das contas da sua gerência, e a prestar estas contas na época legal?

Contas / Multa

ABREU, Domingos Manuel Pereira de Carvalho de.

Direito de servidão de janelas / Domingos Manuel Pereira de Carvalho de Abreu.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1177 (1892), p. 472-475

Resumo: Tendo o proprietário de uma casa uma servidão de janela directa e imediatamente aberta sobre a propriedade de um vizinho, sem que entre os dois prédios haja o interstício legal, não pode aquele abrir outra no alinhamento vertical da primeira e em lugar superior.

Janelas / Servidão

ACÇÃO NEGATÓRIA DE SERVIDÃO

Acção negatória de servidão.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1193 (1892), p. 169-173

Resumo: A servidão de passagem é descontínua e não aparente. - Para haver a constituição de uma servidão desta natureza antes do Código civil, é necessário que houvesse a este tempo a posse imemorial, pública e ininterrupta e com ciência e paciência dos donos do prédio serviente.

Servidão

ALBUQUERQUE, João Pacheco de.

Correspondência : [Processo Civil] / João Pacheco de Albuquerque.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1133 (1890), p. 346-348

Resumo: Nos processos de execução não é lícito proceder a segunda avaliação nos bens penhorados.

Avaliação / Execução

APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DE 15 DE JUNHO DE 1891

Apreciação da proposta de Lei de 15 de Junho de 1891.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1155 (1891), p. 113-115

Resumo: A proposta de Lei de 15 de Junho de 1891, relativa à emigração. - Parecer acerca desta proposta. - Reorganização das secretarias dos governos civis e dos tribunais administrativos, e remuneração de seus empregados.

Tribunal Administrativo / Emigração / Empregados / Governos Civis / Secretarias

BARREIROS, António Duarte Marques.

Quesitos ao juri criminal / António Duarte Marques Barreiros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1167 (1891), p. 313

Resumo: O libelo em processo crime deve ser formulado em harmonia com o despacho de pronúncia passado em julgado. - Os quesitos ao juri devem estar em harmonia com o libelo e despacho de pronúncia.

Libelo / Quesitos

BARREIROS, António Duarte Marques.

Questão de competência / António Duarte Marques Barreiros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1153 (1891), p. 87-89

Resumo: Não devem ser vendidos pelo processo de falência os bens imóveis do falido, sobre os quais penda uma execução hipotecária por dívida do mesmo falido.

Falência

BARREIROS, Marques.

Uma questão prejudicial / Marques Barreiros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1140 (1891), p. 456-460

Resumo: Não pode haver procedimento criminal contra o tesoureiro de uma irmandade por alcance de contas desta mesma irmandade, enquanto o competente tribunal administrativo não tenha julgado que existe o alcance.

Contas / Processo criminal / Tesoueiros

BASTOS, M. Pinto, correspondente.

Consulta : [Direito Civil] / M. Pinto Bastos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 713 (1882), p. 581

Resumo: Tendo um testador deixado a propriedade de certos bens a dois indivíduos, e o usufruto dos mesmos bens a outro indivíduo até que aqueles cheguem à maioridade, usufruto de metade dos bens termina logo que um dos dois indivíduos chegue à maioridade?

Testamento

BRITO, José Joaquim de.

Consulta : [Processo Civil] / José Joaquim de Brito.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1137 (1890), p. 403-405

Resumo: Deverá ser submetida à deliberação do conselho de família uma dívida superior a réis 400\$00, descrita no inventário pelo cabeça de casal, e comprovada por um auto de conciliação?

Conselho de família / Dívidas

C. A. F.

Consulta : [Processo Criminal] / C. A. F.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1159 (1891), p. 178-180

Resumo: Se em processo criminal ordinário o réu não apresentar a contestação por escrito, preferindo contestar verbalmente na audiência, em que prazo terá de oferecer o rol de testemunhas?

Rol de testemunhas / Testemunhas

CARVALHO, Eduardo.

Correspondência polémica : [Direito e Processo Criminal] / Eduardo Carvalho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1186 (1892), p. 54-62

Resumo: Se o prejudicado com o crime de furto praticado por um descendente seu perdoar a este agente, desistindo de acusá-lo, aproveitará o perdão aos cúmplices ou encobridores do mesmo crime?

Crime de furto

CARVALHO, Eduardo.

Correspondência polémica : [Processo Criminal] / Eduardo Carvalho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1144 (1891), p. 518-525

Resumo: Quando é que depende de caução a soltura dos réus absolvidos em processo em que se haja interposto recurso de revista?

Fiança

CARVALHO, Eduardo José da Silva, 1857-1931.

Crimes de estupro e violação / Eduardo José da Silva Carvalho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1175 (1892), p. 440-444

Resumo: Alterações introduzidas no Código penal de 1852 pela legislação posterior sobre estupro. - Diferenças entre o crime de estupro e o de violação. - Se, tendo o juiz no despacho de pronúncia classificado o crime como estupro voluntário, poderá fazer-se ao juri um quesito sobre se o réu teve por meio de sedução com a ofendida tratos ilícitos contra vontade dela.

Estupro / Violação

CAUÇÃO CRIMINAL

Caução criminal.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1161 (1891), p. 216-219

Resumo: A soltura dos réus absolvidos em processo em que se haja interposto recurso de revista depende de caução, se ao crime de que eram acusados for aplicável pena maior fixa.

Caução

CÓDIGOS DOS USOS E COSTUMES DA ÍNDIA

Códigos dos usos e costumes da Índia.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1161 (1891), p. 219-224 ; p. 232-237 ; p. 250-255 ; p. 266-271

Códigos dos usos e costumes da Índia / Ultramar

CÓDIGOS DOS USOS E COSTUMES DOS HABITANTES DA ÍNDIA

Códigos dos usos e costumes dos habitantes da Índia.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1165 (1891), p. 274

Resumo: Os códigos dos usos e costumes dos habitantes da Índia de 14 de Outubro de 1853 e de 31 de Agosto de 1854 foram revogados pelo decreto de 16 de Dezembro de 1880 ; mas as suas disposições ainda hoje são reguladoras dos actos jurídicos celebrados no vigor daqueles códigos.

Códigos dos usos e costumes da Índia / Ultramar

COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Competência do Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1190 (1892), p. 122-123

Resumo: O Ministério Público é competente para acusar um crime de furto de valor inferior a 500 réis, quando haja queixa da parte ofendida, embora esta não seja parte acusadora.

Ministério Público / Crime de furto

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 712 (1882), p. 570-571

Resumo: Poderão ser eleitos procuradores a junta geral de distrito os facultativos de partido municipal?

Facultativos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 713 (1882), p. 585-587

Resumo: Tendo sido despachado numa alfândega das ilhas adjacentes uma quantidade de melação para um determinado concelho das mesmas ilhas, e estando estabelecido nos regulamentos que as Câmaras Municipais restituam a importância dos impostos correspondentes à qualidade e quantidade dos géneros, que, despachados para os seus concelhos, forem reexportadas; nestas circunstâncias, exportando-se a aguardente produzida pelo melação, deverá restituir-se ao contribuinte o imposto que paga igual porção de aguardente quando importada?

Impostos / Melação

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 714 (1882), p. 599-600

Resumo: Poderão pertencer a um corpo administrativo os cidadãos portugueses, que forem agentes consulares de nações estrangeiras?

Agentes consulares

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1117 (1890), p. 88-89

Resumo: Os sócios de uma corporação de piedade e beneficência poderão assistir às sessões das mesas e juntas administradoras? Tendo eles este direito poderão reclamar contra as deliberações que os ofendam?

Corporações de piedade e beneficência / Sócio

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1117 (1890), p. 91-92

Resumo: Uma companhia construtora e exploradora de um caminho de ferro deverá pagar emolumentos pelos termos de expropriações amigáveis feitos perante o administrador do concelho? No caso afirmativo, qual é a importância destes emolumentos e quem é que os recebe?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1119 (1890), p. 115-116

Resumo: Quem paga as despesas dos livros do registo paroquial? Será o regedor ou a junta da respectiva paróquia pela verba de expediente consignada ao seu serviço?

Câmaras Municipais / Juntas de paróquia / Livros / Registo civil / Registo paroquial

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1120 (1890), p. 130-132

Resumo: Poderá recorrer-se do despacho do juiz que, nos termos do artigo 30.º da lei de 21 de Maio de 1884, faculta o exame do livro do recenseamento eleitoral? Quem terá direito a reclamar nos casos designados naquele artigo?

Recenseamento eleitoral / Recurso

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1121 (1890), p. 151-152

Resumo: Poderão os governadores civis fazer regulamentos, só por sua autoridade, para o expediente e trabalhos das respectivas secretarias?

Governador civil

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1122 (1890), p. 162-163

Resumo: Poderão os particulares exigir a entrega dos requerimentos que apresentam nas repartições públicas? De todos os documentos dos arquivos públicos poderão requerer-se certidões?

Certidões / Documento / Requerimentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1123 (1890), p. 178-179

Resumo: Poderá uma Câmara Municipal, de acordo com as pessoas com quem haja contratado, revogar os contratos legalmente celebrados? esta revogação poderá ser suspensa pela autoridade superior?

Câmaras Municipais / Contratos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1125 (1890), p. 211

Resumo: Qual é a pena em que incorre a Câmara que aplicar às despesas gerais as verbas da viação municipal? Qualquer irregularidade do orçamento impedirá a aprovação dele?

Câmaras Municipais / Orçamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1127 (1890), p. 249-250

Resumo: Terão as Juntas Gerais direito a ser ouvidas a respeito dos recursos da suspensão das deliberações das Câmaras Municipais, interpostos perante o Governo, e a saber as razões que fundamentaram a decisão por ele tomada?

Câmaras Municipais / Junta Geral do Distrito

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1128 (1890), p. 262-263

Resumo: As actas das sessões dos corpos administrativos deverão mencionar tudo o que ocorrer nas mesmas sessões, seja o que for?

Acta

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1129 (1890), p. 275-276

Resumo: Poderá requerer-se num governo civil certidão de uma portaria que lhe foi dirigida pelo Ministério do Reino? De desenhos e plantas de uma estrada poderá pedir-se certidão?

Certidões

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1130 (1890), p. 300-301

Resumo: A proibição de uma feira impedirá quaisquer negociantes de abrirem estabelecimentos em casas próximas do lugar onde era costume fazer-se a dita feira? As Câmaras Municipais terão a faculdade de impôr taxas aos estabelecimentos do comércio e dar licenças para a abertura deles?

Câmaras Municipais / Feira / Taxas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1131 (1890), p. 306-307

Resumo: Os facultativos municipais poderão ausentar-se do seu partido, por espaço de três dias, sem licença da Câmara, as vezes que quiserem?

Facultativo

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1132 (1890), p. 322-323

Resumo: Poderá o vice-reitor de um seminário, de acordo com o respectivo prelado, mandar colocar grades de ferro com redes miudas nas janelas do edifício do mesmo seminário, sem prévia licença de alguma autoridade civil?

Câmaras Municipais / Grades

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1133 (1890), p. 341-342

Resumo: O artigo 37.º da Lei de 21 de Maio de 1884 revogou o § 4.º do artigo 35.º do decreto de 30 de Setembro de 1852?

Eleição / Recenseamento eleitoral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1134 (1890), p. 354-355

Resumo: Qual o meio de remediar o abuso, que o administrador de um concelho cometeu, recusando a uma pessoa idónea a licença que lhe pediu para uso de arma de fogo?

Licença / Uso de armas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1135 (1890), p. 372-373

Resumo: Um sargento reformado da guarda municipal estará sujeito aos impostos municipais?

Contribuições municipais / Vencimentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1136 (1890), p. 389-390

Resumo: Poderão as juntas gerais, ou as comissões distritais, quando aprovam os orçamentos das Câmaras, aumentar os vencimentos dos empregados municipais?

Junta geral do distrito / Orçamentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1137 (1890), p. 405-406

Resumo: Os mancebos recenseados para o serviço do exército ou da armada, e que excederem o contingente, poderão, passado mais de um ano julgar-se livres, e pedir a sua ressalva às respectivas comissões de recrutamento? E, no caso afirmativo, serão estas obrigadas a passá-las?

Recrutamento militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1138 (1891), p. 424-425

Resumo: Terá o sub-empregado de uma tarefa direito de exigir do empregado a importância de materiais, que foram rejeitados e depois aprovados para a obra? A exigência desta importância deverá efectuar-se conforme a legislação civil ou a comercial?

Arrematantes / Empreitadas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1139 (1891), p. 434-435

Resumo: Poderá reclamar o secretário da mesa gerente de uma misericórdia contra a deliberação da dita mesa que o impediu de votar? O escrivão da misericórdia, cujo ordenado foi ilegalmente diminuído, poderá reclamar contra esta diminuição?

Misericórdia / Orçamentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1140 (1891), p. 455-456

Resumo: Não se apresentando à junta de segunda inspeção, por não serem encontrados, os mancebos livres na primeira, e contra cujo livramento se reclamou, e tendo-se procedido já ao sorteio, o que deverá fazer-se para remediar este mal?

Recrutamento militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1141 (1891), p. 466-467

Resumo: Será provisória a deliberação pela qual uma Câmara desistiu de uma expropriação requerida em juízo? O que deverá fazer-se, sendo aquela desistência julgada por sentença judicial, e suspensa pela comissão distrital?

Câmaras Municipais / Desistência

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1142 (1891), p. 485-486

Resumo: O indivíduo de dezanove anos de idade poderá ser nomeado empregado público, independentemente da certidão de haver sido recenseado para o serviço militar, ou de haver pago ou estar pagando a taxa militar?

Empregado público

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1143 (1891), p. 504-505

Resumo: Qual o meio de obrigar uma Câmara Municipal a pôr a concurso uma cadeira de ensino primário, que está vaga há muito tempo?

Câmaras Municipais / Instrução primária

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1145 (1891), p. 539-541

Resumo: Um professor de ensino primário, com mais de vinte anos de serviço, começado a desempenhar em 1868, e agora impossibilitado de reger a sua cadeira, terá direito de aposentar-se com dois terços do vencimento?

Aposentação / Professores

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1146 (1891), p. 553

Resumo: As corporações de piedade ou de beneficência estarão dispensadas de pagar emolumentos na administração do concelho, pelo exame de seus orçamentos e contas?

Corporações de piedade e beneficência / Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1147 (1891), p. 566-567

Resumo: Uma Câmara Municipal, que não tiver tesoureiro privativo, quanto deverá pagar ao escrivão de fazenda e ao recebedor pela fiscalização e arrecadação dos rendimentos municipais?

Contribuições municipais / Escrivães de fazenda / Inspectores de fazenda / Recebedores de comarca

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1148 (1891), p. 6-8

Resumo: O mancebo apurado para o serviço militar poderá desistir da reclamação, apresentada perante a segunda junta, contra a isenção de outros? Poderão ser autuados, e julgados refractários os mancebos isentos pela primeira junta de inspecção, e que não apareçam para serem intimados a ir à segunda inspecção, devidamente requerida por outro mancebo? Tais mancebos estarão livres do serviço militar, não tendo entrado no sorteio?

Recrutamento militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1149 (1891), p. 20-22

Resumo: Uma câmara municipal poderá organizar assembleias eleitorais num concelho onde haja uma só assembleia para eleições políticas com 1.482 eleitores?

Assembleias eleitorais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1150 (1891), p. 35-37

Resumo: Qual o limite de idade para o recenseamento dos mancebos isentos temporariamente por falta de robustez ou por doença não julgada incurável? Se uma junta revisora, em vez de apurar ou isentar definitivamente os mancebos, nos termos do § único do artigo 39.º da lei de 12 de Setembro de 1887, os isentar temporariamente, que consequências terá esta isenção, não se tendo recorrido para a segunda junta? O mancebo adiado em três anos sucessivos, por ter um irmão no exército, deverá ser novamente recenseado?

Recrutamento militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1151 (1891), p. 52-53

Resumo: Os vogais dos corpos administrativos terão de prestar juramento na primeira sessão de cada ano?

Corpos administrativos / Juramento

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1152 (1891), p. 69-70

Resumo: A Câmara Municipal, que não tiver facultativo de partido, deverá pagar o custo dos serviços prestados, em virtude de notificação da autoridade judicial, num exame feito por facultativo de concelho estranho?

Câmaras Municipais / Facultativos

CONSULTA :[DIREITO ADMINISTRATIVO]

Consulta :[Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1153 (1891), p. 84-86

Resumo: Estando errado o projecto de construção de uma rua, e resultando deste erro ficar interrompida ou muito danificada a servidão das casas confinantes, quem deverá responder por este prejuízo? O engenheiro que fez o projecto, o empreiteiro ou a câmara?

Câmaras Municipais / Ruas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1154 (1891), p. 100-101

Resumo: Os oficiais de diligências das administrações de concelho poderão acusar todas as transgressões de posturas municipais? Os particulares poderão usar também deste direito? As Câmaras Municipais deverão fazer preparo dos processos daquelas transgressões apresentadas em juízo?

Câmaras Municipais / Posturas municipais / Transgressões

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1157 (1891), p. 149-150

Resumo: Estarão isentos de contribuições municipais directas os empregados de polícia fiscal e os das alfândegas? Poderão os chefes daqueles serviços recusar-se a enviar mensalmente às câmaras as relações a que se refere o artigo 13.º do decreto de 22 de Dezembro de 1887?

Alfândegas / Contribuições municipais / Polícia fiscal

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1158 (1891), p. 165

Resumo: Quem é obrigado a mandar limpar e reparar as casas de escola de ensino primário?

Instrução primária / Junta de paróquia

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1159 (1891), p. 182-183

Resumo: Quais são os professores de ensino primário que têm direito ao aumento de 25 por cento de seu ordenado? Recusando a Câmara Municipal efectuar este aumento, que recursos haverá da deliberação da Câmara?

Câmaras Municipais / Instrução primária

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1161 (1891), p. 211

Resumo: Deverão anular-se as deliberações de uma junta de paróquia, em que tomaram parte como vogais o regedor e o secretário da mesma junta?

Deliberações / Junta de paróquia

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1162 (1891), p. 228-230

Resumo: Um professor provisório de instrução primária poderá ser definitivamente provido muito depois de passado o triénio, recusando-se o delegado paroquial a passar-lhe atestado de seus serviços, e estando pendente do Supremo Tribunal Administrativo, um recurso do acórdão do Tribunal Administrativo que anulou a suspensão que a respectiva Câmara lhe impôs?

Instrução primária / Provisamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1163 (1891), p. 243-244

Resumo: Poderá ser excedido pelos adicionais para a instrução primária o máximo das percentagens anualmente fixado pelas cortes?

Câmaras Municipais / Imposto especial / Instrução primária

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1164 (1891), p. 262-263

Resumo: Incurrerão em alguma responsabilidade as Câmaras Municipais, se distratarem e aplicarem às despesas gerais capitais mutuados?

Câmaras Municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1165 (1891), p. 274-275

Resumo: Tendo morrido, depois de 14 de Março deste ano, um cidadão recenseado como um dos quarenta maiores contribuintes, deverá por este facto ser substituído por quem possa exercer seus direitos?

Quarenta maior contribuinte

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1166 (1891), p. 290-291

Resumo: Deverão ter-se por válidas as listas eleitorais encontradas em urnas diferentes daquelas em que deveriam ser lançadas?

Eleição / Listas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1166 (1891), p. 294-295

Resumo: Quem é competente para passar as cópias autênticas de telegramas expedidos ou recebidos nas estações telegrafo-postais?

Serviço telegrafo-postal / Telegramas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1166 (1891), p. 295-296

Resumo: Os militares que não tiverem baixa limpa estarão em circunstâncias de ser preferidos nas nomeações de zeladores e de guardas campestres?

Guardas campestres / Militares / Zeladores

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1167 (1891), p. 308-309

Resumo: Poderá uma Câmara Municipal exigir de seus facultativos relações trimestrais dos doentes pobres que eles tratem?

Câmaras Municipais / Facultativos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1168 (1891), p. 323-324

Resumo: Os secretários das Câmaras Municipais terão algum emolumento pelos autos de arrematação de foros vendidos pelas mesmas Câmaras?

Emolumentos / Secretários das Câmaras Municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1169 (1891), p. 338-339

Resumo: Quais são as razões de preferência no provimento dos partidos municipais?

Partidos municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1171 (1891), p. 371-372

Resumo: Deverá uma Câmara Municipal satisfazer os vencimentos de seu secretário, estando este impossibilitado de exercer suas funções? Não votando para isso em seu orçamento a verba necessária, por quem deverá ser suprida esta omissão?

Câmaras Municipais / Secretários das Câmaras Municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1173 (1891), p. 402-403

Resumo: O empregado que exerceu suas funções durante uma parte do ano, e pagou imposto municipal em relação ao ano todo, poderá exigir de quem o substituiu no emprego o que pagou a mais?

Administrador de concelho / Contribuições municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1174 (1892), p. 422-423

Resumo: Deverão ser atendidas nos orçamentos municipais todas as despesas obrigatórias? Quando deverão estas despesas ser consideradas para se lhes votar a respectiva receita?

Câmaras Municipais / Despesas / Orçamentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1175 (1892), p. 436-437

Resumo: Qual a proporção em que o Estado deverá contribuir para o vencimento de um professor de ensino primário aposentado?

Instrução primária

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1175 (1892), p. 440

Resumo: Quem deverá presidir à eleição da comissão do recenseamento eleitoral de um concelho, não estando ainda eleitos o presidente e o vice-presidente da respectiva câmara?

Comissão do recenseamento / Vereador

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1176 (1892), p. 450-451

Resumo: Os facultativos de partido poderão levar emolumentos pelas operações cirúrgicas que fizerem e pelos atestados que passarem?

Emolumentos / Facultativos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1177 (1892), p. 467-468

Resumo: Por que forma poderá uma corporação de piedade e beneficência fazer entrar no seu cofre o que uma administração anterior ilegalmente dispendeu?

Acórdão / Agentes do Ministério Público / Corporações de piedade e beneficência

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1178 (1892), p. 486

Resumo: Poderão os corpos administrativos, apesar do que dispõem os decretos de 19 de Janeiro do corrente ano, prover os lugares vagos ao tempo daqueles diplomas, e interinamente os que vagarem depois? Poderão também conceder algumas gratificações a seus empregados?

Corpos administrativos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1179 (1892), p. 498-501

Resumo: Até que ponto são aplicáveis à cobrança coerciva dos impostos municipais as leis reguladoras da cobrança dos impostos do Estado? Como deverá interpretar-se o artigo 139.º do Código administrativo? O valor em dinheiro do imposto de serviço braçal, não pago durante o ano, poderá exigir-se nos anos seguintes? O Ministério Público poderá intervir como parte principal na cobrança dos impostos municipais e paroquiais?

Execuções fiscais / Impostos indirectos municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1180 (1892), p. 521-522

Resumo: Depois da lei de 26 de Fevereiro de 1892, deverão as Câmaras Municipais continuar a descontar, para o efeito do lançamento de seus impostos sobre os vencimentos dos empregados públicos, o que estes pagam ao Estado?

Contribuições municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1181 (1892), p. 532-533

Resumo: Para os efeitos do artigo 5.º da lei de 17 de Setembro de 1890, poderá atender-se às percentagens votadas pelas Câmaras Municipais antes da promulgação do Código administrativo sobre os adicionais às contribuições do Estado?

Câmaras Municipais / Percentagens

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1182 (1892), p. 546-549

Resumo: Na primeira quinta feira do mês de Novembro de 1891 estaria em execução, fora de Lisboa e seu termo, o regulamento dos serviços do recrutamento de 29 de Outubro de 1891?

Decretos / Leis / Recrutamento militar / Regulamentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1183 (1892), p. 7-9

Resumo: Como hão-de resolver-se as questões entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Paróquia acerca das pretensões que umas e outras tenham à administração dos caminhos vicinais? Poderão as Juntas de Paróquia dar licenças para alinhamento de construções junto de caminhos vicinais? Como se lança e cobra o imposto de serviço braçal destinado a estes caminhos?

Câmaras Municipais / Caminhos vicinais / Imposto de trabalho / Juntas de Paróquia

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1184 (1892), p. 19-21

Resumo: Os juizes dos extintos tribunais administrativos poderão exercer a profissão de advogados?

Advocacia

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1185 (1892), p. 37-38

Resumo: Que meios poderão empregar-se para obrigar as comissões de recenseamento eleitoral a passar certidões das actas e de quaisquer outros documentos das mesmas comissões? Qual a pena em que incorrem as comissões por não cumprirem aquela obrigação?

Comissões de recenseamento eleitoral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1186 (1892), p. 52-53

Resumo: O empregado de um corpo administrativo poderá, depois de aposentado, ser eleito para este ou para outro qualquer corpo administrativo?

Corpos administrativos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1187 (1892), p. 71-72

Resumo: A assembleia dos quarenta maiores contribuintes poderá julgar da exactidão com que eles foram recenseados? Poderá também excluir algum destes eleitores, sendo o seu número superior a quarenta?

Quarenta maiores contribuintes

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1189 (1892), p. 101-102

Resumo: Os distribuidores rurais e os guarda-fios estão sujeitos às contribuições municipais? Sendo-lhes lançadas estas contribuições, poderão os interessados reclamar em qualquer tempo contra este lançamento? Sendo atendidos na reclamação, para quem deverá a Câmara recorrer?

Contribuições municipais / Contribuições paroquiais / Guarda-fios

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1190 (1892), p. 121-122

Resumo: Poderá uma Câmara ser obrigada a aumentar o subsídio destinado ao professor de uma escola de ensino complementar, por ter diminuído, em virtude da lei de 26 de Fevereiro de 1882 o rendimento das inscrições que haviam sido consignadas ao pagamento dos vencimentos do mesmo professor?

Câmaras Municipais / Ensino complementar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1191 (1892), p. 130-131

Resumo: Tendo os vizinhos de um lugar a posse imemorial de uma capela, por que meios poderão assegurar os seus direitos, para evitarem questões no futuro?

Capelas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1192 (1892), p. 146-148

Resumo: O mancebo, que alcançou adiamentos do serviço militar por falta de robustez, estará sujeito à inspecção depois de completar vinte e três anos de idade? Se um mancebo reclamar contra o seu recenseamento, poderá o tribunal para quem se reclamou decidir que o mancebo, apesar de bem recenseado, fica isento da inspecção?

Recrutamento militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1193 (1892), p. 165-166

Resumo: Os tesoureiros municipais terão direito de receber juros da importância das percentagens que as câmaras lhes deverem?

Empregados / Juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1194 (1892), p. 178-179

Resumo: O secretário da mesa da irmandade de uma misericórdia será obrigado a passar de graça certidões das actas da corporação?

Certidões / Secretários das irmandades e confrarias

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 714 (1882), p. 597-599

Resumo: Poderão as Câmaras Municipais ceder de graça terrenos do município, para neles se construírem edificações, dentro de um certo prazo de tempo? Sendo ilegais estas doações, e tendo os particulares construído prédios nos terrenos doados, quais os direitos dos possuidores dos mesmos terrenos, e quais os meios de os fazer valer?

Acessão / Doação / Alienação

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Eleitoral] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1162 (1891), p. 230-231

Resumo: A transferência do domicílio político, uma vez feita, subsistirá enquanto o cidadão não declarar o contrário, ou deverá todos os anos repetir-se a declaração da transferência, para que esta subsista?

Domicílio

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1163 (1891), p. 244-245

Resumo: Nas execuções por impostos municipais que dependem de lançamento especial deverão contar-se emolumentos em favor dos funcionários que intervêm nelas? No caso afirmativo, como deve fazer-se a distribuição dos emolumentos?

Emolumentos / Execuções fiscais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1182 (1892), p. 551-552

Resumo: As Câmaras Municipais poderão lançar impostos de consumo sobre os géneros que se compram para gasto particular? E poderão tributar só certos e determinados géneros?

Câmaras Municipais / Impostos indirectos municipais / Real de água

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1118 (1890), p. 103-105

Resumo: Deverá sofrer alguma pena o secretário de uma comissão de recenseamento eleitoral, que se recusa a satisfazer a ordem do administrador do concelho para apresentar na secretaria da câmara o livro do recenseamento eleitoral, afim de o examinar?

Secretário da comissão do recenseamento eleitoral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1124 (1890), p. 197-199

Resumo: Será punível a expedição de uma caixa de pólvora e fósforos de cêra, pelo caminho de ferro, com a falsa designação de caixa de tabacos? No caso afirmativo, quem deverá sofrer a pena, e qual o juízo competente para a aplicar, pertencendo a comarcas diversas as estações donde e para onde se expediu a referida caixa?

Pólvora

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1154 (1891), p. 101-104

Resumo: Em vista do disposto no artigo 198.º do regulamento para a conservação, arborização e policia das estradas, aprovado por decreto de 21 de Fevereiro de 1889, onde pelo pagamento das multas ali estabelecidas se declaram responsáveis certas pessoas estranhas à execução material das transgressões, quem deve ser chamado a juízo e condenado na sentença, para que esta responsabilidade se torne efectiva? A quem deve ser imposta a pena de prisão, aplicável cumulativamente com a multa? Sobre quem devem pesar as custas do processo? As multas por transgressões cometidas por serviços assalariados poderão ser exigidas das pessoas servidas?

Custas / Estradas / Regulamento de 21 de Fevereiro de 1889

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1170 (1891), p. 354-355

Resumo: A comissão de recrutamento comete algum crime, deixando de recensear um mancebo, que ela sabia ter para isso as condições precisas?

Comissões do recrutamento / Recrutamento militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 712 (1882), p. 569-570

Resumo: Será nulo o contrato de cessão de certa parte de uma mina de substâncias minerais, por não ter sido este contrato aprovado pelo governo?

Mina

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1117 (1890), p. 82

Resumo: O dono de um terreno terá direito de fazer tapar a janela, eirado, ou varanda que o dono de um prédio vizinho abriu em muro ou parede, que se acha a distância de um metro e cinco decímetros daquele terreno, fundando-se em que entre este terreno e o resto da edificação não medeia aquela distância?

Janelas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1122 (1890), p. 163-164

Resumo: Tendo certo indivíduo, que tem herdeiros legitimários, legado, em favor de um terceiro, o usufruto de duas terças partes de sua herança, deverá cumprir-se este legado?

Legado / Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1122 (1890), p. 168-171

Resumo: Poderão testar validamente os interditos por prodigalidade?

Interditos / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1123 (1890), p. 185-186

Resumo: Tendo sido doados certos bens com reserva do usufruto para o doador, e tendo sido arrematados em hasta pública aqueles bens por virtude de execução movida contra o donatário, poderá o arrematante exigir que o doador lhe preste caução?

Caução / Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1124 (1890), p. 194-197

Resumo: O usufrutuário de uns apontamentos científicos poderá publicá-los pela imprensa? No caso afirmativo, o produto dessa publicação pertencerá exclusivamente ao usufrutuário?

Apontamentos científicos / Usufrutuário

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1124 (1890), p. 197

Resumo: Tendo um testador deixado todos os seus bens, direitos e acções a certo indivíduo, devendo por morte deste passar tais bens para outro indivíduo, haverá nesta disposição uma substituição fideicomissária?

Testamento / Substituição fideicomissária

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1125 (1890), p. 210-211

Resumo: Tendo o senhorio directo vendido o foro sem prévia notificação do foreiro, e tendo depois o mesmo senhorio e o comprador desfeito o contrato amigavelmente, poderá, não obstante isto, o foreiro usar do direito de preferência?

Foros / Preferência

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1125 (1890), p. 218-220

Resumo: Tendo o mesmo cedente feito duas cessões do mesmo crédito a dois credores distintos, sendo a primeira de parte do crédito, e a segunda de todo o crédito, para dele dispôr como coisa sua, com a obrigação de este cessionário pagar ao primeiro o que ele mostrar dever-lhe o cedente, e tendo ambos os cessionários dividido entre si por comum acordo a importância do crédito, terão estes cessionários de entregar alguma coisa ao cedente? Se o segundo cessionário não recebeu toda a importância do seu crédito, poderá ser obrigado a dar quitação de toda a dívida? E, se o dinheiro chegasse, poderia ele receber toda a importância do seu crédito? Poderá o segundo cessionário trespassar para outra pessoa os direitos e obrigações que lhe resultaram da cessão, encarregando-a de liquidar contas com os credores do cedente?

Cessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1126 (1890), p. 226-227

Resumo: Tendo-se estipulado no contrato antenupcial o regime de separação de bens quanto aos já possuídos pelos esposos e aos que durante o casamento fossem adquiridos por título gratuito, devendo haver comunhão unicamente nos bens que fossem adquiridos por título oneroso, e tendo a mulher recebido várias heranças que ficaram pro indiviso durante mais de seis meses, até se fazerem partilhas amigáveis por escritura pública, tais bens havidos por sucessão deverão ser considerados como próprios da mulher, ou terá o marido comunhão neles?

Contrato antenupcial

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1126 (1890), p. 227-228

Resumo: Tendo um testador deixado a certo indivíduo uma casa, para morar com sua mãe enquanto viva, devendo, no caso de ele falecer sem filhos de legítimo matrimónio, passar a propriedade para os herdeiros legítimos do testador, poderá o legatário dispôr da casa depois de falecida sua mãe?

Substituição fideicomissária / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1127 (1890), p. 246-248

Resumo: Tendo um testador legado certa quantia para, junta com igual quantia de sua mulher, ser dada a juros com hipoteca pelo seu testamenteiro, afim de ser o produto do legado aplicado a missas, que perpetuamente se diriam em certa capela, e com a condição de que, dando o governo aplicação diversa ao legado, seria ele repartido pelos herdeiros do testador, caducaria este legado pelo facto de a mulher do testador não ter deixado quantia igual para a aplicação das missas? Em caso negativo, a quem pertence a administração do legado, e quem o há-de administrar?

Legado

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1128 (1890), p. 263-264

Resumo: Estando imposto sobre os foros de uma herdade o ónus de uma pensão, e devendo ser arrematados esses foros, poderá o credor da pensão opôr-se à venda desses foros em separado e exigir que a venda se faça em globo?

Foros / Pensões

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1129 (1890), p. 276-277

Resumo: Tendo-se estipulado em escritura antenupcial que, no caso de haver filhos ou outros descendentes de entre ambos os esposos, quando o matrimónio fosse dissolvido por morte, haveria comunhão de bens entre eles, e tendo nascido e falecido alguns filhos na constância do matrimónio, não haverá por este facto comunhão de bens entre os cônjuges, embora não existissem filhos ou outros descendentes ao tempo do falecimento de um dos cônjuges?

Contrato antenupcial

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1130 (1890), p. 294-296

Resumo: Tendo uma viúva, quinquagenária, com filhos do primeiro matrimónio, feito um contrato antenupcial no vigor da legislação anterior ao Código civil, no qual doou ao esposo metade da terça de seus bens que se achassem à hora do seu falecimento, para ele usufruir enquanto vivo, metade daquela terça, e tendo também estipulado que a propriedade destes bens passaria depois para seus filhos, assim como seriam deles todos os mais bens, renunciando ela aos que adviessem ao casal por parte do esposo, qual é a parte que por morte da mulher pertence ao marido nos bens dela, e qual é o regime dos bens neste casamento?

Contrato antenupcial / Terça

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1132 (1890), p. 323-324

Resumo: Será válida a disposição testamentária pela qual o testador deixa o usufruto dos seus bens a duas pessoas designadas e a propriedade dos mesmos bens a duas outras pessoas?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1136 (1890), p. 386-388

Resumo: Os filhos de sobrinho já falecido poderão concorrer à herança do tio deste juntamente com irmãos e sobrinhos do dito tio? Tendo o Curador Geral dos Orfãos recorrido de um despacho relativo a menor em inventário, poderá a mãe e tutora do mesmo menor recorrer novamente do mesmo despacho, depois de ter havido sobre ele decisão que passou em julgado?

Filhos / Inventário / Recurso / Sucessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1137 (1890), p. 406-408

Resumo: Os pais fidalgos cavaleiros, não tendo ascendentes ou descendentes legítimos, poderiam, anteriormente ao Código civil, dispôr livremente de seus bens, ainda que tivessem filhos naturais, que eles houvessem perfilhado? Será válida a cláusula testamentária, pela qual o testador, antes da execução do Código civil, dispôs que, falecendo algum dos filhos naturais, instituídos por ele, sem deixar descendentes, os bens que lhe tivessem provindo dele testador passariam para seus irmãos germanos?

Filho ilegítimo / Substituição fideicomissária / Sucessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1139 (1891), p. 435-436

Resumo: Tendo o administrador de um vínculo uma filha legítima ao tempo da promulgação da lei de 19 de Maio de 1863, e tendo este administrador legitimado por subsequente matrimónio um filho ilegítimo que tinha sido concebido depois daquela lei, os bens do vínculo deverão ser divididos como livres e alodiais pelos dois filhos?

Bens vinculares

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1140 (1891), p. 450-451

Resumo: Tendo o enfiteuta de um prazo de vidas doado em 1854 este prazo a seu filho, para casamento, por escrito particular não autenticado, e tendo o senhorio renovado o prazo ao donatário em 1862, será o donatário obrigado a conferir este prazo por morte do doador?

Prazos

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1140 (1891), p. 452-453

Resumo: No casamento por simples comunhão dos adquiridos que direito tem o viúvo nos bens que o sogro lhe doou na constância do matrimónio e à falecida esposa?

Comunhão de adquiridos / Contrato antenupcial

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1142 (1891), p. 486-487

Resumo: Como se deverá provar o casamento celebrado antes de vigorar o Código civil, quando não apareça o respectivo assento?

Casamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1144 (1891), p. 515-516

Resumo: Tendo-se estipulado, antes de vigorar o Código civil, em um contrato de aforamento que os foreiros pagariam o foro de .., tudo bom e bem capaz de receber-se no lugar de .., e tudo à custa e risco deles caseiros evidas futuras, será o senhorio directo isento de abonar aos foreiros as contribuições correspondentes ao foro?

Contribuições / Foros

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1144 (1891), p. 516-517

Resumo: Deverá intervir o Ministério Público na acção intentada pelo arrematante dos bens de um passal contra o respectivo pároco, a pedir-lhe a parte dos frutos do mesmo passal desde o dia da arrematação?

Ministério Público / Passais

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1144 (1891), p. 517-518

Resumo: Pretendendo o dono de uma água conduzi-la através de um prédio alheio em rego descoberto, e exigindo o dono do prédio que o aqueduto seja subterrâneo, como deverá ser resolvida esta dificuldade?

Aqueduto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1145 (1891), p. 531-533

Resumo: Será válida a doação, pela qual o pai dê a um de seus filhos todos os bens com obrigação de o donatário pagar aos outros irmãos uma quantia em dinheiro, equivalente ao valor da legítima? Em caso negativo, tendo os irmãos do donatário recebido em vida do doador e por ordem deste as quantias equivalentes às legítimas, e querendo por morte do pai que a sua legítima seja formada de bens doados, deverão conferir as quantias recebidas?

Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1147 (1891), p. 563-564

Resumo: O dono de oliveiras existentes em um prédio alheio semeado de mato poderá cortar o mato para fazer a apanha da azeitona? E, no caso afirmativo, deverá responder pelos prejuizos que causar?

Árvores / Frutos

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1149 (1891), p. 19-20

Resumo: Poderá o donatário, que se sujeitou pela doação a encargos superiores às forças da mesma doação, reduzir esses encargos ou anular a doação?

Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1149 (1891), p. 22-24

Resumo: Tendo casado na Índia uma mulher gentia, quando vigorava o Código de usos e costumes das Novas Conquistas, que não admitia as filhas a suceder a seu pai, e que dava ao marido tudo o que a mulher levasse para o casal, ou viesse a adquirir, e tendo falecido o pai daquela mulher, quando vigorava o decreto de 17 de Dezembro de 1880, que admitiu mulheres gentias a suceder a seus pais, terá o marido algum direito quanto aos bens que sua mulher herdou do pai?

Bens / Sucessão / Ultramar

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1151 (1891), p. 51-52

Resumo: Tendo-se estipulado em partilhas judiciais que pelo quinhão de um dos co-herdeiros passe água de rega de quinze em quinze dias para o quinhão de outro co-herdeiro, e tendo este logo em seguida à partilha passado com a água de rega mais vezes do que o estipulado, poderá o dono do prédio serviente usar de acção possessória, para evitar que este excesso continue, ou deverá usar da acção ordinária? Neste caso, como deverá concluir-se a petição da acção?

Acção ordinária / Acção possessória

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1152 (1891), p. 66-67

Resumo: Constando que um dos herdeiros de certa pessoa é demente, sem estar declarado interdito por sentença, será o Curador Geral dos Orfãos competente para promover inventário orfanológico? E estando vivo um dos pais ou um irmão do demente poderá o Ministério Público requerer a interdição por demência? E recusando-se o pai a declarar se o filho é ou não demente, incorrerá em pena de desobediência ou na de falsa declaração?

Ministério Público / Interdição por demência / Inventário / Perito

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1152 (1891), p. 70-72

Resumo: Tendo sido feita uma doação em 1848 com uma substituição fideicomissária condicional a favor dos filhos de uma sobrinha do doador, será válida esta cláusula da doação? Abrangendo a doação bens de prazo, será válida a substituição fideicomissária relativamente a estes bens, tendo a segunda vida (a fiduciária) consentido na nomeação da terceira feita pela primeira vida (o doador)?

Substituições fideicomissárias

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1152 (1891), p. 72-76

Resumo: Terá algum valor o testamento cerrado, escrito pelo testador e encontrado no seu espólio, quando a instituição de herdeiro, embora legível, apareça cortada por alguns traços a tinta em sentido vertical, achando-se além disto o nome do herdeiro substituído em entrelinha, por diversa letra, mas igualmente riscada, e à margem a nota - passa para os apontamentos, ainda por letra diferente das duas? Para invalidar este testamento será admissível a prova, por testemunhas, de que foi o testador quem mandou riscar a instituição de herdeiro e escrever aquela nota marginal? Poderá ser invalidado o referido testamento por outro posterior cerrado, de que se haja encontrado só uma parte no espólio do mesmo testador? E será admissível a prova testemunhal a respeito da mutilação deste novo testamento?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1154 (1891), p. 104-105

Resumo: Tendo o proprietário de um prédio, de que outrem é usufrutuário, cortado pinheiros neste prédio, de que meio deverá usar o usufrutuário contra o proprietário?

Árvores / Usufrutuário

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1155 (1891), p. 117-119

Resumo: Os canos e depósitos destinados a conduzir e represar a água das nascentes, construídos no prédio superior, poderão constituir em favor do proprietário inferior, a quem aproveitam, o direito à água e à referida canalização? No caso afirmativo, poderá o dono do prédio inferior concertar e limpar essa canalização na parte situada no prédio superior? E será o dono da água obrigado somente, finda a expurgação e concerto, a repôr o terreno no estado em que se achava? Poderá o mesmo dono da água obrigar o dono do prédio serviente a remover de cima dos canos as plantações que os prejudicam, e colocar sobre o terreno do prédio serviente sinais exteriores para indicarem a direcção do encanamento? Opondo-se o dono do prédio superior a que se façam os concertos, qual é o meio judicial de que deve lançar mão o dono da água?

Águas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1156 (1891), p. 130

Resumo: Qual o significado da palavra - logradouro, empregada num contrato de venda de uma casa e seus logradouros?

Logradouro / Venda

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1156 (1891), p. 130-131

Resumo: As águas das correntes não navegáveis nem flutuáveis, de que os donos de uns moinhos estão na posse imemorial de servir-se para os agitar, de preferência aos donos dos prédios atravessados pela levada que as conduz, poderão depois do Código civil continuar a ser utilizadas em benefício dos mesmos moinhos? Será manutenível este direito contra a pretensão dos donos dos prédios atravessados pela levada?

Águas / Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1156 (1891), p. 136

Resumo: Tendo a mulher viúva com filhos do primeiro matrimónio passado a segundas núpcias, e tendo sido mantida na administração dos bens dos mesmos filhos, se o segundo marido receber dinheiros pertencentes a estes filhos, será responsável por eles só o marido ou também a mulher?

Dívidas / Responsabilidade

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1157 (1891), p. 146-147

Resumo: A doação pura e irrevogável, feita com transferência do domínio dos bens doados para o donatário, mas com reserva do usufruto para o doador, enquanto vivo seja, aproveitará aos filhos do donatário, falecendo este primeiro que o doador?

Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1157 (1891), p. 147

Resumo: Tendo um testador nomeado em um filho os seus bens de prazo, e instituído três outros filhos no usufruto de certas propriedades até casarem, a favor de quem vaga a parte do usufruto relativa a um destes filhos que casou?

Testamento / Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1158 (1891), p. 162-163

Resumo: Poderá ser invalidada a verba testamentária pela qual são instituídos os sobrinhos do testador, com a condição de, se algum não tiver filhos, ter este somente o usufruto da sua parte, revertendo a propriedade dessa parte para os outros sobrinhos ou seus filhos?

Condição / Substituições fideicomissárias

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1159 (1891), p. 184-185

Resumo: Tendo um pai doado a terça de seus bens a um filho com reserva do usufruto para ele doador enquanto vivo, poderá o mesmo doador contratar com outro filho que este agriculte e desfrute seus bens com obrigação de lhe pagar as contribuições, encargos e despesas dos prédios? E poderá o doador vender alguma de suas propriedades? E poderá o doador vender alguma de suas propriedades? Em caso afirmativo, a quem pertencem os frutos da propriedade vendida?

Doação / Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1160 (1891), p. 194

Resumo: O herdeiro e testamenteiro, que não cumpra o testamento, perderá a herança que lhe foi deixada pelo testador?

Herança / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1160 (1891), p. 198-199

Resumo: Depois de feitas as partilhas de uma herança sem todavia se mencionarem as dívidas activas, poderá um dos herdeiros receber alguma destas dívidas e passar recibo ao devedor? E, se este herdeiro falecer e lhe sucederem os outros herdeiros, poderá o devedor defender-se com aquele recibo, quando lhe exijam novamente a dívida?

Dívidas / Partilhas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1161 (1891), p. 210-211

Resumo: Gozarão do direito de preferência consignado no artigo 1566.º do Código civil os comproprietários de um prédio indiviso, que é posto em praça na sua totalidade?

Direito de preferência

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1164 (1891), p. 260-262

Resumo: Tendo o senhorio de um prazo estipulado no contrato de empraçamento que o foreiro poderá remir o foro por certa quantia, poderá recusar-se a assinar o título de remissão pelo fundamento de que no prazo está incluído terreno seu? E os foreiros poderão defender-se, alegando a posse do terreno do prazo por eles ocupado? E poderá fazer-se corte em um comoro para se verificar, se há ou não nele um marco? E sendo o terreno onde está o comoro superior ao outro terreno, poderá fazer-se pertencer o comoro ao terreno inferior?

Ação de demarcação e tombamento / Aforamento / Comoro / Empraçamento / Vistoria

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1165 (1891), p. 278-280

Resumo: As águas de um poço existente em prédio particular, das quais se aproveitam desde tempo imemorial os moradores de um lugar, serão públicas? Estarão tais águas sob a administração da Câmara Municipal? Poderá o dono do prédio, onde existe o poço, destiná-las a outro uso, e impedir que a Câmara faça nele quaisquer obras?

Águas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1167 (1891), p. 306-307

Resumo: Tendo a companhia dos banhos de Vizela celebrado em escritura pública com um proprietário marginal do rio Vizela um contrato, pelo qual a companhia poderia captar no leito do referido rio certas águas termais, devendo dar uma indemnização justa e razoável ao proprietário, no caso de se verificar que as águas captadas nascem em terreno do mesmo proprietário, será devida a indemnização, se as águas nascerem no trato do leito do rio, compreendido entre a linha média e a linha marginal formada pelo prédio do proprietário? E qual é a base que deverá adoptar-se para calcular a importância da indemnização?

Águas / Indemnização

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1167 (1891), p. 307-308

Resumo: Uma doação denominada pelos doadores entre vivos, feita por marido e mulher a um terceiro, com reserva do usufruto dos bens doados para os doadores até à morte do último, e com a obrigação de o donatário entregar algumas quantias a certas pessoas por morte do último dos doadores, será juridicamente uma doação entre vivos? E o doador sobrevivente poderá continuar a usufruir todos os bens doados?

Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1168 (1891), p. 325-327

Resumo: Tendo falecido um morgado antes da execução do Código civil com testamento, em que instituiu as irmãs suas universais herdeiras, e deixou um legado a uma sua filha natural, poderá esta ainda hoje intentar contra aquelas a acção de redução por inoficiosa da disposição testamentária na parte em que prejudicou a sua legítima?

Filhos / Prescrição / Sucessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1169 (1891), p. 338

Resumo: Poderá o conselho de família retirar à mãe binuba a administração dos bens dos filhos menores e nomear o marido, para exercer essa administração, escusando-o de caução ou hipoteca?

Binuba / Caução / Tutor

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1169 (1891), p. 341-342

Resumo: O devedor, que no contrato se obrigou a pagar certa soma numérica em ouro e prata, será obrigado a pagar aquela soma nos metais referidos, ou satisfará pagando em notas do Banco de Portugal?

Pagamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1170 (1891), p. 358-359

Resumo: Tendo um pai feito deserdar seu filho seu filho por sentença judicial antes de vigorar o Código civil, por ter o filho casado sem seu consentimento, nem suprimento judicial, a deserdação abrangerá os filhos do filho deserddado?

Deserdação / Filhos / Sucessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1170 (1891), p. 359-360

Resumo: Tendo um filho herdado de seu pai dívidas, e tendo depois herdado bens de seu avô, poderão os credores do pai exigir que as dívidas lhes sejam pagas pelos bens que o filho herdou do avô?

Dívidas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1172 (1891), p. 386-387

Resumo: Poderá servir de base a uma acção de investigação de paternidade ilegítima o facto de ter o filho nascido e sido baptizado em casa do pretenso pai, pagando este as despesas feitas com o baptizado e com a criação durante o primeiro ano? E para a mãe intentar esta acção deverá perfilhar primeiro a criança?

Acção de investigação de paternidade ilegítima

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1173 (1891), p. 403

Resumo: Tendo um arrendatário entregado a chave da porta do prédio arrendado em casa do senhorio sem conhecimento deste e sem se ter despedido em tempo, como deverá proceder o senhorio, para evitar que no futuro se argumente com aquele facto para se concluir que o senhorio aceitará a despedida do arrendatário?

Arrendamento / Despejo

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1174 (1892), p. 418-419

Resumo: Tendo um testador deixado a um de seus filhos o usufruto de algumas inscrições, acrescentando que por morte daquele filho reverteria esta deixa para alguns de seus netos, terão estes a propriedade ou o usufruto das mesmas inscrições?

Testamento / Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1175 (1892), p. 437-439

Resumo: Poderá o dono de um prédio inferior obter por descrição contra o do superior o direito a usar da água de um ribeiro, tendo a seu favor a posse imemorial de regar o seu prédio, e havendo no prédio superior um rego para conduzir a água, que tem sido concertado sempre pelo proprietário inferior?

Águas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1178 (1892), p. 482-484

Resumo: O dono de um prédio inferior, que é regado com a água de uma corrente não navegável nem fluviável, poderá obstar ao uso da água pelo proprietário superior, baseando-se na posse de usar da água em dias certos, e na expurgação da corrente?

Águas / Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1178 (1892), p. 484-486

Resumo: Tendo um testador disposto em favor de duas pessoas, substituindo uma à outra, e tendo declarado que, no caso de ambas falecerem sem filhos, os bens passariam para certas pessoas, se estas pessoas falecerem primeiro que o fiduciário e este falecer sem filhos, para quem passarão os bens deixados em fideicomisso?

Substituições fideicomissárias

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1178 (1892), p. 488-490

Resumo: Ao preço dos medicamentos comprados nas farmácias será aplicável a prescrição de curto prazo estabelecida no artigo 539.º do Código civil?

Dívidas / Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1179 (1892), p. 501-503

Resumo: Tendo um devedor pedido ao credor espera do pagamento da dívida depois de decorrido o lapso da prescrição, deverá o juiz desatender a excepção da prescrição por ter havido renúncia?

Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1179 (1892), p. 503-505

Resumo: Não tendo sido feito em tempo o registo de bens de vínculo, ainda hoje estes bens conservarão a natureza vincular? Sendo feito em um só distrito o registo de bens vinculares sitos em dois distritos, será nulo o registo dos bens sitos no outro distrito? O prazo para o registo destes bens findou em 9 de Fevereiro de 1863?

Vínculo

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1180 (1892), p. 514-515

Resumo: Nas prescrições de curto prazo, de que tratam os artigos 538.º n.º 1.º e 539.º n.º 4.º do Código civil, quando os devedores compram a crédito diversos objectos, a prescrição começará a correr para todos desde a compra do último, ou isoladamente para cada objecto desde a compra de cada um?

Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1181 (1892), p. 531-532

Resumo: Será nulo o legado de quantia certa, deixado por homem casado, se ao tempo da morte dele tal quantia não se achar na herança? E, achando-se na herança a quantia legada, o legado só valerá em metade dela? Se um dos cônjuges legar ao outro certo prédio, declarando o testador que, se o prédio couber em meação ao legatário, lhe lega 1.000\$00 réis, será válido este legado, ainda que na herança não apareça réis 1.000\$00 em dinheiro?

Legado

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1181 (1892), p. 534-536

Resumo: Em um inventário poderá preferir um crédito de juros vencidos em nove anos, que não tenha registo hipotecário como crédito distinto nos prédios, sobre cujo produto o credor pretende preferir? Poderão exigir-se juros de mais de cinco anos? E tendo o credor promovido execução contra o devedor, execução que ficou parada, poderá o exequente exigir por aquele inventário o pagamento das custas da execução? Não podendo estes créditos ser exigidos como privilegiados ou hipotecários, poderão ser exigidos como créditos comuns?

Citação / Custas / Juros / Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1182 (1892), p. 552-553

Resumo: Tendo um dos co-herdeiros hipotecado e dado de aforamento, antes da partilha certos de determinados prédios da herança, e tendo estes prédios pertencido depois, em virtude de partilhas, a outros co-herdeiros, como deverão estes proceder, para anularem tais contratos?

Aforamento / Herdeiro / Hipoteca

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1183 (1892), p. 3-5

Resumo: Poderá o mandatário, que tem procuração geral, arrendar os bens imóveis do mandante por dez anos? Poderá o marido arrendar os bens do casal, ou conferir poderes a um procurador para os arrendar, pelo mesmo tempo de dez anos?

Arrendamento / Procuração

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1183 (1892), p. 5-6

Resumo: Tendo falecido um indivíduo sem testamento e sem descendentes nem ascendentes, e tendo ficado vivos filhos legítimos de irmãos legítimos, quais são os herdeiros do falecido? E como deverá ser dividida a herança do falecido pelos sobrinhos com direito de herdar?

Filhos ilegítimos / Sobrinhos / Sucessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1184 (1892), p. 18-19

Resumo: A mãe, que perfilhou seus filhos menores ilegítimos depois da morte do pai perfilhante, será competente para autorizar o casamento destes filhos?

Autorização para casamento / Mãe

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1184 (1892), p. 21-22

Resumo: Os menores, depois de chegarem à maioridade ou depois de emancipados, poderão tomar contas particularmente aos seus administradores e tutores e dar-lhes quitação?

Contas / Menores

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1184 (1892), p. 22-24

Resumo: Tendo o cônjuge binubo um filho de matrimónio anterior quando contraiu segundas núpcias, mas falecendo depois esse filho, comunicará aquele cônjuge com o outro todos os bens, e poderá fazer-lhe doações sem a restrição do artigo 1235.º do Código civil?

Segundas núpcias

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1185 (1892), p. 34-36

Resumo: Tendo um testador deixado certo prédio urbano a um seu criado com a condição de este viver em sua companhia até à morte dele testador, o legatário perderá o direito ao legado, se o testador o tiver despedido antes de falecer? Sendo válido o legado, e querendo o legatário exigir a entrega dele, deverá intentar a acção contra o usufrutuário e contra o proprietário de toda a herança, e também contra o testamentário e mais legatários? Não produzindo o prédio legado rendimentos alguns, poderá o legatário exigí-los desde a morte do testador? E estando o prédio verbalmente arrendado pelo testador, deverá subsistir o arrendamento?

Arrendamento / Legado

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1185 (1892), p. 36-37

Resumo: As águas de uma vala que separa dois prédios vizinhos, mas que nascem parte na mesma vala, e parte decorrem de um poço do dono do prédio, ao qual pertence o próprio terreno da vala, poderão ser aproveitadas e prescritas em favor do outro prédio contíguo?

Águas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1187 (1892), p. 68-70

Resumo: Qual é a força probatória de um documento particular, tão somente assinado pela pessoa, em cujo nome é feito, e por duas testemunhas, não tendo estas assistido à feitura do documento? Qual é a força probatória do documento particular, escrito a rogo, não sendo este dado na presença das testemunhas que o assinaram? Quando é que um documento particular é reconhecido pela parte ou havido judicialmente como reconhecido; e em que estado do processo se pode requerer este reconhecimento?

Escrito particular / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1187 (1892), p. 70

Resumo: Tendo um testador deixado os juros de algumas inscrições ao pároco colado da freguesia de .. e aos seus sucessores no seu ministério, como subsídio da sua pequena congrua, terá o pároco encomendado direito a receber estes juros? Em caso afirmativo, qual o meio de o fazer valer? Em caso negativo, que aplicação devem ter aqueles juros?

Juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / António Augusto do Amaral Pereira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1188 (1892), p. 82-83

Resumo: Tendo um testador, que faleceu antes do Código civil, deixado a terça de seus bens a uma neta com a declaração de que, se ela falecesse no estado de casada, sem filhos, seria a terça dividida em duas partes iguais, uma para certos netos dele testador e outra para a mãe daquela neta, e não existindo esta para seus filhos, a quem pertence aquela metade, no caso de a mãe da tercenária haver falecido antes dela, e não haver filhos nem irmãos desta?

Substituição fideicomissária

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1191 (1892), p. 131-133

Resumo: Tendo o dono de um prédio feito por escritura pública o arrendamento dele por quatro anos sem antecipação de renda, e arrendando-o depois da mesma forma por outros quatro anos seguintes, deverá manter-se este segundo arrendamento, se, antes de findar o primeiro, o prédio for comprado por outro indivíduo, que não deseja continuar a arrendá-lo?

Arrendamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1192 (1892), p. 148-149

Resumo: Tendo-se constituído o usufruto de certos bens antes de vigorar o Código civil, e verificando-se agora que o usufruto faz mau uso dos bens, poderá o proprietário privá-lo da administração do usufruto, nos termos do artigo 2249.º do Código civil?

Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1192 (1892), p. 149-151

Resumo: Tendo um testador deixado a mais de uma pessoa o usufruto de certos bens, simultânea e sucessivamente, deverá ser dividido por elas este usufruto? E deverá ser contemplado com ele um indivíduo que nasça depois do falecimento do testador? E sendo deixada a propriedade dos mesmos bens a outros indivíduos, no caso de se verificarem certas condições, quem poderá dispôr desta propriedade? Pelo despacho que determinar a partilha do usufruto deverá levar-se emolumento?

Condição / Testamento / Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1193 (1892), p. 167-169

Resumo: O menor de vinte e um anos e maior de catorze poderá perfilhar um filho ilegítimo no assento de baptismo, sem autorização de seus pais ou tutores?

Menores / Perfilhação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1194 (1892), p. 179

Resumo: Quando um testador com filhos legítimos deixa legados e sufrágios pelas forças de sua terça, donde devem sair os sufrágios?

Sufrágios / Terça / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1123 (1890), p. 182-183

Resumo: Poderá o dono de um prédio banhado por uma corrente de água não navegável nem flutuável vedar esse prédio com um muro construído na margem da corrente, ficando esse muro na parte interior de uma sebe viva já antiga?

Águas / Vedação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1126 (1890), p. 229-230

Resumo: Nos Açores será obrigatório o registo civil? Em caso afirmativo, qual é o oficial deste registo? E quais são os emolumentos que este oficial tem direito a receber?

Emolumentos / Registo civil

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1161 (1891), p. 215-216

Resumo: A derrama feita pelos fregueses de uma paróquia para preencher a congrua paroquial deverá ser reduzida, quando se vendam os bens do respectivo passal, e o seu produto renda mais do que se tinha calculado o rendimento do mesmo passal?

Congruas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1182 (1892), p. 553-554

Resumo: Não tendo sido apresentado a registo um testamento público, em que se deixam certos legados pios, poderá o administrador do concelho fazer citar o testamenteiro e na sua falta os herdeiros, para apresentarem o testamento e cumprirem os legados pios?

Administrador de concelho / Herdeiro / Hipoteca

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1140 (1891), p. 451-452

Resumo: Será comercial ou civil a compra e venda dos bens móveis de um hotel, não constando da respectiva escritura o destino que o comprador queria dar a estes móveis, mas sendo realmente para continuar a servir no mesmo hotel que passou a ser gerido pelo comprador? Sendo civil, deverá mover-se contra o devedor e seu fiador execução fundada na escritura? E a mulher do fiador poderá opôr embargos de terceiro?

Compra e venda / Dívidas / Móveis

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1145 (1891), p. 538-539

Resumo: Será comercial a compra de objectos móveis feita para revender? O marido de uma mulher que compre mercadorias para revender será também responsável pela importância dos objectos comprados? Tendo o devedor dado por conta da dívida certa quantia, poderá considerar-se isto como renúncia ao direito de exonerar-se da dívida pela prescrição?

Comerciante / Compra e venda / Dívidas / Móveis / Mulher casada / Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1170 (1891), p. 355-358

Resumo: Os credores de capitais mutuados em metal sonante terão direito a exigir o pagamento em metal ou serão obrigados a receber notas de bancos? Terão os bancos direito a pagar em notas os depósitos feitos em metal? Serão os logistas obrigados a receber notas de bancos e cédulas da Casa da Moeda, e poderão nas vendas estabelecer dois preços, - um para o pagamento em metal, e outro para o pagamento em notas?

Depósito / Notas / Pagamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1134 (1890), p. 358-361

Resumo: Um pároco, que nesta qualidade é senhorio directo de um prédio enfitêutico, será obrigado a abonar ao foreiro a contribuição predial correspondente ao foro, se este foi computado na sua congrua? No caso negativo, poderá o foreiro, se nada convencionou relativamente a esta contribuição, exigir que a importância do encargo seja abatida do rendimento colectável do prédio?

Contribuição predial / Foros

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1172 (1891), p. 387-389

Resumo: Tendo dois descendentes partilhado em escritura pública os bens imobiliários de um seu ascendente, e declarado que se davam plena quitação e se obrigavam a não pedir mais coisa alguma da herança, poderá esta escritura anular-se por falta de pagamento de contribuição de registo pelo excesso de valor de um sobre o outro quinhão, constando da matriz de contribuição predial que os valores dos bens de cada um dos quinhões são desiguais? E o tabelião devia dar parte ao escrivão de fazenda da escritura de partilhas? E pagando-se depois a contribuição de registo, poderá ratificar-se a partilha?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1191 (1892), p. 134-137

Resumo: Poderá o réu condenado definitivamente em processo correccional intentar uma acção de processo civil ordinário, a pedir ao que a sentença considerou ofendido indemnização de perdas e danos, com o fundamento de ser caluniosa a participação feita em juízo e de terem sido aliciadas com promessas as testemunhas de acusação?

Indemnização

CONSULTA :[DIREITO COMERCIAL]

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1153 (1891), p. 86-87

Resumo: Não tendo o tabelião, que fez o protesto de uma letra, lançado este protesto no registo especial, terá o sacador da letra regresso contra alguém?

Letras

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1188 (1892), p. 83-84

Resumo: O aceitante de uma letra, que se obrigou a pagar em ouro ou prata, corrente no reino, certa soma numérica em réis, será obrigado a pagar a soma, constante da letra, nos metais estipulados, ou satisfará pagando em notas do Banco de Portugal?

Letra / Notas / Pagamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1190 (1892), p. 117-118

Resumo: O aceitante de uma letra, que se obrigou a pagar mil libras, valor recebido nesta espécie, será obrigado a pagar o montante da letra em moeda inglesa denominada sobreanos, ou satisfará pagando em notas do Banco de Portugal?

Letra / Pagamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1193 (1892), p. 162-163

Resumo: Tendo um indivíduo, casado, mas separado judicialmente da mulher, aceitado uma letra no vigor do Código comercial de 1833 a pagar em tempo em que já vigorava o novo Código, e não tendo a letra sido protestada, por ter sido paga por um terceiro, poderá este intentar uma acção contra o aceitante da letra e sua mulher a pedir o pagamento da importância da letra?

Letra

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1175 (1892), p. 434-435

Resumo: Tendo certo indivíduo comprado em seu nome fazendas ao dono de uma fábrica para as revender, e tendo depois declarado que exercia o comércio em nome de outrem, e estando insolvente, qual é a responsabilidade civil e criminal que pertence aquele indivíduo?

Comerciante / Gerente

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1121 (1890), p. 147-151

Resumo: Em que juízo deve requerer-se que se rectifique o nome de certo indivíduo escrito no assento do baptismo? E qual a forma de processo a seguir nesta rectificação? Quais são as pessoas que devem ser ouvidas sobre ela?

Assento de baptismo

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1132 (1890), p. 326-327

Resumo: Pertencendo um usufruto a dois indivíduos, tendo um deles três quartas partes neste usufruto, e o outro uma quarta parte, poderá um dos usufrutuários dar de arrendamento a sua parte no usufruto sem consentimento do outro usufrutuário? Em caso negativo, poderá o usufrutuário não consultado usar do direito de preferência?

Arrendamento / Comproprietário / Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1138 (1891), p. 420-422

Resumo: Tendo sido dividido pelos herdeiros do devedor um prédio que estava hipotecado para segurança de uma dívida, o credor deverá pedir a cada um destes herdeiros a totalidade do crédito e seus juros ou só a parte que lhe competir na dívida? Se qualquer dos executados quiser pagar a sua parte na dívida, será o exequente obrigado a recebê-la, e como se deverá a este respeito proceder? Se houver sobejo do produto do prédio hipotecado, terão direito a parte dele os devedores que pagaram antes da execução? Em caso afirmativo, por que meio devem fazer valer o seu direito?

Dívidas

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1144 (1891), p. 514-515

Resumo: A mãe viúva poderá intentar em nome de seus filhos menores puberes, sem autorização judicial, uma acção para reivindicar bens que a estes pertencem?

Acção / Autorização judicial

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1146 (1891), p. 552-553

Resumo: A sentença que julgou os autores partes ilegítimas na acção poderá obstar a que os mesmos autores intentem nova acção sobre o mesmo objecto?

Acção / Autores

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1148 (1891), p. 3-4

Resumo: Tendo o consorte de coisa indivisível declarado ao comproprietário que não quer usar do direito de preferência na venda da sua respectiva parte, não será necessário fazer aquele consorte a notificação judicial, de que trata o artigo 641.º do Código do processo civil?

Direito de preferência

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1155 (1891), p. 115-116

Resumo: Qual é a defesa que o chamado à conciliação pode apresentar no juízo conciliatório? Que espécie de acção deve empregar o fiador, quando queira exigir que o devedor pague a dívida ou o desonere da fiança? E como deve concluir o requerimento para começo de acção nos casos dos n.ºs 1.º a 6.º do artigo 844.º do Código civil?

Acção cominatória / Acção ordinária / Auto de conciliação / Fiador

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1157 (1891), p. 147-148

Resumo: Sendo criada uma conservatória, compreendendo freguesias que faziam parte de outra conservatória já existente, deverão ser autenticadas as cópias tiradas pelo antigo conservador, para em vista delas fazer o novo conservador os registos dos prédios situados no território da nova conservatória? Em caso afirmativo, quem as deve autenticar? Quais os dizeres dos termos de abertura e encerramento dos livros empregados naquelas cópias, e quem há-de lavrar os termos e rubricá-los?

Conservatória

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1169 (1891), p. 339-341

Resumo: Quando o pai ou avô venda seus bens a filhos ou netos, quer directamente, quer por interposta pessoa, sem os outros filhos ou netos consentirem na venda, poderão estes intentar a acção de anulação do contrato em vida do pai ou avô vendedor?

Venda

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1174 (1892), p. 419-420

Resumo: A posse de condução de águas durante certos meses do ano em rego ou aqueduto descoberto através de prédio alheio constitue servidão descontínua, ou servidão contínua aparente? Depois da publicação do Código do processo ainda está em vigor o disposto no artigo 490.º do Código civil?

Acção possessória / Servidão

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1177 (1892), p. 468-469

Resumo: Para haver a pena de sonogados por ocultação de bens em inventário será essencial que tenha havido acusação destes bens, e termo de negação assinado pelo cabeça de casal? Em caso afirmativo, como deverá proceder o interessado para conseguir que sejam partidos bens, que não foram descritos nem partilhados no inventário?

Cabeça de casal / Inventário / Partilhas

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1178 (1892), p. 487-488

Resumo: Tendo um credor movido contra o devedor acção de rescisão de compra e venda de certos prédios pelo fundamento de simulação em seu prejuízo, e tendo depois movido execução contra o mesmo devedor e por ela feito vender em hasta pública aqueles prédios, sendo pago do seu crédito, será o credor pessoa legítima para prosseguir na acção de rescisão?

Acção de rescisão

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1190 (1892), p. 116-117

Resumo: Poderão vender-se em hasta pública por inventário bens deixados a corporações sujeitas às leis de desamortização? Em caso negativo, será o Ministério Público competente para promover a anulação de uma venda feita por esta forma?

Ministério Público / Venda

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1191 (1892), p. 137-138

Resumo: Tendo um testador deixado os bens a certo indivíduo com a condição de que, se este não voltasse do Brasil, seria herdeiro outro indivíduo, e que, se este falecesse primeiro que um terceiro, este ficaria sendo o herdeiro, quem é que pode dispôr já de tais bens?

Ausente / Herdeiro / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1133 (1890), p. 338-339

Resumo: Os magistrados judiciais e do Ministério Público deverão pagar quotas para a caixa de aposentações pelos emolumentos que recebem das partes? Em caso afirmativo, poderia o governo estabelecer esta obrigação? Não podendo, ficaria a providência do governo com força legal por virtude da lei de 1 de Setembro de 1887? Como deverá fazer-se a liquidação da quota para a Caixa de Aposentações do aumento de ordenados, estabelecido pelo decreto de 19 de Março de 1890?

Aposentação / Emolumentos / Empregados judiciais

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1134 (1890), p. 361-362

Resumo: Poderá conceder-se fiança ou caução ao falido a requerimento do seu procurador, antes de o falido estar preso e antes de oferecidos os artigos de classificação da quebra? O prazo de oito dias para o oferecimento dos artigos da classificação da quebra deverá contar-se desde a ordem do tribunal para a prisão do falido, ou desde esta prisão?

Falência / Qualificação de quebra

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1162 (1891), p. 227-228

Resumo: O tabelião ou escrivão, que tenha de fazer o protesto de uma letra por falta de aceite ou de pagamento, será obrigado a indagar e verificar se o sacado ou aceitante está ou não no lugar ou domicílio indicado na letra, ou bastará que o portador lhe declare que o sacado ou aceitante não está no dito lugar ou domicílio?

Letras / Protesto

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1167 (1891), p. 311-312

Resumo: O protesto de que se fala no artigo 719.º do Código comercial é o mesmo a que se refere o 3.º do artigo 714.º?

Falência / Protesto

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1183 (1892), p. 6-7

Resumo: Tendo uma letra sido sacada por mulher casada e aceita pelo marido, e tendo o portador deixado de protestar a letra por falta de pagamento, será a sacadora também responsável pelo pagamento da letra? E tendo a mulher e marido assegurado com hipoteca o pagamento da letra, poderá ela opôr embargos de terceiro à execução da sentença condenatória do marido, mas absolutória dela? E a questão da legitimidade das partes deverá ser da competência do juri ou do juiz?

Juiz comercial / Letra / Quesitos

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1116 (1890), p. 72-75

Resumo: O réu pronunciado por crime a que é aplicável pena maior fixa, se foi condenado pelo juiz de 1.ª instância em prisão correccional, e o ministério público apelou da sentença, terá direito a ser posto em liberdade, logo que decorra o tempo de prisão na mesma sentença imposto, embora ainda não haja decisão do recurso? No caso negativo, não terá meio de evitar a privação da liberdade por mais tempo do que é justo?

Fiança / Réus

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1133 (1890), p. 342-346

Resumo: O empregado público, autor de um homicídio, que, provando em seu favor a circunstância da legítima defesa, embora exercida com excesso, for com este fundamento absolvido da pena, e ficar somente sujeito à reparação civil, terá direito aos seus ordenados, correspondentes ao tempo de prisão preventiva? Deverá o juiz criminal nesta hipótese fixar na sentença a quantia da indemnização, ou ao menos declarar o réu sujeito a ela?

Acção de indemnização / Empregado público / Ordenados

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1155 (1891), p. 119-123

Resumo: Será procedente a excepção de caso julgado que o réu, acusado de haver feito em 1888 sobre o leito de uma estrada pública depósito de materiais, sem a licença exigida pelo artigo 21.º n.º 7.º do decreto de 31 de Dezembro de 1864, deduza em audiência de polícia correcional com o fundamento de ter já sido condenado pela mesma transgressão, se provar que os materiais foram depositados na estrada antes da condenação, e se a acusação não demonstrar que o depósito fosse aumentado depois dela?

Caso julgado / Estradas

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1160 (1891), p. 196-198

Resumo: Tendo o juiz num despacho de pronúncia classificado o crime como estupro voluntário, punível pelo artigo 392.º do Código penal, poderá sem contradição dizer no mesmo despacho que o réu tivera com a ofendida tratos ilícitos contra a vontade dela? Proposto nestes termos um quesito ao juri, deverá taxar-se de contraditório ou repugnante?

Estupro / Violação

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1184 (1892), p. 24-28

Resumo: Se o prejudicado com o crime de furto praticado por um descendente seu perdoar a este agente, desistindo de acusá-lo, aproveitará o perdão aos cúmplices ou encobridores do mesmo crime?

Crime de furto

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1185 (1892), p. 39-42

Resumo: Se um pai participar ao Ministério Público - que certo indivíduo lhe raptou para fins desonestos, ou pelo menos desencaminhou da casa paterna sua filha, maior de dezoito anos, desflorando-a também -, e se das declarações tomadas no corpo de delito e das feitas pela ofendida constar que esta fugiu voluntariamente com o denunciado, poderá o Ministério Público requerer exame directo na pessoa dela?

Crime de estupro / Denúncia

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1193 (1892), p. 163-165

Resumo: Como deve executar-se o decreto de amnistia de 4 de Julho de 1892 em relação ao réu que, por crime contra o exercício do direito eleitoral, não exceptuado dessa amnistia, e por outros crimes comuns, foi conjuntamente condenado na pena aplicável ao primeiro, agravada em atenção à acumulação, se a sentença pender de recurso de revista já expedido?

Amnistia

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1151 (1891), p. 53-57

Resumo: Nos processos de contrabando, descaminho e transgressão poderá a autoridade instrutora recusar-se a admitir a contestação do arguido, se este não tiver depositado ou caucionado o máximo da multa e os competentes direitos?

Contestação / Processos de contrabando, descaminho e transgressão

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Fiscal e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1148 (1891), p. 8-10

Resumo: Qual é a competência contenciosa e a forma de processo, que devem observar-se nas execuções por dividas de congruas?

Congruas

CONSULTA :[DIREITO E PROCESSO FISCAL E ADMINISTRATIVO]

Consulta :[Direito e Processo Fiscal e Administrativo] / Assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1153 (1891), p. 82-83

Resumo: Será o Ministério Público competente para promover a cobrança coerciva das contribuições directas paroquiais?

Ministério Público / Contribuições municipais / Contribuições paroquiais

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Fiscal e Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1122 (1890), p. 164-166

Resumo: Para o juiz de direito conhecer da legalidade com que o arguido se acha preso, ou para intimar a este o despacho de indicição fiscal, nos delitos de contrabando e descaminho em que o arguido for encontrado em flagrante delito, deverá ser-lhe enviado o processo fiscal, ou bastará que lhe seja remetida uma certidão do despacho de indicição? Qual é o juiz competente para aplicar ao delinquente a prisão em substituição da multa, para o condenar em prisão como parte da pena. e para conhecer da validade da prisão, quando o arguido tiver sido capturado em flagrante delito? Se o delinquente for preso em flagrante delito, mas o despacho de indicição fiscal que não for intimado dentro de oito dias depois da prisão, deverá o juiz de direito mandá-lo pôr em liberdade?

Crime de contrabando ou descaminho

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Fiscal e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1145 (1891), p. 530-531

Resumo: Nos processos de contrabando ou descaminho de tabacos ou tecidos os réus presos em flagrante delito numa comarca, mas residentes em outra, se não depositarem ou caucionarem a importância dos direitos e multa, a que juízo devem ser enviados para se conhecer da validade da prisão? Sendo condenados por decisão do tribunal fiscal, e não satisfazendo a multa e direitos, deverá instaurar-se o processo de execução para verificar se eles possuem bens, ou bastará que o escrivão do juízo informe que eles não possuem bens alguns, afim de se substituir a multa por prisão? Tendo de fazer-se esta substituição, desde quando deve contar-se o tempo da prisão para a expiação da multa?

Crime de contrabando ou descaminho

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Fiscal e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1146 (1891), p. 546-548

Resumo: Nos delitos de contrabando e descaminho de tabacos ou tecidos os delinquentes encontrados em flagrante delito deverão, seja qual fôr a importância dos direitos e multa aplicável, ser postos em liberdade, logo que completarem seis meses de detenção em custódia? Será admissível fiança aos delinquentes? Tendo de fazer-se a substituição da multa e direitos por prisão, por não se conhecerem bens ao arguido, o tempo da prisão deverá contar-se desde a detenção em custódia?

Crime de contrabando ou descaminho

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 713 (1882), p. 583-585

Resumo: Dada em juízo uma denúncia por falta de manifesto de décima de juros, antes do Código do Processo Civil, e reduzido a termo o juramento de calúnia, poderá considerar-se tomada a denúncia antes de reduzida esta a auto? E depois de reduzida a auto a denúncia, será permitido ao denunciante invalida-la pelo manifesto antes da citação? A obrigação de pagar o manifesto, imposta pelo credor ao devedor, importará para o credor a isenção da responsabilidade por não ter feito oportunamente o mesmo manifesto?

Décima de juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 714 (1882), p. 600-601

Resumo: Deverá o recibo do laudémio ser sempre trasladado com a escritura para a devida fiscalização do respetivo selo? As Câmaras Municipais e Misericórdias estarão isentas do pagamento do selo relativo aos recibos dos laudémios? Os documentos e papéis isentos do selo pela tabela nº 3 do regulamento de 1878 estarão sujeitos ao selo do reconhecimento, estabelecido na tabela nº 1, classe 16.ª, verba nova?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1118 (1890), p. 98-99

Resumo: Quais são hoje as multas aplicáveis aos descaminhos e transgressões do regulamento do real d'água? Tendo um indivíduo cometido um descaminho e uma transgressão, devem ser aplicadas as duas multas, ou uma só, e, neste último caso, qual delas?

Multas / Real de água

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1120 (1890), p. 136-137

Resumo: Tendo o autor de uma herança, que tem de ser repartida por cinco irmãos, falecido em casa de um deles, e não tendo nenhum feito as declarações a que são obrigados pelos artigos 30.º e 31.º do regulamento de 31 de Março de 1887, deverão ser aplicadas cinco multas, sendo uma a cada um dos cinco irmãos, ou deverá ser aplicada uma só, sendo todos responsáveis solidariamente por ela? Se algum destes herdeiros repudiar a herança depois de instaurado o processo correccional, ficará isento de multa por esse facto?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1124 (1890), p. 199-200

Resumo: As respostas dos interessados nos inventários por ocasião da vista devem ser escritas em papel selado de 50 réis ou de 80 réis?

Inventário / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1124 (1890), p. 200

Resumo: Que selo devem ter os jornais em que se publicam anúncios, quando tenham de juntar-se a processos? A que selo estão sujeitos os articulados e os duplicados?

Articulados / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1126 (1890), p. 230

Resumo: Terão os suplentes dos escrivães de fazenda competência para passar e assinar certidões requeridas nas suas repartições, estando presentes os escrivães de fazenda?

Certidões / Escrivães de fazenda

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1129 (1890), p. 274-275

Resumo: As conferências de bens doados estarão dispensadas do pagamento da contribuição de registo?

Conferências / Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1132 (1890), p. 324-325

Resumo: Quais são os casos em que o tabelião deve exigir dos outorgantes, nas escrituras de transmissão de bens, o documento que prove o pagamento do imposto na transmissão anterior, ou a declaração de que essa anterior transmissão não estava sujeita a imposto algum?

Contribuição de registo / Escrituras

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1133 (1890), p. 339-340

Resumo: Numa escritura de partilhas por óbito de um tio deverá transcrever-se o conhecimento da contribuição de registo paga pela transmissão actual?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1135 (1890), p. 370-371

Resumo: Fazendo-se uma doação com reserva do usufruto dos bens doados, desde quando começa a obrigação de participar à fazenda a transmissão resultante deste acto? Fazendo-se uma doação do usufruto de certos bens a um indivíduo e da propriedade dos mesmos bens a outro, a qual dos donatários incumbe a obrigação de fazer a participação à fazenda?

Contribuição de registo / Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1135 (1890), p. 371-372

Resumo: Dada a hipótese de ser enviada uma certidão do acórdão ou sentença final condenatória ao juiz de direito respectivo, nos termos do § 4.º do artigo 4.º do decreto de 20 de Setembro de 1888, e de não se conhecerem bens alguns ao delinquente, dando o valor da multa e direitos em que foi condenado, calculado em 1\$00 réis por dia, prisão por mais de seis meses, por que tempo deve o delinquente ser retido em prisão?

Crime de contrabando ou descaminho

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1136 (1890), p. 388-389

Resumo: Nos processos de liquidação da contribuição de registo os contribuintes analfabetos poderão reclamar e recorrer assinando outrem a rogo deles, ou deverão fazer-se representar por advogado com procuração no processo? Sendo representados por esta forma, as intimações deverão fazer-se na pessoa do procurador?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1139 (1891), p. 437-439

Resumo: Poderá um usufrutuário registar o seu usufruto, do qual está pagando a contribuição de registo em anuidades, sem que o conservador do registo predial lhe possa recusar o registo?

Registo / Usufrutuário

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1141 (1891), p. 468-469

Resumo: Qual é o valor sobre que recai a contribuição de registo lançada sobre o censo consignativo e sobre a remissão do mesmo censo? Como se liquida o valor do domínio útil e do directo, para o efeito de calcular a contribuição de registo que sobre eles recai?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1143 (1891), p. 503-504

Resumo: A transmissão de inscrições de assentamento da dívida pública portuguesa, operada entre estrangeiros e portugueses, ou entre portugueses, mas em país estrangeiro, estará sujeita em Portugal ao pagamento da contribuição de registo por título gratuito? E qual é o escrivão de fazenda competente para proceder à liquidação?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1154 (1891), p. 98-99

Resumo: Como deverá ser calculada a contribuição de registo relativa aos arrendamentos a longo prazo?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1173 (1891), p. 405-406

Resumo: O regedor de paróquia, que auxiliou uma apreensão de géneros sujeitos ao imposto do real d'água, terá direito a partilhar da multa imposta ao infractor?

Multa / Real de água / Regedor de paróquia

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1174 (1892), p. 420-421

Resumo: A escritura, que compreender mais de um acto jurídico ou contrato, a quantos selos está sujeita como escritura?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1177 (1892), p. 466-467

Resumo: Os donos de alambiques ordinários sem rectificador e de capacidade inferior a 750 litros, que destilam simplesmente bagaço de uva e vinho, estarão sujeitos à obrigação de licença? Será gratuita essa licença? Se o não é, qual é a taxa?

Licenças

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1186 (1892), p. 50

Resumo: Qual é o selo do papel em que devem ser escritos os duplicados dos articulados?

Duplicados / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1188 (1892), p. 85-87

Resumo: Quem deverá pagar a contribuição de registo, relativa à pensão de 360\$00 réis anuais em favor de certas pessoas, imposta num legado a uma misericórdia?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1189 (1892), p. 100-101

Resumo: Se o arrematante se recusar a fornecer as estampilhas para selar o auto de arrematação, o confitente para selar o termo de confissão lavrado no cartório, e o cabeça de casal para o auto de reunião do conselho de família, como deverá proceder-se?

Arrematante / Cabeça de casal / Custas / Remoção

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1131 (1890), p. 307-308

Resumo: Quais são os escrivães que têm de intervir nas execuções fiscais por contribuições municipais e paroquiais, quando a sua cobrança não seja feita cumulativamente com a dos impostos do Estado? E qual é a forma de processo que deve seguir-se nas mesmas execuções?

Escrivães / Execuções fiscais

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal e Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1181 (1892), p. 530-531

Resumo: As sublocações de arrendamentos a longo prazo estarão sujeitas à contribuição de registo? A venda, feita pelo locatário, do direito ao arrendamento deverá estar sujeita às disposições relativas à venda ou às que regem a sublocação?

Arrendamento / Contribuição de registo / Sublocações / Venda

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1119 (1890), p. 116-118

Resumo: O tabelião que infringiu o regulamento do selo, não se pondo pelo reconhecimento de assinaturas em documentos de processos eleitorais o selo devido, estará sujeito à multa do décuplo do selo, estabelecida no artigo 187.º, ou à multa de 20\$00 réis a 100\$00 réis, imposta no artigo 189.º? E deverá ser condenado a pagar tantas multas quantas forem as transgressões, acumulando-se essas multas entre si, ou deverá unicamente ser condenado a pagar uma só multa, embora seja a maior?

Multas / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1121 (1890), p. 146-147

Resumo: Tendo três indivíduos, que descaminharam tabacos aos direitos, sido condenados, além da importância dos direitos, no quintuplo deles na importância de 180\$00 réis, qual é a responsabilidade dos três infractores no pagamento dos direitos e multa?

Multas

CONSULTA

Consulta : [Direito Internacional Privado] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1134 (1890), p. 356-358

Resumo: O contrato de venda a retro, celebrado no Brasil em 1885 por um português, que vendeu os bens da sua legítima materna, situados em Portugal, será válido? Qual é o meio que deve empregar o comprador para entrar na posse dos bens o mais depressa possível?

Bens / Móveis / Venda

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1120 (1890), p. 132-133

Resumo: O castrador não habilitado com título legal para exercer a sua profissão sujeitar-se-á por este exercício à pena imposta no § 2.º do artigo 236.º do Código penal?

Castrador

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1121 (1890), p. 153-154

Resumo: Aquele que de noite deriva para prédio seu a água de uma presa, sem que tenha direito a isso, cometerá o crime de furto ou qualquer outro?

Águas / Crime de furto

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1123 (1890), p. 179-182

Resumo: Será punível o facto de um facultativo indicar aos seus clientes a farmácia onde hão-de ser aviadas as suas receitas, aconselhando que as não vão aviar a qualquer outra? A imputação de um facto lícito poderá constituir difamação? Cometerá este crime aquele que num jornal imputa a um médico ter por costume indicar aos seus enfermos a farmácia onde hão-de ser aviadas as suas receitas, aconselhando que não as vão aviar a qualquer outra?

Crime de difamação / Facultativo

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1128 (1890), p. 258-260

Resumo: A aposta, por virtude da qual um indivíduo praticou um acto proibido pela lei penal, o que foi a causa próxima de outros factos igualmente puníveis, tornará criminalmente responsável o apostador estranho à execução? No caso afirmativo, qual o grau e a extensão desta responsabilidade?

Aposta

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1130 (1890), p. 290-294

Resumo: A lei penal, enquanto não admite o cônjuge ofendido a querelar por adultério, se perdoou a qualquer dos co-réus, ou se se reconciliou com o seu consorte, consignará uma interdição absoluta ou só relativa aos factos anteriores ao perdão ou reconciliação? Na expressão - casa conjugal, empregada no artigo 404.º do Código penal, quando define o adultério punível do marido, estará incluída a casa em que este tem a sua residência permanente durante a separação provisória de pessoas, admitida pelo artigo 469.º do Código de processo civil?

Crime de adultério

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1135 (1890), p. 373-376

Resumo: Quais são os actos compreendidos na expressão - acto judicial, empregada no artigo 125.º § 4.º do Código penal?

Acto judicial / Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1141 (1891), p. 469-471

Resumo: Qual a disposição da lei penal aplicável ao acto de cortar e furto uma folha de um livro de notas, na qual se achava exarada parte de uma escritura de doação?

Livro de notas

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1150 (1891), p. 40-42

Resumo: A mulher casada, segundo os usos e costumes dos gentios e indígenas, na província de Moçambique, e o homem que com ela foi encontrado profanando o leito conjugal estarão incursos na sanção do artigo 401.º e § 1.º do Código penal?

Adultério

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1151 (1891), p. 57-59

Resumo: Aquele que, introduzindo-se em casa alheia, apreende fraudulentamente objectos pertencentes à família que nela habita, abandonando-os noutra lugar do mesmo edifício, ao sentir os passos do dono da casa e para escapar-se, antes que o crime seja descoberto, será autor do crime de furto frustrado ou de furto consumado?

Crime de furto

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1162 (1891), p. 231-232

Resumo: Poderá o marido ofendido pelo crime de adultério compreender na querela qualquer pessoa que pela forma prevista nos artigos 20.º n.º 5.º e 22.º n.º 2.º haja concorrido para esse crime?

Adultério / Crime de adultério

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1164 (1891), p. 258-260

Resumo: A pessoa, para satisfação de cujos desejos desonestos o réu do crime de lenocínio previsto no artigo 406.º do Código penal corrompeu mulher virgem, maior de dezoito anos, mas menor de vinte e um, incorreria em responsabilidade criminal, por haver determinado por dádivas e promessas o mesmo réu a ser agente directo da sedução?

Crime de lenocínio

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1166 (1891), p. 292-294

Resumo: No caso de homicídio, ou de morte em consequência de ofensa corporal, que regra deve ter-se em vista para a aplicação da pena ao encobridor do cadáver?

Encobridor

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1168 (1891), p. 327-329

Resumo: Aquele que, agredindo com violências uma mulher, procura com intenção criminosa satisfazer paixões lascivas, se pela resistência da agredida o não consegue, responde por tentativa de violação, por violação frustrada, ou por simples atentado ao pudor?

Atentado ao pudor / Violação

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1169 (1891), p. 342-344

Resumo: Se um indivíduo for proprietário de parte de uma casa, onde habita, e lhe puser fogo com o intuito de receber a importância do seguro, resultando do incêndio a destruição de todo o prédio, que disposição legal é aplicável ao crime?

Crime / Crime de fogo posto

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1170 (1891), p. 360-363

Resumo: Estará compreendido na sanção do artigo 421.º do Código penal o facto de dois guardas fiscais, com o intuito de receberem a respectiva quota da multa, apreenderem uma porção de tabaco estrangeiro, subtraído aos direitos, a um proprietário, em cuja casa o introduziram subrepticamente dois indivíduos, por instigação dos mesmos guardas? Qual o juízo competente para conhecer do facto?

Processos de contrabando, descaminho e transgressão

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1173 (1891), p. 406-409

Resumo: O facto de catorze indivíduos em uma vila do ultramar, sem coligação com os habitantes da localidade e até a maior parte sem recursos para viver, consertarem entre si o projecto de uma revolta, do qual dez logo desistiram, com o fim de prender a autoridade administrativa local, a quem alguns tinham debalde pedido trabalho, e alguns oficiais da guarnição, saquear a vila e arvorar a bandeira republicana, deverá classificar-se como conjuração para o crime de rebelião ou para o de sedição?

Conjuração

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1176 (1892), p. 456-458

Resumo: Terá alguma responsabilidade criminal, e no caso afirmativo em que pena incorre, aquele que oculta substâncias venenosas com o intuito de concorrer para a impunidade da pessoa que ilegalmente as tinha expostas à venda?

Contravenções

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1180 (1892), p. 518-519

Resumo: Incorrerá na sanção do artigo 290.º do Código penal o médico que, chamado para tratar uma doente solteira, espontaneamente revelar à autoridade administrativa o segredo do estado de gravidez da mesma doente, por ele descoberto na observação clínica, independentemente de qualquer confidência?

Médico

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1182 (1892), p. 549-551

Resumo: O artigo 116.º n.º 2.º do Código de justiça militar, que pune o crime de furto praticado por militar em prejuízo de patrão ou dono da casa em que estiver alojado, ou de alguma pessoa de sua família, compreenderá a subtração fraudulenta cometida em prejuízo de um criado do patrão?

Crime de furto

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1187 (1892), p. 72-76

Resumo: Estará incurso na pena do artigo 30.º § 1.º do regulamento de 7 de Abril de 1863 o pai que, solicitando ou ao menos aceitando a mediação de terceira pessoa, para que se realize a emigração clandestina de um filho, se prove ter entregado a essa pessoa qualquer quantia para o efeito da mesma mediação? E que crime comete o que recebe o dinheiro, e se locupleta com ele, não praticando nenhum acto tendente ao fim que motivou a entrega?

Crime de abuso de confiança / Crime de furto

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1188 (1892), p. 87-92

Resumo: Tendo o pároco de uma freguesia sido dado para testemunha de defesa num processo de querela movido contra um seu paroquiano, poderá, reportando-se ao que sabe por lhe ter sido revelado em confissão, depôr na audiência de julgamento que o referido paroquiano nenhuma parte tomou no crime de que o acusam? Poderá também um pároco, a quem o autor de um furto, ou algum parente, procurou em sua casa para o fazer intermediário da restituição de coisa furtada, revelar, como testemunha de acusação dada no respectivo processo criminal, o segredo do furto de que o fizeram depositário por ocasião de lhe ser incumbida aquela restituição e fora do acto da confissão sacramental?

Pároco / Sigilo

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1190 (1892), p. 119-121

Resumo: O escrivão que, tomando conta do cartório, não procedeu a inventário dos livros e papéis nele existentes será ipso facto responsável criminalmente por qualquer extravio verificado no mesmo cartório? No caso afirmativo poderá a pessoa prejudicada com esse extravio ser parte no respectivo processo criminal?

Escrivães / Presunções

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1192 (1892), p. 151-152

Resumo: A amnistia concedida pelo decreto de 4 de Julho de 1892 aproveitará aquele que, por crime contra o exercício do direito eleitoral, não compreendido nas excepções do artigo 1.º do mesmo decreto, e por outros crimes, mas comuns, foi conjunta e definitivamente condenado na pena aplicável ao primeiro, agravada em atenção à acumulação, tendo havido no processo acusação particular?

Amnistia

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 713 (1882), p. 581-583

Resumo: Qual é o escrivão que deve lavrar o auto de penhora, que se efetue em um conhecimento do depósito? E qual é o que deve passar o proprietário para o levantamento do dinheiro assim penhorado?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1117 (1890), p. 89-91

Resumo: Os actuais juizes de direito deverão perceber os emolumentos arbitrados pela tabela aos actos de processo de caução do réu em processo criminal?

Emolumentos / Juiz de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1118 (1890), p. 102-103

Resumo: Tendo, depois de começado um inventário de menores, falecido um legatário, residente em comarca diversa daquela em que o inventário corre, ao qual tinha sido deixada uma quinta com todos os seus pertences, e tendo este legatário deixado herdeiros menores, como deve proceder-se à liquidação do objecto legado? Deverá esperar-se pela liquidação no primeiro inventário para depois se proceder à partilha no segundo?

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1118 (1890), p. 105-106

Resumo: Os salários dos arbitradores nos julgados municipais devem ser contados com o abatimento de um terço e um quinto, a que se referem os artigos 28.º e 38.º do decreto de 29 de Julho de 1886, ou só com o abatimento de um terço sem se fazer a redução do quinto?

Louvados / Salários

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1119 (1890), p. 114-115

Resumo: O escrivão de julgado municipal terá competência para fazer citações e intimações a mais de dez quilómetros da sede da cabeça do julgado, mas dentro da área deste julgado?

Escrivães

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1122 (1890), p. 166-168

Resumo: Nos inventários instaurados perante juizes municipais, em que o valor da herança exceda a 100\$00 réis, competirá ao respectivo juiz de direito da comarca determinar a partilha e praticar todos os actos de processo subsequentes a ela?

Inventário / Partilha

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1123 (1890), p. 182

Resumo: O juiz terá direito ao emolumento de 20 réis por cada inutilização de estampilha colada em documento junto a requerimento que lhe seja submetido a despacho?

Emolumentos / Juiz de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1123 (1890), p. 183-185

Resumo: Para que possa ser expedido um recurso de apelação para o tribunal superior, deverá a parte apelante pagar só as custas em dívida aos empregados judiciais, ou será também obrigada a pagar as custas da parte apelada?

Apelação / Custas

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1127 (1890), p. 248-249

Resumo: Em que estado do processo de inventário de maiores deverá o credor, cuja dívida não foi nele descrita, requerer a convocação dos interessados para em conferência aprovarem a sua dívida e resolverem

sobre a forma do seu pagamento?

Dívidas / Inventário

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1128 (1890), p. 260-262

Resumo: Tendo sido intentada perante o juiz de direito da comarca uma acção a pedir ao réu domiciliado em um julgado municipal o pagamento da quantia de 19\$20 réis, e não tendo o réu deduzido a excepção de incompetência na audiência em que lhe foi acusada a citação, poderá o réu deduzir esta excepção em qualquer estado do processo?

Competência

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1129 (1890), p. 277-278

Resumo: As testemunhas, os peritos, os vogais do conselho de família, e os jurados poderão ser intimados com hora certa em processo cível, orfanológico e criminal? Em caso afirmativo, qual é o salário que pertence ao empregado judicial por tais intimações?

Intimação / Jurados / Peritos / Testemunhas / Vogais do conselho de família

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1131 (1890), p. 308-309

Resumo: Os avaliadores de bens em inventário serão competentes para na certidão da avaliação marcarem os quilómetros por eles percorridos? Em caso afirmativo, poderá o contador diminuir-lhes a distância de caminho por eles designada? E neste caso de que espécie de prova deverá servir-se o contador?

Contador / Louvados

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1132 (1890), p. 325-326

Resumo: A conta dos processos de julgamento das causas de coimas e transgressões de posturas municipais, tratadas nos juízos de direito, deverá ser feita pelo contador da respectiva comarca ou pelo escrivão por cujo cartório correu o processo?

Causas de coimas e transgressões de posturas municipais / Contador

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1133 (1890), p. 340-341

Resumo: Tendo certo doador reservado para si uma quantia anual para lhe ser paga pelo donatário, e tendo este hipotecado à segurança da anualidade os bens doados e outros, se o donatário não pagar a anualidade, poderá o doador intentar contra ele a acção executiva, de que trata o artigo 615.º do Código do processo civil? Em caso afirmativo, poderá requerer penhora em outros bens além dos hipotecados? Em caso negativo, que meios deverá empregar?

Acção executiva / Pensões

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1134 (1890), p. 355-356

Resumo: Poderá hoje ser abolido um atravessadouro público que se dirige a uma igreja paroquial? A igreja poderá ser considerada prédio dominante?

Atravessadouro / Servidões

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1135 (1890), p. 371

Resumo: O indivíduo, casado com a irmã de um escrivão de direito de certa comarca, poderá ser solicitador de causas na mesma comarca?

Solicitador

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1136 (1890), p. 390-391

Resumo: Em que casos deverá o credor requerer em execução de sentença a liquidação de juros ou géneros pelo contador do juízo? Será no requerimento para esta execução que o credor deverá requerer a liquidação?

Liquidação

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1137 (1890), p. 402-403

Resumo: A importância dos juros de certo capital estipulados em escritura pública, e que estejam vencidos, poderá pedir-se pelo processo de execução fundada na mesma escritura? Não excedendo esta importância a 10\$00 réis, poderá intentar-se a execução perante juiz de paz?

Juros

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1139 (1891), p. 435

Resumo: Os escrivães dos juizes de direito poderão mandar contar as custas nos processos cíveis e recusar-se a fazer os autos conclusos para sentença antes de lhes serem pagas as custas até então contadas?

Custas / Escrivães

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1139 (1891), p. 439

Resumo: O escrivão de um julgado municipal extinto por virtude da criação de uma comarca, que era também tabelião, poderá continuar a exercer as funções de tabelião, não obstante deixar de ser escrivão?

Escrivães / Tabelião

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1141 (1891), p. 467-468

Resumo: Os conservadores privativos do registo predial poderão exercer a profissão de advogado? Em caso negativo, como deverá proceder o delegado do procurador régio em relação aos conservadores que advoguem?

Advocacia / Conservadores do registo predial

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1143 (1891), p. 502-503

Resumo: Qual a forma de validamente partilhar os bens de certa herança, quando todos os herdeiros são de maior idade, mas o marido de uma herdeira é demente, sem que tenha sido julgado interdito por demência?

Inventário / Partilha

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1150 (1891), p. 39-40

Resumo: A quem compete hoje a nomeação dos oficiais de diligências dos juizes de paz?

Oficiais de diligência

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1151 (1891), p. 50-51

Resumo: O contador deverá deixar de contar o custo de um certificado do registo de transmissão, que foi junto ao processo de uma acção de demarcação?

Acção de demarcação / Documento

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1152 (1891), p. 67-69

Resumo: Os arbitradores nomeados pelo governo deverão prestar juramento em todos os processos em que intervenham? Nas causas tratadas perante juizes municipais poderão ser nomeados peritos indivíduos diferentes dos arbitradores nomeados pelo governo? Em caso afirmativo, como deverão ser intimados?

Arbitradores / Juramento / Perito

CONSULTA : [PROCESSO CIVIL]

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1153 (1891), p. 83-84

Resumo: Os oficiais de diligências terão direito a caminho pelas intimações feitas aos louvados, quando estes não residam na sede da comarca ou julgado?

Oficiais de diligências / Salários

CONSULTA : [PROCESSO CIVIL]

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1153 (1891), p. 86

Resumo: Tendo o doador de demandar o donatário, para que lhe pague a prestação em géneros que pela escritura de doação se obrigou a satisfazer-lhe, deverá usar do processo de execução por quantia certa, ou de execução por coisa certa?

Doação / Prestação

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1155 (1891), p. 123-124

Resumo: Tendo de dar-se à execução uma escritura pública, para que o executado pague ao exequente uma quantia em dinheiro e certa porção de géneros, carne de porco e lenha, que pela mesma escritura o executado se obrigou a pagar-lhe anualmente, como deverá fazer-se a execução da parte líquida e da ilíquida?

Execuções

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1156 (1891), p. 134-135

Resumo: Em uma execução de sentença será necessário que o exequente passe nova procuração ao advogado, que o foi na respectiva acção, para que este possa requerer a execução? Em caso afirmativo, a falta de procuração será nulidade suprável?

Execuções / Requerimento

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1158 (1891), p. 163-164

Resumo: Nos inventários de valor inferior a réis 60\$00 a raza que pertence aos escrivães será de tudo o que eles tiverem escrito, ou só dos actos em que eles a têm nos outros inventários? Interpretação do artigo 22.º n.º 19 da tabela de 12 de Abril de 1877.

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1159 (1891), p. 183-184

Resumo: Tendo-se feito arresto em bens que são do próprio arrestante, como deverá este proceder, para se relaxar o arresto feito nos seus bens?

Arresto

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1162 (1891), p. 226-227

Resumo: Os depositários dos cofres dos orfãos nas províncias ultramarinas serão responsáveis pelas quantias depositadas que foram roubadas? Em caso afirmativo, isentá-los-ão desta responsabilidade as circunstâncias de o cofre estar na recebedoria do concelho e de o juiz de direito o ter ido inspecionar anteriormente? Os Curadores Gerais dos Orfãos serão pessoas legítimas para intentarem a acção contra o depositário a pedir a entrega das quantias depositadas? E qual é para isso a acção competente e contra quem deve ser intentada?

Depositários / Ultramar

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1163 (1891), p. 242-243

Resumo: Tendo-se interposto recurso de apelação, em vez de agravo de petição, de sentença proferida por juiz de direito de 1.ª instância em causa que não exceda a alçada do juiz, poderá a relação conhecer do recurso como se fosse agravo? Dos acórdãos interlocutórios, proferidos pelas relações em causas de valor não excedente a 400\$00 réis, não será admissível o recurso de agravo?

Agravo / Apelação / Recurso

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1163 (1891), p. 245-250

Resumo: Penhorado um prédio que tinha sido sub-arrendado por documento autêntico pelo rendeiro geral do senhorio executado, por tempo de um ano, prorrogável à vontade do rendeiro e sub-arrendatário, devendo a prorrogação ser convencionada no mês de Agosto, e tendo sido arrematado o prédio em hasta pública sem ter sido prorrogado o arrendamento, o arrematante teria obrigação de manter o arrendamento além do dia em que findava o ano prorrogado? E indo o arrematante do dito prédio com homens e gado para cultivar o terreno, e sendo dele violentamente expulso pelo referido sub-arrendatário com o fundamento de não ter sido citado para despejo, foi ou não esbulhado violentamente da sua posse? E intentada acção de restituição de posse, e depois de restituído a ela judicialmente o proprietário e citado o esbulhador para contestar a acção, indo este novamente invadir o prédio e destruir a seara de trigo que o proprietário ali tinha já em relva, cometeu ou não o crime de dano?

Acção de despejo / Arrendamento / Benfeitorias / Crime

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1165 (1891), p. 275-277

Resumo: Os advogados e os delegados do procurador régio deverão entregar os autos, que lhes são continuados com vista, findo o prazo desta, na casa da sua residência ou no cartório do escrivão do processo?

Advogados / Agentes do Ministério Público

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1165 (1891), p. 277-278

Resumo: Poderão as cartas precatórias orfanológicas, remetidas oficialmente, ser retidas no juízo deprecado por falta do prévio pagamento das custas correspondentes? Qual o meio legal a que o Curador Geral dos Orfãos pode recorrer no juízo deprecado para conseguir a devolução de uma carta precatória, que se acha retida no competente cartório em virtude de despacho do juiz que a manda devolver depois de contadas e pagas as custas, sem o prévio pagamento destas? Deverá o curador ser intimado deste despacho? No caso negativo, haverá prazo determinado para usar daquele meio legal?

Cartas precatórias / Custas / Recurso

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1168 (1891), p. 324-325

Resumo: Tendo sido criada uma comarca em concelho em que havia um julgado municipal, e tendo de passar para ela os processos que havia na comarca a que pertencia o julgado, qual é o contador competente para contar o que estava processado na antiga comarca?

Contador

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1171 (1891), p. 370-371

Resumo: Estando pendente em juízo uma execução de sentença comercial, que foi precedida de arresto a que se opuseram embargos de terceiro, e tendo sido aberta depois falência ao executado, deverá o processo de execução juntar-se por apenso ao da falência?

Execuções / Falência

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1172 (1891), p. 390

Resumo: Tendo-se penhorado os mesmos semoventes por duas execuções diferentes, e tendo-se vendido aqueles bens a requerimento do depositário sem citação dos credores, poderá um destes levantar o produto dos semoventes vendidos, sem serem citados os demais credores?

Arrematação / Depositários / Execuções

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1173 (1891), p. 403-405

Resumo: Quando todos os substitutos do juiz de direito estejam impedidos de funcionar no conselho de tutela, e não haja substitutos de anos imediatamente anteriores, como se há-de formar aquele conselho?

Conselho de tutela

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1174 (1892), p. 421-422

Resumo: Sendo embargadas as contas prestadas pelo cabeça de casal em um inventário, deverá o embargante juntar logo aos embargos o rol das testemunhas?

Rol de testemunhas / Testemunhas

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1175 (1892), p. 435

Resumo: Nos inventários de valor inferior a réis 60\$00 a raza que pertence ao escrivão será de tudo o que ele tiver escrito, ou só a mencionada em o n.º 38.º do artigo 34.º da tabela dos emolumentos e salários judiciais de 12 de Abril de 1877? E sendo de tudo, poderá neste caso o escrivão receber mais de 5 por cento do valor total do inventário?

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1175 (1892), p. 435-436

Resumo: Tendo sido vendido um prédio subenfititeutico sem aviso prévio do senhorio e do enfititeuta para preferirem, se o enfititeuta quiser usar do direito de preferência, que meio deverá empregar, para obrigar o senhorio a declarar se quer ou não preferir?

Direito de preferência / Enfititeuta / Venda

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1176 (1892), p. 455-456

Resumo: Tendo-se obrigado certo indivíduo em auto de conciliação a não fazer passagem pelo prédio de outro, e tendo depois passado por este mesmo prédio, de que meio deverá usar o dono do prédio para evitar a passagem?

Acção negatória de servidão / Acção de turbação de posse / Passagem

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1177 (1892), p. 469-470

Resumo: Pertencendo em comum a dois indivíduos um prédio, que não está dividido nem demarcado, e sendo este prédio possuído indevidamente por um terceiro, como deverá proceder qualquer dos comproprietários para conseguir que lhe seja entregue a sua parte no prédio?

Acção de reivindicação / Prédio

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1179 (1892), p. 505-506

Resumo: O advogado e o agente do Ministério Público, que entreguem os autos, que lhes foram continuados com vista, só quando o escrivão os vá cobrar, terão alguma responsabilidade?

Advogados / Agentes do Ministério Público

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1185 (1892), p. 38

Resumo: Que meios tem um co-herdeiro, a quem pertenceu em partilhas amigáveis metade das dívidas activas da herança, para obrigar o outro co-herdeiro, a apresentar os documentos comprovativos destas dívidas, que ele conserva em seu poder?

Documentos / Herdeiro

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1186 (1892), p. 50-51

Resumo: Poderá o exequente conceder moratória ao executado, requerendo que os autos vão à conta com suspensão da execução?

Execuções

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1186 (1892), p. 51-52

Resumo: Tendo falecido um credor hipotecário, cujo domicílio esteja indicado no registo, como deverá fazer-se a citação para o credor assistir aos termos da execução?

Execuções

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1186 (1892), p. 53-54

Resumo: As citações editais, que tenham de fazer-se nos processos de expropriação por utilidade pública, deverão ser anunciadas na folha oficial do governo e nos periódicos da localidade, aplicando-se a disposição do artigo 197.º do Código de processo civil?

Citação

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1188 (1892), p. 84-85

Resumo: A acção a intentar depois de embargada uma obra nova deverá ser proposta no juízo do domicílio do réu, ou no da situação do prédio embargado? Em caso negativo, sendo julgada procedente a excepção de incompetência do juízo, ficará sem efeito o embargo de obra nova? E poderá fazer-se a citação para uma acção na pessoa do procurador que tem poderes especiais para receber a citação?

Citação / Embargo de obra nova / Procurador

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1189 (1892), p. 99-100

Resumo: Os juizes de direito de 1.ª Instância do Ultramar, que tenham completado seis anos de serviço efectivo, e que sejam postos à disposição do Ministério da Justiça, deverão ser despachados para comarcas do continente do reino e ilhas adjacentes só depois de colocados todos os juizes dos tribunais administrativos extintos?

Juizes de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1191 (1892), p. 133-134

Resumo: Os juizes de paz das cabeças das comarcas ultimamente criadas poderão continuar a exercer as funções dos extintos juizes ordinários, ou tais funções passaram para os respectivos juizes de direito?

Juizes de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1192 (1892), p. 152-153

Resumo: Se em inventário não se descreveram nem partilharam bens que em partilhas amigáveis, sem título, haviam pertencido a um dos co-herdeiros e este havia vendido, como deverão proceder os co-herdeiros prejudicados para haverem a parte que lhes pertence em tais bens?

Inventário / Partilhas

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil e Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1150 (1891), p. 37-39

Resumo: Tendo um juiz de 1.ª Instância indeferido um requerimento a pedir termo de agravo de certo despacho proferido em matéria cível, com o fundamento de se não declarar a espécie de agravo que se interpõe, poderá o presidente da relação mandar tomar o agravo? Terá este presidente competência para em matéria crime mandar tomar um termo de agravo em 1.ª Instância? Não a tendo, deverá o juiz de 1.ª Instância obstar a que se tome o agravo e este suba à Instância superior?

Agravo / Juizes

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1160 (1891), p. 194-196

Resumo: As quotas que nas contribuições arrecadadas por meio de execuções fiscais pertencem aos delegados que nelas intervém, estarão sujeitas à redução de metade em virtude do decreto n.º 4 de 29 de Março de 1890?

Delegados do procurador régio / Emolumentos / Execuções fiscais

CONSULTA

Consulta : [Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1116 (1890), p. 68-71

Resumo: O incidente de falsidade de uma letra deverá ser tratado perante o juízo cível? Em caso negativo, o juiz que anula o processo deste incidente que correu no juízo comercial, deverá ser condenado em custas?

Custas / Incidente de falsidade / Juiz de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1120 (1890), p. 134-136

Resumo: O réu que em acção, fundada e acompanhada de obrigação comercial por ele firmada, nega a firma e obrigação na audiência da instalação da mesma acção, mas que na contrariedade confessa a sua firma, será obrigado a depositar ou a dar fiança à quantia pedida?

Letra

CONSULTA

Consulta : [Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1166 (1891), p. 291-292

Resumo: A acção a pedir o pagamento de 8\$00 réis, importância de cereais revendidos por um negociante, deverá ser intentada perante o tribunal do comércio do domicílio do devedor? Em caso afirmativo, qual é a alçada deste tribunal? E qual a forma do processo a seguir perante ele?

Acção / Alçada / Tribunais de comércio

CONSULTA

Consulta : [Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1191 (1892), p. 137

Resumo: Como deve proceder-se, quando os comerciantes devidamente convocados para a eleição do júri não compareçam?

Júri

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1116 (1890), p. 71-72

Resumo: Os réus em processo criminal deverão responder de pé aos interrogatórios do juiz? Quando se recusarem a levantar-se de pé, como deverá proceder o juiz?

Crime / Crime de injúria

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1118 (1890), p. 99-102

Resumo: O artigo 5.º do decreto n.º 2 de 29 de Março de 1890, fixando pela pena aplicada ao facto punível a alçada dos juizes de direito em matéria criminal, refere-se à pena decretada na lei ou à que for imposta na sentença?

Alçada / Penas

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1129 (1890), p. 276

Resumo: Quais são as atribuições dos juizes municipais e dos seus sub-delegados aos crimes de processo ordinário?

Corpo de delicto / Juizes municipais

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1131 (1890), p. 309-310

Resumo: Pertencerão aos juizes de direito emolumentos pelos certificados do registo criminal? Em caso afirmativo, que parte destes emolumentos deverá pertencer ao juiz?

Emolumentos / Juiz de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1132 (1890), p. 327-330

Resumo: Havendo querela em juízo pelo crime de ferimentos, fundada no artigo 360.º n.º 2.º do Código penal, se o exame de sanidade realizado no decurso do sumário revelar que o facto de que se querelou produziu consequências mais graves, que as previstas naquele n.º do citado artigo, deverá o juiz, para pronunciar o indiciado, anular previamente a querela já dada e o sumário, esperando nova querela?

Crime de ferimentos

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1136 (1890), p. 391-393

Resumo: Poderá o réu em processo de polícia correcional requerer carta precatória para inquirição de testemunha moradora fora da comarca? Do despacho que no caso afirmativo indeferir o requerimento caberá agravo com efeito suspensivo.

Carta precatória / Processo de polícia correcional

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1139 (1891), p. 436-437

Resumo: Participando o queixoso em juízo os crimes de injúria e ofensa corporal, sem fazer referência a vestígios que desta resultassem, deverá o Ministério Público requerer corpo de delito directo, ou só o indirecto com as testemunhas indicadas na participação?

Crime de ofensa corporal

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1140 (1891), p. 453-455

Resumo: O juiz de paz, a quem o de direito da comarca envie a participação de um crime, afim de que proceda a corpo de delito directo e indirecto, para que tenha competência, será obrigado a juntar as declarações das testemunhas residentes noutra distrito, indicadas na participação, caso ignore a que circunscrição essa residência pertence?

Juiz de paz

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1145 (1891), p. 533-538

Resumo: Os juizes de direito, no julgamento das causas de coimas e transgressões de posturas e regulamentos municipais, deverão seguir a forma do processo de polícia correcional, ou a forma especial do artigo 241.º da Nov. Ref. Jud.?

Causas de coimas e transgressões de posturas municipais

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1149 (1891), p. 24-27

Resumo: Será legal o adiamento de uma audiência de polícia correcional, depois de aberta, a requerimento do Ministério Público, para nomeação e intimação de uma testemunha em substituição de outra anteriormente nomeada, mas falecida?

Adiamento / Processo de polícia correcional

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1154 (1891), p. 99-100

Resumo: Um farmacêutico nas províncias ultramarinas, que seja encarregado do serviço clínico, poderá ser nomeado perito para os exames e corpos de delito nos crimes de morte, ferimentos e outros?

Farmacêutico / Perito

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1156 (1891), p. 131-134

Resumo: Se o julgamento de um facto punível, ocorrido na área de um julgado municipal, competir ao juiz de direito, poderá ser compelido o juiz municipal à formação do corpo de delito? E como?

Corpo de delito / Juizes

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1161 (1891), p. 211-215

Resumo: Quem deve assistir, como representante do Ministério Público, aos corpos de delito a que proceda o juiz de paz em qualquer distrito compreendido na área de um julgado municipal?

Ministério Público / Corpo de delito

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1167 (1891), p. 309-311

Resumo: Em processo criminal ordinário poderá recusar-se uma certidão do corpo de delito?

Certidão / Corpo de delito

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1171 (1891), p. 375-377

Resumo: Por que processo devem os tribunais criminais julgar os delitos de descaminho de tabacos para a imposição da pena de prisão?

Processos de contrabando, descaminho e transgressão

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1172 (1891), p. 389-390

Resumo: Os facultativos poderão ser obrigados a prestar serviços como peritos, fora da comarca onde residem? Qual o limite desta obrigação?

Facultativos

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1172 (1891), p. 391-394

Resumo: Um indivíduo que em processo crime tenha intervindo como perito poderá ser posteriormente admitido como testemunha no mesmo processo, e reciprocamente? Se os facultativos intimados judicialmente para uma autópsia cadavérica, comparecendo devidamente, se prontificarem a fazê-la sob a condição de lhes serem prestados os instrumentos necessários, como deverá proceder o juiz, não podendo satisfazer a esta exigência?

Facultativos / Perito / Testemunhas

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1177 (1892), p. 470-472

Resumo: Ao réu que apela da sentença condenatória proferida em processo correccional serão exigíveis as custas do processo, ou ao menos as do recurso, com o preparo para a expedição deste? Da decisão que julgar deserta a apelação criminal por falta de preparo ou de pagamento de custas que recurso compete?

Agravo / Custas / Preparo

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1180 (1892), p. 515-518

Resumo: Poderá o juiz de direito anular por iníqua a decisão do juri criminal organizado segundo o artigo 4.º da lei de 1 de Julho de 1867? Anulada essa decisão, a falta de algum dos jurados da respectiva pauta, hábeis para intervir em o novo julgamento, prejudicará a validade deste? Poderá na audiência do mesmo julgamento constituir-se o juri, se na pauta deixou de ter representação qualquer das três comarcas que para compô-la hajam fornecido jurados? E se o resto da pauta for insuficiente para a constituição do juri, como deve proceder-se?

Juri

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1181 (1892), p. 536-538

Resumo: Poderá recusar-se em audiência crime um jurado por suspeita de parcialidade em vista da protecção especial por ele dada ao réu? Anuladas por iníquas as declarações do juri, poderão ainda dar-se por testemunhas os jurados de cujo depoimento se tenha já prescindido ou quaisquer outros? E poderá o réu no segundo julgamento alterar a sua defesa? A negação do crime e a alegação de circunstâncias atenuantes não serão dois artigos de defesa incompatíveis?

Audiência geral / Juri / Testemunhas

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1189 (1892), p. 102-106

Resumo: Deverá suspender-se a audiência de polícia correccional, quando o juiz manda autuar uma testemunha como perjura, se o Ministério Público requerer a suspensão? Poderá o juiz mandar prender essa testemunha?

Adiamento / Flagrante delito / Perjúrio / Polícia correccional

CONSULTA

Consulta : [Processo Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1176 (1892), p. 454-455

Resumo: Os emolumentos devidos aos conservadores, em harmonia com a tabela aprovada por lei de 24 de Abril de 1873, achar-se-ão incluídos na expressão - emolumentos - empregada nos §§ 1.º e 2.º do artigo 22.º do decreto de 21 de Abril de 1886, para o efeito da redução nas execuções fiscais, a que estes §§ se referem?

Emolumentos / Execuções fiscais

CONSULTA

Consulta : [Processo Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1193 (1892), p. 166-167

Resumo: Nos processos das execuções fiscais deverão intervir os oficiais de diligências dos juízos de direito, ou os oficiais de diligências das administrações dos concelhos?

Execuções fiscais

CONSULTA

Consulta : [Processo Fiscal e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1150 (1891), p. 34-35

Resumo: Na arrecadação dos impostos indirectos municipais, que as Câmaras ainda não regularam, e que são cobrados por arrematação, qual é a forma de processo e a competência contenciosa? Devendo o administrador de concelho ser o instrutor do processo, e declarando-se ele incompetente por despacho nos autos, deverá recorrer-se deste despacho para o tribunal administrativo do distrito?

Câmaras Municipais / Impostos indirectos municipais

CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA

Correspondência polémica : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1125 (1890), p. 212-218

Resumo: Será punível o facto de um facultativo indicar aos seus clientes a farmácia onde não-de ser aviadas as suas receitas, aconselhando que as não vão aviar a qualquer outra? A imputação de um facto lícito poderá constituir difamação? Cometerá este crime aquele que num jornal imputa a um médico ter por costume indicar aos seus enfermos a farmácia onde não-de ser aviadas as suas receitas, aconselhando que não as vão aviar a qualquer outra? Cometê-lo-á a Câmara Municipal que numa das suas sessões, com fundamento no mesmo facto atribuído ao médico, delibera não abonar aos pobres o preço dos medicamentos por ele receitados, não obstante continuar a abonar esta despesa aos pobres tratados por outros facultativos?

Crime de difamação / Facultativo

CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA

Correspondência polémica : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1127 (1890), p. 242-246

Resumo: Será punível o facto de um facultativo indicar aos seus clientes a farmácia onde não-de ser aviadas as suas receitas, aconselhando que as não vão aviar a qualquer outra? A imputação de um facto lícito poderá constituir difamação? Cometerá este crime aquele que num jornal imputa a um médico ter por costume indicar aos seus enfermos a farmácia onde não-de ser aviadas as suas receitas, aconselhando que não as vão aviar a qualquer outra?

Crime de difamação / Facultativo

CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA

Correspondência polêmica : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1146 (1891), p. 548-552

Resumo: Os juizes de direito, no julgamento das causas de coimas e transgressões de posturas e regulamentos municipais, deverão seguir a forma do processo de policia correccional, ou a forma especial do artigo 241.º da Nov. Ref. Jud.?

Causas de coimas e transgressões de posturas municipais

COSTA.

Consulta : [Processo Civil e Fiscal] / Costa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1121 (1890), p. 152-153

Resumo: Os escrivães de fazenda deverão facultar a qualquer pessoa o exame dos processos de execução fiscal, pendentes ou arquivados? Qual é o emolumento que lhes compete pela busca destes processos?

Emolumentos / Escrivães de fazenda

COSTA, José Braz da.

Questões de jursiprudência testamentária / José Braz da Costa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1168 (1891), p. 329-332 ; p. 344-347

Resumo: É válido o testamento cerrado que contenha palavras emendadas por letra do testador, com ressalva e assinatura, sem embargo de tais emendas não serem mencionadas no auto de aprovação, provando-se terem sido feitas, com a respectiva nota de ressalva, depois de aprovado o testamento. - A simples renovação ou rectificação, não ressalvada, de algumas letras em palavras, que não possam influir na substância da disposição testamentária, não invalida o testamento cerrado. - Declarando o tabelião, no auto de aprovação de um testamento cerrado, que o testador é pessoa do seu conhecimento e das testemunhas, desnecessário é acrescentar que as mesmas testemunhas verificaram a identidade do testador. - Sendo um legado dependente das condições de - estar a legatária em casa do testador, de se não casar antes do falecimento deste e de não ter filho algum até à morte do mesmo testador -, não há na primeira destas condições nenhuma limitação de tempo. - Deve ter-se por não escrita a condição imposta à legatária de estar como criada em casa do testador até à morte dele, mormente se a mesma legatária foi impossibilitada de cumpri-la por ser expulsa pelo próprio testador. - Se o testador dispor de certa coisa em dois testamentos a favor de diferentes pessoas, e se o legado posterior caducar por inexecução de condições, subsiste o anterior.

Condição / Legado / Testamento

COSTA, José Maria da.

Restituição de posse / José Maria da Costa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 713 (1882), p. 587

Resumo: Quando o réu não contestar a ação de manutenção ou de restituição de posse, deve o juiz ordenar imediatamente que o autor seja mantido na sua posse ou restituído a ela.

Ação possessória

COSTA, Júlio Pereira de Carvalho e.

Circular n.º 183, da Procuradoria Régia da Relação dos Açores : expropriações por utilidade pública / Júlio Pereira de Carvalho e Costa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1178 (1892), p. 490-494

Resumo: Competência do Ministério Público nas causas de expropriação por utilidade pública. - Nomeação de louvados e avaliação nestas causas. - Oposição e recursos. - Adjudicação e posse dos terrenos expropriados. - Depósito e preferências. - Custas. - Termos e formalidades do processo.

Circular de 10 de Outubro de 1891, da Procuradoria Régia da Relação dos Açores / Expropriações por utilidade pública

COUTINHO, Luis da Costa de Azevedo.

Direito de preferência na enfiteuse / Luiz da Costa de Azevedo Coutinho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1136 (1890), p. 393-395

Resumo: Há também direito de preferência nas vendas de enfiteuse em virtude das leis de desamortização.

Enfiteuse / Preferência

DIREITO CIVIL

Direito Civil.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1190 (1892), p. 123-126

Resumo: Os caminhos de servidão particular dos prédios confinantes presumem-se dos donos desses prédios até à sua linha média, na falta de prova em contrário. - Os enxurros, que correrem por tais caminhos podem, não obstante a posse em contrário dos donos dos prédios inferiores, ser ocupados nas respectivas testadas e usufruídos pelos donos dos superiores confinantes sob a condição de não desviarem o remanescente do seu curso natural. - As sentenças não podem fundamentar-se em factos substancialmente diferentes dos articulados.

Caminhos / Enxurros / Sentenças

DIREITO COMERCIAL

Direito comercial.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1191 (1892), p. 142-143

Resumo: O encontro e compensação de créditos somente tem lugar entre dívidas líquidas e exigíveis. - São actos de comércio os depósitos em conta corrente.

Actos de comércio / Compensação

DIREITO DOS CREDITORES À MASSA FALIDA

Direito dos credores à massa falida.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1189 (1892), p. 106-109

Resumo: O credor, que deixou de reclamar o seu crédito no processo de falência durante o prazo ordinariamente marcado para as reclamações, poderá depois intentar uma acção ordinária contra os administradores da massa a exigir o pagamento do seu crédito?

Créditos / Falência

DIREITO E PROCESSO CRIMINAL

Direito e Processo Criminal.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1138 (1891), p. 418-420

Resumo: Alterações que sofreu o Código penal de 1852 relativamente aos casos em que a punição dependia de acusação particular ou de participação dos ofendidos.

Ministério Público / Acusação de crimes

DIREITO PENAL

Direito Penal.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1131 (1890), p. 310-311

Resumo: Incorre na pena cominada no artigo 275.º do Código penal o empregado de um estabelecimento destinado à venda de carnes verdes, que recuse vender qualquer porção existente no mesmo estabelecimento, seja quem for o comprador ; não podendo tal recusa justificar-se com ordem expressa do dono do talho, nem por qualquer cláusula contida no auto de arrematação do exclusivo daquela venda no respectivo concelho, embora essa cláusula exceptue dos encargos impostos ao arrematante o consumo de certa freguesia do mesmo concelho.

Carnes verdes

F. M.

Consulta : [Direito Penal] / F. M.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1147 (1891), p. 567-569

Resumo: Cometerá o crime previsto e punido pelo artigo 245.º do Código penal o paroquiano que por escrito fizer participação ou denúncia caluniosa contra o seu pároco, directamente ao respectivo prelado diocesano?

Crime de participação ou denúncia caluniosa

FERREIRA, Henrique.

Sucessão de mãe a filho ilegítimo / Henrique Ferreira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1133 (1890), p. 348-351

Resumo: Se o filho ilegítimo falecer sem posteridade, e sem consorte sobrevivente, a herança devolve-se por inteiro aos pais.

Filho ilegítimo / Sucessão

FERREIRA, Vaz.

Consulta : [Processo Civil] / Vaz Ferreira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1146 (1891), p. 553-555

Resumo: Os sub-delegados do procurador régio junto dos juizes de direito deverão ser julgados pelas relações nas causas de erros de ofício e de crimes por eles cometidos dentro ou fora do exercício de suas funções?

Sub-delegados do procurador régio

FEVEREIRO, Artur.

Circular inédita do Ministério do Reino de 9 de Julho de 1890 / Arthur FEVEREIRO.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1124 (1890), p. 201-202

Resumo: Processos que têm de acompanhar as propostas de dissolução dos corpos administrativos e os institutos de piedade ou de beneficência, apresentadas ao Ministério do Reino pelos governadores civis.

Corporações de piedade e beneficência / Corpos administrativos / Dissolução

FIGUEIREDO, J. M.

Correspondência polémica : [Direito e Processo Criminal] / J. M. Figueiredo.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1117 (1890), p. 83-88

Resumo: O réu pronunciado por crime a que é aplicável pena maior fixa, se foi condenado pelo juiz de 1.^a instância em prisão correccional, e o ministério público apelou da sentença, terá direito a ser posto em liberdade, logo que decorra o tempo de prisão na mesma sentença imposto, embora ainda não haja decisão do recurso? No caso negativo, não terá meio de evitar a privação da liberdade por mais tempo do que é justo?

Crime / Fiança / Réus

FIGUEIREDO, J. M. de.

Correspondência polémica : [Direito e Processo Criminal] / J. M. de Figueiredo.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1119 (1890), p. 118-124

Resumo: O réu pronunciado por crime a que é aplicável pena maior fixa, se foi condenado pelo juiz de 1.^a instância em prisão correccional, e o ministério público apelou da sentença, terá direito a ser posto em liberdade, logo que decorra o tempo de prisão na mesma sentença imposto, embora ainda não haja decisão do recurso? No caso negativo, não terá meio de evitar a privação da liberdade por mais tempo do que é justo?

Crime / Fiança / Réus

FONSECA, António Augusto Crispiniano da, 1850-1903.

Responsabilidade dos tesoureiros das Câmaras Municipais pelos seus alcances / António Augusto Crispiniano da Fonseca.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1134 (1890), p. 362-366 ; 378-380

Resumo: As Câmaras Municipais são partes legítimas para exigirem dos seus tesoureiros o pagamento de seus alcances para com os respectivos cofres.

Câmaras Municipais / Tesoureiros

FONSECA, António Claro da.

Consulta : [Direito Civil e Internacional] / António Claro da Fonseca.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1142 (1891), p. 482-485

Resumo: Poderá autorizar-se a venda particular de um imóvel da com-propriedade de menores?

Bens / Venda

FONSECA, Miguel Moreira da.

Interpretação e combinação dos artigos 1566.º, 2015.º, 2177.º, 2357.º e 2359.º do Código Civil / Miguel Moreira da Fonseca.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1143 (1891), p. 506-511

Resumo: Na acção intentada pelo comproprietário de coisa indivisível a pedir a entrega da parte da coisa vendida sem lhe ser primeiro oferecida tanto por tanto, deve o autor depositar o preço da venda antes da citação dos réus. - Nesta acção não deve pedir-se a nulidade da venda, mas fundado nela deve o autor pedir a entrega da coisa vendida pelo preço da venda. - E deve ser também citado para a acção o vendedor. - O co-herdeiro pode vender a estranhos o direito e acção que tem a certa parte de herança, sem primeiro a oferecer aos outros co-herdeiros.

Acção / Comproprietário

G.

Consulta : [Processo Civil] / G.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1147 (1891), p. 562-563

Resumo: Quando faleça primeiro que o doador o donatário, que esteja sujeito a sofrer redução na doação por inoficiosa, deverão deixar de descrever-se e partilhar-se os bens doados no inventário a que se proceda por óbito do donatário?

Doação / Inventário

HABILITAÇÕES PARA O PROVIMENTO NAS CADEIRAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

Habilitações para o provimento nas cadeiras de instrução primária.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1126 (1890), p. 232-238

Resumo: Os candidatos ao Magistério Primário Elementar, que estejam nas mesmas condições de comportamento moral e aptidão física, devem preferir uns aos outros, em igualdade de categoria de diplomas, segundo a melhor classificação que tenham obtido no exame ; e, em igualdade de classificação no exame, tem de atender-se para a preferência à antiguidade e serviço no Magistério.

Instrução primária

INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 2373.º DO CÓDIGO CIVIL

Interpretação do artigo 2373.º do Código civil.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1182 (1892), p. 554-560

Resumo: A responsabilidade civil por simulação em contratos não anda conexas com a responsabilidade criminal ; e por isso pode intentar-se acção cível a rescindir um contrato de compra e venda, por haver simulação com o fim de defraudar os direitos dos credores, ainda que se não tenha procedido criminalmente pelo crime de simulação.

Responsabilidade

J. A. S. F.

Consulta : [Direito Civil] / J. A. S. F.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1130 (1890), p. 296-299

Resumo: Tendo o dono de dois prédios marginais de uma corrente, não navegável nem fluviável, agitado sempre um moinho construído num daqueles prédios, e regado estes com as águas da corrente, represadas em açude e desviadas em levada, e tendo um proprietário inferior outro moinho, que deixou de trabalhar por falta de água, motivada por o dono do moinho superior ter inutilizado este e empregado a água na rega dos dois prédios, poderá o proprietário impedir o uso que o superior faz da água? Quais são obras aptas para sobre elas se basear a prescrição? A preocupação do direito antigo era aplicável às correntes comuns do direito moderno?

Águas

L. H.

Consulta : [Processo Civil] / L. H.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1157 (1891), p. 148-149

Resumo: Não estando fixado em uma comarca o número de arvitadores, e havendo nela só dois arbitadores que foram para lá transferidos, deverão as partes nomear como peritos estes dois arbitadores, e poderá o juiz nomear outros interinamente?

Arbitradores

LEAL, João Correia Esteves.

Questão de águas / João Correia Esteves Leal.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1164 (1891), p. 264-266

Resumo: O dono de um prédio, cujas águas nele nascidas sejam destinadas também à rega de um prédio de outrem, não pode fazer escavação ou obra que prejudique estas águas.

Águas

LEAL, João Correia Esteves.

Questão de divisão e demarcação / João Correia Esteves Leal.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1135 (1890), p. 376-378

Resumo: Antes da execução do Código civil a divisão e demarcação de bens imóveis podia provar-se por qualquer meio de prova.

Divisão e demarcação

LICITAÇÃO EM INVENTÁRIO

Licitação em inventário.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1167 (1891), p. 313-314

Resumo: Havendo quintas ou casais em uma herança, não se deve admitir licitação em cada uma das glebas que os compõem, mas só em cada um dos casais ou quintas.

Licitação

M. de S. P. C.

Consulta : [Direito Fiscal] / M. de S. P. C.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1168 (1891), p. 322-323

Resumo: De que meios devem usar os senhorios directos para se lhes anular a verba da matriz, que serve de base para serem colectados em contribuição predialpelos foros que recebem livres de todas as contribuições? Podem os ditos senhorios, em execução pela contribuição em que foram colectados e que está em dívida, usar de embargos nos termos dos n.ºs 1.º, 2.º, 4.º e 7.º do artigo 13.º do decreto de 21 de Abril de 1886?

Contribuição predial

M. J. G.

Consulta : [Direito Civil] / M. J. G.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1148 (1891), p. 4-6

Resumo: Tendo sido decretada por sentença, antes de vigorar o Código civil, a simples separação de bens entre cônjuges, e tendo sido adjudicados à mulher em execução da mesma sentença, para pagamento de capitães seus, esbanjados pelo marido, bens que o mesmo marido trouxera para o casal, terá hoje a mulher por morte do marido metade dos bens adquiridos até ao requerimento para a simples separação de bens?

Separação judicial de bens

M. J. G.

Consulta : [Direito Civil e Eclesiástico] / M. J. G.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1119 (1890), p. 124-125

Resumo: Depois da lei de desamortização dos passais dos párocos serão estas pessoas legítimas para intentarem acções de domínio daqueles passais, enquanto tiverem deles a posse e administração?

Pároco / Passais

M.P., correspondente.

Consulta : [Processo Civil] / M.P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 712 (1882), p. 568-569

Resumo: Que espécie de ação deve o dono de um terreno intentar contra o dono de materiais para construção, há menos de ano lançados neste terreno, para obrigar a removê-los? E tendo o dono dos materiais obtido licença, e tendo-os conservado indefinidamente no terreno, que meio tem o dono deste terreno para obrigar o dono dos materiais a removê-los?

Ação possessória

MAGALHÃES, Albano L. R. de.

Consulta : [Direito Fiscal] / Albano L. R. de Magalhães.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1171 (1891), p. 378

Resumo: Havendo no quinhão de um co-herdeiro bens móveis e imóveis, cujo valor exceda na totalidade a sua quota hereditária, mas não excedendo a parte dos imóveis o valor da mesma quota, estará esse co-herdeiro, ou não, sujeito à contribuição de registo pela transmissão dos imóveis?

Contribuição de registo

MATEUS, João Correia.

Consulta : [Direito Civil] / João Correia Matheus.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1141 (1891), p. 471-472

Resumo: Tendo dois indivíduos feito, antes de vigorar o Código civil, testamento de mão comum, em que um deixou ao outro o usufruto de todos os seus bens com poder de empenhar e vender, se disso tivesse necessidade, passando os bens que restassem ao tempo da morte do último para os herdeiros do primeiro falecido, poderá o sobrevivente vender bens do falecido? E serão válidas estas vendas, se ao tempo do falecimento do último, tivesse este feito doação de bens?

Testamento / Usufruto

MELO, Alexandre de Sousa e.

Questão de recebimento de notas do Banco de Portugal e cédulas da Casa da Moeda em pagamento de géneros comprados / Alexandre de Souza e Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1181 (1892), p. 538-540

Resumo: As cédulas da Casa da Moeda, e as notas de prata do Banco de Portugal têm curso legal em todo o país, e a sua rejeição pelo fornecedor de carnes verdes é punida pelo artigo 214.º do Código penal. - Sem lhe valer o seu contrato, embora anterior ao advento da crise monetária, se nele se não estipulou que o pagamento só se faria em metal. - Mas em pagamentos ninguém é obrigado a receber cédulas de valor superior a 500 réis.

Notas

MELO, João Eduardo Nogueira e, correspondente.

Correspondência : [Direito Civil] / J.E.N. e Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 714 (1882), p. 601-604

Resumo: É nula a escritura de doação entre vivos, em que o tabelião não declarou que as testemunhas eram idóneas, e que ele reconhecia a identidade do doador, e em que transcreveu só nos traslados e não no livro das notas o conhecimento do pagamento da antecedente transmissão? Não cumprindo o donatário com as condições escritura do contrato de doação, podem os herdeiros do doador intentar a ação de rescisão?

Doação

MODIFICAÇÃO NOS CONTRATOS DE EMPREITADAS

Modificação nos contratos de empreitadas.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1170 (1891), p. 363-368

Resumo: Nos contratos de empreitadas, celebrados pelo Estado e pelos corpos administrativos podem fazer-se as alterações que se julguem necessárias e para maior utilidade pública. - E quando se façam alterações naquele contrato, não é necessário que haja nova hasta pública.

Empreitada

MONTEIRO, José da Silva.

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / José da Silva Monteiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1176 (1892), p. 451-453

Resumo: Para a homologação de concordata antes da abertura da falência será indispensável a junção do balanço do activo e passivo do comerciante e da relação dos credores com a designação dos seus privilégios e preferências? E se esses documentos não forem apresentados com o requerimento da concordata, poderão ser apresentados depois dos éditos, ou poderá a sua falta ser suprida por qualquer diligência do tribunal? E como deverá proceder o tribunal, quando nos processos faltarem aqueles documentos? Deverá rejeitar a concordata ou anular o processo?

Concordata / Falência

N.

Consulta : [Direito e Processo Criminal] / N.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1157 (1891), p. 150-152

Resumo: Se num processo por difamação e na audiência de julgamento o réu pedir, com fundamento no artigo 408.º n.º 1.º do Código penal, que lhe seja admitida a prova da verdade dos factos imputados, sem contudo mostrar que por esses factos haja começo de procedimento judicial ou participação contra o queixoso, como cumpre ao juiz despachar?

Crime de difamação

N.

Consulta : [Direito Penal] / N.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1158 (1891), p. 166-168

Resumo: Qual o sentido da palavra - ofensa - empregada no artigo 5.º § 5.º, e artigo 7.º § 2.º do decreto n.º 1 de 29 de Março de 1890?

Liberdade de imprensa / Ofensa

NAVARRO, Alberto.

Consulta : [Direito Civil] / Alberto Navarro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1120 (1890), p. 133-134

Resumo: Interpretação de uma disposição testamentária.

Testamento

OFÍCIO DA DIRECÇÃO GERAL DOS PRÓPRIOS NACIONAIS DE 14 DE JULHO DE 1888

Ofício da Direcção Geral dos próprios nacionais de 14 de Julho de 1888.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1138 (1891), p. 425-427

Resumo: Instruções para a execução de algumas disposições do regulamento de 31 de Março de 1887 sobre contribuição de registo.

Contribuição de registo

OFÍCIO DE 8 DE NOVEMBRO DE 1888

Ofício de 8 de Novembro de 1888.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1148 (1891), p. 10

Resumo: Os delegados do procurador régio devem promover no foro judicial as execuções por dividas de congruas, regulando-se pelo decreto de 21 de Abril e portaria de 31 de maio de 1886.

Congruas

PACHECO, José Correia.

Interpretação do artigo 1001.º do Código do Processo Civil / José Correia Pacheco.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1157 (1891), p. 152-154

Resumo: Para a expedição de um recurso de apelação basta que a parte apelante pague as custas do juizo, não sendo necessário pagar as de parte.

Custas

PAIVA, José da Cunha Navarro de, 1832-1924.

O projecto definitivo do Código do Processo Criminal : resposta do auctor do Projecto definitivo do Codigo do processo criminal às Observações feitas ao mesmo Projecto / José da Cunha Navarro de Paiva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 713 (1882), p. 577-580; p. 593-596; continua

Código do processo Criminal

PEGA, Manuel.

Consulta : [Direito Civil] / Manuel Pega.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1159 (1891), p. 180-182

Resumo: Nos contratos de compra e venda de coisas mobiliárias, quando é que o adiantamento de dinheiro feito pelo comprador deve ser considerado como sinal para o efeito do artigo 1548.º do Código civil, e quando deve ser tido como princípio de paga?

Compra e venda / Sinal

PEGA, Manuel.

Consulta : [Direito Fiscal] / Manuel Pega.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1138 (1891), p. 422-424

Resumo: O proprietário de bens sujeitos a usufruto poderá doá-los por escritura pública a um terceiro, sem que seja obrigado a apresentar ao tabelião o documento legal do pagamento do imposto de registo relativo à antecedente transmissão? A quem pertence a obrigação de pagar a contribuição de registo relativa à antecedente transmissão, no caso de se verificar a doação da propriedade separada do usufruto? Como deverá proceder o doador para conseguir que o seu nome não figure no processo de liquidação da contribuição de registo, e que seja substituído pelo do donatário?

Contribuição de registo / Doação / Usufruto

PESSOA, Cristovão Coelho da Costa.

Consulta : [Processo Civil] / Christovão Coelho da Costa Pessoa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1164 (1891), p. 263-264

Resumo: Deverão pagar-se custas nas justificações avulsas, requeridas nos termos do § 2.º do artigo 9.º do decreto de 23 de Julho de 1891, para instruírem as petições de adiamento ou dispensa do serviço militar?

Custas / Recrutamento militar

PINTO, Adriano Antero de Sousa.

Interpretação do artigo 2373.º do Código civil / Adriano Anthero de Souza Pinto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1156 (1891), p. 136-138

Resumo: O artigo 2373.º do Código civil legisla só para o caso, em que o réu, tendo responsabilidade criminal, há-de ter forçosamente a civil, não sendo por isso necessário intentar nova acção cível para a exigir. - À responsabilidade criminal pelo crime de simulação não anda conexas a responsabilidade civil.

Sentença

PINTO, Joaquim de Melo Ribeiro.

Competência do Ministério Público para a acusação de crimes / Joaquim de Mello Ribeiro Pinto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1137 (1890), p. 410-412

Resumo: O Ministério Público é parte ilegítima para acusar nos crimes de furto e outros, cuja punição o Código penal declara dependente da queixa do ofendido.

Ministério Público / Acusação de crimes / Crime de furto / Ilegitimidade de parte

PINTO, Joaquim de Melo Ribeiro.

Questão de embargos de terceiro e de preferências / Joaquim de Mello Ribeiro Pinto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1117 (1890), p. 93-95

Resumo: Para a procedência dos embargos de terceiro é essencial, que a posse do embargante na coisa penhorada seja anterior à penhora, e por isso são inatendíveis os embargos opostos à penhora nos frutos de uns prédios, quando o que os opuser, se funde simplesmente no facto de ter, posteriormente aquela penhora, adquirido a posse dos ditos prédios por arrematação em outra execução. - O privilégio mobiliário de que a fazenda nacional goza para pagamento dos impostos em dívida fica, independentemente de registo, perfeitamente constituído nos frutos dos prédios do contribuinte, logo que este não satisfaça à mesma dívida nos prazos legais, e se efectue penhora naqueles frutos. - Um tal privilégio não caduca, ainda que, sendo arrematados os prédios por virtude de penhora anterior à da fazenda, deize esta, por falta de prévia citação, de deduzir preferências sobre o produto em depósito.

Embargos de terceiro / Privilégio mobiliário

PORTUGAL. Direcção Geral dos Próprios Nacionais.

Contribuição de registo : ofício de 12 de Setembro de 1871 / Direcção Geral dos Próprios Nacionaes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1143 (1891), p. 505

Resumo: Os súbditos estrangeiros estão sujeitos à contribuição de registo por título gratuito pelas inscrições de assentamento da dívida pública portuguesa.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Direcção Geral dos Próprios Nacionais.

Ofício de 18 de Junho de 1878 / Direcção Geral dos Próprios Nacionaes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1143 (1891), p. 505-506

Resumo: A transmissão de bonds da dívida externa portuguesa está sujeita à contribuição de registo por título gratuito.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Ministério da Fazenda.

Contribuição de registo : ofício da Direcção Geral dos Próprios Nacionais de 10 de Outubro de 1890 / Ministério da Fazenda.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1171 (1891), p. 378-379

Resumo: Todo o valor que exceder a quota hereditária de um co-herdeiro está sujeito à contribuição de registo por título oneroso, sempre que na herança houver bens imóveis e na partilha houver tornas.

Contribuição de registo / Direito fiscal

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accórdão proferido em 16 de Março de 1892 / Relação de Lisboa; agravante marquez da Foz; agravado Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1185 (1892), p. 42-43

Resumo: O facto de terem sido dados em penhor títulos de dívida pública, pertencentes à caixa das reformas da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, e que estavam depositados no Banco Lusitano à ordem desta companhia, constituirá crime de abuso de confiança para aquele indivíduo que, sendo director da companhia, mandou fazer aquele depósito, e mais tarde por incumbência do banco fez o penhor dos títulos?

Crime de abuso de confiança

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accórdão proferido em 23 de Março de 1892 / Relação de Lisboa; agravante João Baptista de Figueiredo; agravado Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1185 (1892), p. 43-45

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 2 de Dezembro de 1881 / Relação do Porto; um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 714 (1882), p. 608

Resumo: Empregando-se na parte final do acórdão proferido um recurso de agravo crime a expressão - sem custas, não pode o provido no recurso ser obrigado a pagar as custas do agravo.

Custas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 2 de Junho de 1882 / Relação do Porto; agravantes, Antonio Joaquim de Araujo Azevedo e outros ; agravado, José Manuel de Souza Palhares.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1116 (1890), p. 75-76

Resumo: A amásia do pai de um dos litigantes não é inibida de depôr como testemunha a favor do filho litigante; mas o juiz apreciará depois o seu depoimento, como lhe parecer conveniente.

Testemunhas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 6 de Maio de 1892 / Relação do Porto; agravante Sebastião dos Prazeres Marques ;agravado Francisco José Gomes da Fonseca e Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1188 (1892), p. 94-96

Resumo: A dívida assegurada por arresto só no juízo da falência pode ser exigida, se, ao tempo da declaração da quebra do devedor, a execução pela mesma dívida não estiver na altura de o arresto se converter em penhora.

Dívidas / Execuções / Falência

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 9 de Agosto de 1878 / Relação do Porto; apelante Miguel Bernardino Vianna de Mello, apelado Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 713 (1882), p. 589-590

Resumo: Os contadores judiciais não devem levar mais de 2\$500 reis pela contagem de qualquer processo cível ou orfanológico, seja qual for o número de folhas.

Contador

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 9 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto ; apelantes Margarida Emilia da Silva Pereira e outros ; apelados Domingos, Bernardo e José, Manuel Leite de Oliveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1165 (1891), p. 280-282

Resumo: O ausente, há mais de vinte anos, é pessoa legítima para figurar em uma acção de reivindicação, sendo representado pelo seu curador. - É nula a venda de uma propriedade, feita pelo cabeça de casal, sem ter para isso autorização.

Acção de reivindicação / Ausente / Cabeça de casal / Venda

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 9 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto, apelante José Marques Loureiro ; apelada Thereza Marques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1166 (1891), p. 296-299

Resumo: Tendo marido e mulher disposto em testamento de mão comum, feito antes da execução do Código civil, que nomeam em um filho os prazos de vidas que pertencem à mulher, com reserva do usufruto para os nomeantes, não devem adjudicar-se em inventário, feito por morte do marido, naquele filho os prazos nomeados, visto que a mulher pode revogar o testamento.

Inventário / Prazos / Testamento

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 10 de Novembro de 1882 / Relação do Porto ; apelante João Augusto Correia ; apelado Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1150 (1891), p. 43-44

Resumo: Tendo-se intentado uma acção de justificação de certos factos, não pode a sentença julgar improcedente a justificação com o fundamento de que não é necessária certa coisa que se não pede na mesma justificação.

Acção de justificação / Justificação / Sentença

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 14 de Novembro de 1882 / Relação do Porto ; agravante Maria Antónia de Souza Costa ; agravados António Rodrigues Costa e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1165 (1891), p. 280

Resumo: Quando o réu na acção de despejo nega a qualidade de arrendatário do prédio, cujo despejo se requer, e alega a de usufrutuário, deve suspender-se o despejo requerido até que se resolva, se há ou não arrendamento ou usufruto.

Acção de despejo

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 14 de Novembro de 1882 / Relação do Porto ; agravantes os administradores do hospital da Divina Providência de Villa Real ; agravado António Pinto Pinheiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1167 (1891), p. 314-315

Resumo: Tendo-se expedido carta precatória para o juiz deprecado fazer a remoção de um depositário sem indicação de pessoa certa, este juiz é competente para decidir se o depósito deve ser feito em certa e determinada pessoa.

Cartas precatórias / Depósito

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 17 de Janeiro de 1882 / Relação do Porto ; apelante condessa de Rezende; apelados António Augusto Alves Guimarães e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1152 (1891), p. 76-79

Resumo: A acção a pedir que o comprador de um prazo satisfaça a diferença, que há entre o laudémio que pagou e o que realmente devia pagar, não é de rescisão de contrato, e por isso não prescreve por um ano. - O laudémio de bens enfitêuticos, pertencentes à fazenda nacional, é de quarenta um, seja qual fôr o laudémio constante do título de aforamento.

Laudémio / Prescrição

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 17 de Junho de 1882 / Relação do Porto; apelantes, Josephina Eulalia Coelho da Silveira; apelados, Eduardo e outros menores.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1118 (1890), p. 106-108

Resumo: O dinheiro, que à mulher casada por contrato dotal advem por título gratuito depois do casamento, não é necessário dá-lo a juro ou convertê-lo em bens imóveis, ou em títulos de dívida pública ou em acções de companhias; e por morte do marido os herdeiros respondem por aquele dinheiro.

Dinheiro / Regime dotal

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 17 de Novembro de 1882 / Relação do Porto ; agravantes Custódio Ferreira da Várzea e mulher ; agravado Constantino Joaquim Paes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1160 (1891), p. 199-200

Resumo: Em qualquer estado do processo se pode requerer exame em um documento junto aos autos.

Documento / Exame

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 19 de Dezembro de 1882 / Relação do Porto ; agravante Joaquim Anselmo Afflalo ; agravado Curador Geral dos Orphãos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1183 (1892), p. 9-10

Resumo: Por morte da mulher de cidadão inglês não se faz inventário dos bens do casal, ainda que aquela mulher fosse portuguesa, e haja filhos nascidos em Portugal.

Inventário

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 20 de Junho de 1882 / Relação do Porto ; agravante, ministério público; agravado, Francisco de Mello Telles Abreu e Cunha.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1120 (1890), p. 138

Resumo: O recurso de apelação, interposto pelo Ministério Público da sentença proferida sobre uma justificação avulsa, deve seguir os seus termos em papel não selado.

Apelação / Selo

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 27 de Junho de 1878 / Relação do Porto; apelante José Gomes Ferreira de Moura, apelado António José Martins.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 711 (1882), p. 556-557

Resumo: O dono do prédio vizinho de uma árvore ou arbusto pertencente a outrem pode avisar judicial ou extrajudicialmente o dono desta árvore ou arbusto, para dentro de 3 dias cortar os ramos e as raízes que saem fora da linha perpendicular divisória. Sendo o aviso feito judicialmente, não pode o avisado opor-se a ele embargos.

Árvores

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 28 de Julho de 1882 / Relação do Porto ; agravante Francisco António Bilhó ; agravado João Xavier de Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1121 (1890), p. 154-155

Resumo: Quando se relaxe um arresto, o juiz é competente para mandar intimar os depositários dos bens arrestados, afim de apresentarem estes bens.

Arresto / Juiz de direito

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 28 de Julho de 1882 / Relação do Porto ; agravante Francisco Soares de Figueiredo ; agravado Bernardino Augusto Leite Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1121 (1890), p. 155

Resumo: Não pode admitir-se contradita a uma testemunha, quando a sua matéria se não refira às partes ou à testemunha, mas a um terceiro.

Contradita

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 28 de Julho de 1882 / Relação do Porto ; agravante José Júlio da Costa ; agravado José Pinto Lopes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1121 (1890), p. 155-156

Resumo: Enquanto não forem resolvidas as contestações dos créditos da massa falida, não pode nenhum dos credores, ainda que seja privilegiado, levantar do depósito a importância do seu crédito, embora preste caução por ela.

Credor / Falência

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 28 de Julho de 1882 / Relação do Porto ; agravante João Mendes ; agravado Curador Geral dos Orphãos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1134 (1890), p. 366-367

Resumo: O cabeça de casal, que assina termo de negação dos bens acusados pelos co-herdeiros, não pode ser obrigado a descrever tais bens, nem ser expulso de cabeça de casal.

Cabeça de casal

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 28 de Novembro de 1882 / Relação do Porto ; apelante fazenda nacional ; apelado Augusto Allão de Moraes Sá Gavião Pessoa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1168 (1891), p. 333-334

Resumo: No embargo de obra nova não pode tratar-se da questão - se o terreno, a que respeita o embargo, estava ou não compreendido em uma expropriação. - Do despacho do juiz de direito, que confirma o embargo de obra nova, decretado por um juiz ordinário ou de paz, não cabe recurso de apelação.

Apelação / Embargo de obra nova / Recurso

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Janeiro de 1891 / Relação do Porto ; agravantes Emilia Rosa da Silva Vasconcelos e marido ; agravado, Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1145 (1891), p. 541-542

Resumo: Tendo-se agravado de um despacho, embora o requerimento para o agravo só se refira a uma parte dele, deve entender-se que o agravo compreende todas as partes do despacho. - O juiz de direito só tem intervenção na alienação e subrogação dos bens dotais imobiliários nos casos dos n.ºs 1.º a 6.º do artigo 1149.º do Código civil, mas nenhuma intervenção tem na conversão do dinheiro que fizer parte do dote. - Os bens mobiliários e títulos que fizerem parte do dote podem ser entregues ao marido antes do registo da hipoteca legal.

Agravo / Dote

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Julho de 1878 / Relação do Porto; apelante Varciana Rodrigues, apelado António Maria Ferreira Marques.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 712 (1882), p. 573-574

Resumo: Os filhos e legítimos perfilados sucedem aos avós falecidos ab intestato.

Perfilhação / Sucessão

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Julho de 1878 / Relação do Porto; agravante Victorio Joaquim Lourenço, agravado Lourenço José Domingues Fernandes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 712 (1882), p. 574-575

Resumo: É ato de comércio o empréstimo de sal feito por um comerciante a outro para ele vender.

Comercio / Acto de comércio

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Junho de 1882 / Agravante, Dias & Lima; agravada, Emilia dos Santos Pereira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1118 (1890), p. 108-109

Resumo: Quando o executado não apresentar, no acto da nomeação de bens imóveis à penhora, os títulos respectivos, ou, na falta destes, não declarar a proveniência dos bens, devolve-se ao exequente a nomeação de bens à penhora.

Execução / Penhora

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça.

Accórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido em 9 de Janeiro de 1891 / Supremo Tribunal de Justiça ; agravante António Maria da Motta Vieira ; agravado Manuel Pinheiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1157 (1891), p. 154-155

PROCESSO CIVIL

Processo Civil.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1190 (1892), p. 126-127

Resumo: Não são pedidos contraditórios a rescisão do arrendamento por falta de pagamento da renda, e o pedido das rendas em dívida?

Arrendamento / Pedidos

PROCESSO CIVIL

Processo civil.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1192 (1892), p. 153

Resumo: Será necessário que, nos inventários orfanológicos, se tome sempre termo de aceitação da herança a benefício de inventário por parte dos representantes dos menores?

Inventário

PROCESSO CRIMINAL

Processo Criminal.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1143 (1891), p. 498-502

Resumo: Dos recursos em processo de polícia correccional, especialmente do recurso de revista. - Casos de aplicação actual do artigo 1262.º da Nov. Ref. Jud.

Recurso

QUESTÃO DE SERVIDÃO

Questão de servidão.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1191 (1892), p. 138-142

Resumo: Se o dono do prédio serviente coloca estacas dentro do seu prédio nas extremidades da servidão, e o dono do prédio dominante as arranca em acto de desforço, a acção de turbação de posse por aquele intentada por tal facto não pode ser julgada procedente, se não se provar que os limites da servidão estavam determinados e definidos.

Servidão

UMA QUESTÃO PREJUDICIAL

Uma questão prejudicial / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1142 (1891), p. 490-492

Resumo: Não poderá haver procedimento criminal contra o tesoureiro de uma irmandade por alcance de contas desta mesma irmandade, enquanto o competente tribunal administrativo não tenha julgado que existe o alcance?

Contas / Processo criminal / Tesoueiros

QUESTÕES DE DIREITO COMMERCIAL

Questões de direito commercial / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 711 (1882), p. 553-556; p. 571-573; p. 587-589; p. 604-605

Resumo: O presidente do tribunal comercial pode fazer ao júri quesitos sobre factos emergentes da discussão da causa. A conta corrente é diferente do mútuo mercantil, e pode ser acionada no juízo comercial, embora uma das partes não seja comerciante.

Foro comercial / Mutuo / Quesitos

R. T.

Correspondência : [Direito Penal] / R. T.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1184 (1892), p. 28-31

Resumo: O facto de terem sido dados em penhor títulos de dívida pública, pertencentes à caixa das reformas da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, e que estavam depositados no Banco Lusitano à ordem desta companhia, constituirá crime de abuso de confiança para aquele indivíduo que, sendo director da companhia, mandou fazer aquele depósito, e mais tarde por incumbência do banco fez o penhor dos títulos?

Crime de abuso de confiança

RECLAMAÇÃO DOS CRÉDITOS NO PROCESSO DE FALÊNCIA

Reclamação dos créditos no processo de falência.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1187 (1892), p. 76-78

Resumo: O credor, que no processo de falência não reclamou o seu crédito, nem protestou deduzir a acção competente para o haver, não pode intentar depois acção contra a massa falida a exigir o pagamento daquele crédito.

Créditos / Falência

RIBEIRO, José Maria Pinto.

Questão de servidão e posse / José Maria Pinto Ribeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1146 (1891), p. 555-557

Resumo: Um rego de condução de água de rega, que está sempre aberto, constitue, no prédio em que se acha, servidão contínua e aparente de passagem de água. - Esta servidão pode ser adquirida pela posse de trinta anos ainda mesmo em prédios que pertençam a associações ou corporações perpétuas. - O arrendatário não adquire pela prescrição direito de servidão em favor do prédio arrendado.

Aqueduto / Prescrição / Servidões

S. C.

Consulta : [Processo Civil] / S. C.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1147 (1891), p. 564-566

Resumo: Será contrária à lei e à liberdade do homem a condição de ser um legado para certo indivíduo que ao tempo do falecimento do testador estiver habitando uma determinada casa como sua, com a declaração de que, não a habitando, o legado será para outrem?

Legado / Testamento

SALGADO, José Augusto.

Questão de esbulho de posse / José Augusto Salgado.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1131 (1890), p. 311-314 ; p. 330-332

Resumo: A acção de esbulho de posse é conservatória, e por isso pode ser intentada pelo curador do ausente sem autorização do conselho de família. - É competente o processo da acção de restituição de posse para o que se diz esbulhado ser restituído à sua posse. - Há esbulho, quando um indivíduo se recusa a entregar ao dono ou ao seu representante um prédio, que principiou a habitar ou a amanhar por licença ou mera tolerância do mesmo dono.

Acção de esbulho de posse / Esbulho

SAMPAIO, José.

Consulta : [Processo Civil] / José Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1171 (1891), p. 372-375

Resumo: Tendo o exequente em uma execução hipotecária arrematado os prédios hipotecados, e tendo sido dispensado de depositar o preço, por ser inferior ao seu crédito, se nenhum dos credores requerer concurso de preferências no prazo legal, deverá o juiz a requerimento do exequente apreciar o crédito deste e mandar cancelar as hipotecas que onerem o prédio arrematado?

Execuções

SÊLLO DOS TESTAMENTOS PUBLICOS

Sêllo dos testamentos publicos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 712 (1882), p. 564-568

Resumo: Os testamentos públicos não estão sujeitos ao selo das escrituras, designado na tabela número 1.º, classe 15.ª, verba número 5 da lei de 22 de junho de 1880.

Selo

SILVA, Agostinho Carlos das Neves Castro e.

Embargos ao processo de inventário e direito de representação / Agostinho Carlos das Neves Castro e Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1139 (1891), p. 439-442

Resumo: Qualquer dos citados para todos os termos de inventário pode opôr-lhe embargos, e é parte legítima no respectivo processo. - Os embargos ao inventário podem oferecer-se antes da audiência competente, e até fora da audiência, quando não haja reclamação em tempo. - Dado o caso do artigo 1236.º do Código civil, se com um irmão germano concorrer um sobrinho, filho de outro irmão falecido, vigora o direito de representação.

Direito de representação / Embargos / Inventário / Sucessão

SILVA, C. A. A.

Real d'água / C. A. A. Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1168 (1891), p. 332-333

Resumo: Não está sujeito ao imposto do real d'água o vinho acidentalmente vendido pelo produtor na sua adega a um indivíduo para consumo particular dele. - E se o vendeu para o comprador o revender ao público para consumo, é o comprador quem está sujeito ao pagamento do real d'água. - Sendo instaurado o processo de descaminho perante autoridade incompetente em razão das pessoas, deve a excepção de incompetência ser apresentada no prazo estabelecido pelo artigo 307.º do Código do processo civil.

Real de água

SILVA, Constantino António Alves da.

Questão de servidão de passagem / Constantino António Alves da Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1137 (1890), p. 408-410 ; 427-431

Resumo: Não é inepto o requerimento em que se deduz a acção, quando o pedido consta claramente da conclusão, embora se deduzam diversos fundamentos que poderiam basear diversos fundamentos que poderiam basear diversas acções para o mesmo fim. - A existência de passagem de um prédio por outro contíguo, ambos do mesmo dono, não constitui posse, nem a continuação depois de 1876, em que foram separados, pode fundamentar prescrição de servidão. - Uma porta aberta na parede divisória de duas casas do mesmo dono não é sinal nem prova de servidão, quando em relação ao domínio os ditos prédios venham a separar-se. - Interpretação do artigo 2274.º do Código civil. - Não está encravada uma casa existente em um campo do mesmo dono confinante com serventias públicas, embora seja necessário fazer algumas obras para tornar cómoda a serventia.

Casa / Ineptidão / Posse / Prescrição / Servidões

SOUSA, Augusto Guilherme de.

Revogação das doações e sua redução por inoficiosidade / Augusto Guilherme de Souza.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1124 (1890), p. 202-205 ; p. 220-222; p. 230-232 ; p. 250-251 ; p. 264-267 ; p. 278-281

Resumo: O artigo 1501.º do Código civil não decreta a inviolabilidade absoluta das doações para casamento; e não é restritamente aplicável nem ao artigo 1167.º, nem ao caso de superveniência de filhos; determina a inviolabilidade relativa das doações para casamento, quando haja outras que revogadas ou reduzidas chegam a compor as legítimas dos herdeiros legítimos.

Doação

SOUZA, António das Neves Oliveira e, correspondente.

Questão de manifesto / Antonio das Neves Oliveira e Souza.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 714 (1882), p. 605-608

Resumo: A prova de testemunhar ao e por confissão extrajudicial admitida no mútuo de quantia não excedente a 200\$000 reis. Na sociedade familiar uma dívida contraída por um dos sócios só pode ser reputada social, se esse sócio provar que foi contraída em proveito comum. As dívidas procedentes de mútuo podem ser manifestadas a todo o tempo, enquanto se não acharem denunciadas, e podem até os tribunais julgar procedentes as ações tendentes a pedir em juízo essas dívidas não manifestadas, mas com a cláusula de se não passar ou entregar carta de sentença à parte sem esta apresentar certidão do manifesto delas. Interpretação do alvará de 11 de maio de 1770, § 4.º, do edital de 19 de setembro de 1812, § 4.º, e do alvará de 14 de dezembro de 1775, § 4.º.

Décima de juro / Mútuo / Sociedade

VIEIRA, Eduardo da Silva.

Consulta : [Direito Civil] / Eduardo da Silva Vieira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 24, n.º 1180 (1892), p. 519-521

Resumo: Tendo um dos esposados doado ao outro em escritura antenupcial a totalidade da herança, esta doação não poderá ser revogada nem prejudicada, dispondo o doador por título gratuito dos bens doados?

Doação

Z.

Consulta : [Processo Comercial] / Z.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 25, n.º 1190 (1892), p. 114-116

Resumo: Tendo-se feito no ultramar arresto em bens mobiliários de uma massa falida, e tendo-se intimado um só dos curadores fiscais que agravou para a relação, sendo a petição de agravo assinada por ambos os curadores fiscais, e tendo-se deixado de intimar o agravado da remessa do recurso, haverá aqui ilegitimidade do recorrente?

Agravo / Falência / Intimação / Nulidade

Revista do Ministério Público

ALVES, João.

Petição inicial : responsabilidade civil pela tráfica de atos ilícitos : PA 236/2011-1 / João Alves.

In: Revista do Ministério Público. Lisboa. ISSN 0870-6107. A. 33, n.º 129 (2012), p. 277-286

Responsabilidade civil / Atos ilícitos / Herdeiros / Direito Processual

COMISSÃO ORGANIZADORA DA 1ª REAJA.

Novos rumos para a justiça administrativa : balanço da 1ª REAJA / Comissão Organizadora da 1ª REAJA.

In: Revista do Ministério Público. Lisboa. ISSN 0870-6107. A. 33, n.º 129 (2012), p. 289-296

Justiça administrativa / Organização judiciária / Cooperação interna / Ministério Público

Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação

AYALA, Madalena Diniz de.

The Rising Inefficiency in Arbitration : is Technology the Solution? / Madalena Diniz de Ayala.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 115-145

Arbitragem e tecnologia / Arbitragem internacional / Blockchain technology

BARBOSA, Mafalda Miranda, 1977-

Do juiz árbitro ao software juiz-árbitro : uma evolução possível? / Mafalda Miranda Barbosa.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 37-64

Inteligência artificial / Arbitragem e tecnologia / Racionalidade da máquina / Decisão judicativa

CARVALHO, Rui Cardinal.

Especificidades organizativo-processuais da arbitragem societária : algumas notas para uma discussão de iure condito e de iure condendo / Rui Cardinal Carvalho.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 199-250

Arbitragem societária / Iure condito / Iure condendo / Acesso ao processo / Constituição do Tribunal Arbitral / Designação dos árbitros / Arbitragem institucional / Arbitragem ad-hoc / Litígios intrassocietários / Litispendência e apensação de processos

DIAMVUTU, Lino.

A Assembleia Nacional da República de Angola aprova a resolução para adesão do país à Convenção CIRDI / Lino Diamvutu.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 307-308

Adesão à Convenção CIRDI -- Angola

FRANZONI, Diego.

Notas sobre a arbitrabilidade dos litígios societários no Direito Brasileiro / Diego Franzoni.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Vol. Esp., nº 10 (2017), p. 9-30

Arbitragem de litígios societários / Arbitragem societária / Arbitrabilidade -- direito brasileiro

LEANDRO, Francisco José.

The Early Bird Gets the Worm : Conventional Jurisdiction in Commercial Disputes : The Case of China and APSC / Francisco José Leandro, Yichao Li.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 251-304

Disputas comerciais

LEVY, Daniel.

Recensão à obra International Arbitration in Portugal, de André Pereira da Fonseca, Dário Moura Vicente, Mariana França Gouveia, Alexandra Nascimento Correia e Filipe Vaz Pinto (coordenação) : [recensão] / Daniel Levy.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 371-382

MARTINS, André Almeida.

Instrumentos de soft law processual na arbitragem : algumas notas / André Almeida Martins.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 173-198

Instrumentos de soft law processual / Aplicação processual / Eficácia processual / Decisão / Jurisprudência arbitral e estadual

MARTINS, Pedro A. Batista.

Recensão à obra Manual de Arbitragem Internacional Lusófona, de Catarina Monteiro Pires, Rui Pereira Dias (coordenação) : [recensão] / Pedro A. Batista Martins.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 353-369

MENDES, Armindo Ribeiro.

Crónica de Jurisprudência / Armindo Ribeiro Mendes, Sofia Ribeiro Mendes.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 311-350

Sentença arbitral / Decisões arbitrais

NAPPERT, Sophie.

Rising to the Challenge of Digital Evidence in International Arbitration / Sophie Nappert, Mihaela Apostol.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 65-84

Arbitragem e tecnologia / Quimera / Poder do árbitro / Prova / Autenticidade presumida / Evidência digital / Quo vadis

PEREIRA, Rui Soares.

A inteligência artificial na decisão arbitral / Rui Soares Pereira, Joana Costa Lopes.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 11-35

Inteligência artificial / Big Data / Programadores / Decisão arbitral / Recolha de dados / Utilização da IA pelos tribunais

PINHEIRO, Luís de Lima, 1956-

A competência do tribunal arbitral / Luís de Lima Pinheiro.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 149-172

Tribunal Arbitral / Competência / Convenção de Arbitragem

TRIGO, Ana Coimbra.

Podem os árbitros-robôs proferir sentenças exequíveis? Consenso e desafios à luz da Convenção de Nova Iorque e à Lei Modelo da UNCITRAL / Ana Coimbra Trigo, Gustavo Becker.

In: Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação. Coimbra. ISSN 1647-192X. Nº 16 (2021), p. 85-113

Arbitragem e tecnologia / Exequibilidade de sentenças arbitrais / Convenção de Nova Iorque / Árbitros-robôs / Lei Modelo da UNCITRAL

VICENTE, Dário Moura, 1962-

A Directiva nº 2008/52/CE, de 21 de Maio de 2008 relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial e a sua transposição para ordem jurídica portuguesa / Dário Moura Vicente.

In: Revista internacional de arbitragem e conciliação. ISSN 1647-192X. A. 2 (2009), p. 125-150

Mediação

Scientia Iuridica

ANTUNES, José Engrácia, 1961-

As convenções de juros e seus limites / José Engrácia Antunes.

In: Scientia Iuridica. Braga. ISSN 0870-8185. T. 70, nº 356 (2021), p. 251-275

Anatocismo / Capitalização de juros / Cláusulas de juro / Juros negativos / Juros usurários

BARROS, Raquel Joaquina de Freitas.

Vingança, tragédia e amor : O Monte dos Vendavais, de Emily Brontë / Raquel Joaquina de Freitas Barros.

In: Scientia Iuridica. Braga. ISSN 0870-8185. T. 70, nº 356 (2021), p. 297-314

Crime / Direito / Era Vitoriana / Literatura / Vingança

CARVALHO, Andreia F. Pereira de.

As indisponibilidades relativas na sucessão testamentária : o caso das disposições a médicos, enfermeiros e sacerdotes / Andreia F. Pereira de Carvalho.

In: Scientia Iuridica. Braga. ISSN 0870-8185. T. 70, nº 356 (2021), p. 181-193

Direito das sucessões / Indisponibilidades testamentárias / Sucessão testamentária / Sucessão voluntária

FELGUEIRAS, Luís António.

Crónica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (XXXVII) / Luís António Felgueiras.

In: Scientia Iuridica. Braga. ISSN 0870-8185. T. 70, nº 356 (2021), p. 331-335

Tribunal Administrativo e Fiscal -- Braga

FLORES, Gustavo.

A relevância da ciência do Direito na atualidade : entre desafios e contingências / Gustavo Flores.

In: Scientia Iuridica. Braga. ISSN 0870-8185. T. 70, nº 356 (2021), p. 221-250

Ciência do direito / Dogmática jurídica / Epistemologia jurídica

HAKIMI, Baryalai,

Political parties in Afghanistan and their role in elections / Baryalai Hakimi.

In: Scientia Iuridica. Braga. ISSN 0870-8185. T. 70, nº 356 (2021), p. 195-219

Constituição / Partidos políticos / Afeganistão

LIRA, Luís Gonçalves.

A proibição de substituição de trabalhadores grevistas e a (eventualmente excessiva) tutela penal / Luís Gonçalves Lira, Sérgio de Mesquita Dinis.

In: Scientia Iuridica. Braga. ISSN 0870-8185. T. 70, nº 356 (2021), p. 277-295

Entidade empregadora / Greve / Inteligência artificial / Responsabilidade contraordenacional / Responsabilidade penal / Trabalhador

MAY, Yduan de Oliveira.

As justificativas da regulamentação de compliance no combate à corrupção no Brasil / Yduan de Oliveira May, Angélica Pereira Possamai.

In: Scientia Iuridica. Braga. ISSN 0870-8185. T. 70, nº 356 (2021), p. 315-329

Compliance / Função social da empresa / Lei anticorrupção

LOCALIZAÇÃO, CONTACTOS E HORÁRIOS DA BIBLIOTECA

	Localização	Horário	
Sala do Catálogo	Corpo central da Faculdade	2ª a 6ª feira	09.00h – 12.30h 14.00h – 17.30h
Sala de Revistas	Cave dos Gerais	2ª a 6ª feira	De 11 a 18 de Abril 9.00h -12.30 h 14.00h - 17.30h
Sala dos Institutos	Corpo central da Faculdade	2ª a 6ª feira	De 11 a 18 de Abril 9.00h -12.30 h 14.00h - 17.30h
Sala de Leitura	Gerais	2ª a 6ª feira	9.00h – 20h (excepto sexta-feira em que encerra às 19,30h

CONTACTOS

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Pátio da Universidade - 3004-528
COIMBRA - PORTUGAL Telefone: 239 859 801/2

E-mail Sala do Catálogo catalogo@fd.uc.pt

E-mail de pedidos de digitalização biblioteca-eib@fd.uc.pt

E-mail geral: biblio@fd.uc.pt

Notas:

Os horários de funcionamento podem sofrer alterações pontuais, sendo estas comunicadas no site da Biblioteca (<https://www.uc.pt/fduc/biblioteca>)

No mês de Agosto, Carnaval, Queima das Fitas, Páscoa e no período de Natal os serviços terão horários adaptados, tendo em vista o gozo de férias.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AUTOR: Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

EDITOR: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

PERIODICIDADE: Mensal

COORDENAÇÃO: *Maria Isabel de Sousa Vicente*

COLABORAÇÃO: *Ana Maria Galdes, Célia Bernardes, Fernanda Costa, Maria do Céu Oliveira, Maria Duarte Dias, Otilia Margalho e Teresa Leiroz*

CAPA: *Ana Paula Silva*

Siga-nos no Facebook da *Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*



Siga também o *Centro de Documentação Europeia da Universidade de Coimbra*

